



República Democrática de Timor-Leste

Orçamento Geral do Estado 2022

Panorama Orçamental

Livro 1



Livro 1 - Panorama Orçamental

Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a promover a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças pública a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2022 no seguimento da aprovação do Conselho de Ministros.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2022 consiste na Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado, bem como os vários livros orçamentais de apoio:

Livro 1	: Panorama Orçamental
Livro 2	: Planos Anuais
Livro 3A	: Fundo das Infraestruturas
Livro 3B	: Municípios
Livro 3C	: RAEOA & ZEESM
Livro 3D	: Segurança Social
Livros 4AB	: Rúbricas Orçamentais
Livro 5	: Parceiros de Desenvolvimento
Livro 6	: Fundo Especial - FDCH

O Livro 1 sobre *Panorama Orçamental* descreve a estratégia orçamental geral do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e nacional, as receitas esperadas a nível interno e com base no petróleo, incluindo o rendimento sustentável estimado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.

A documentação orçamental está disponível no portal de transparência do orçamento do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Direcção-Geral do Planeamento e Orçamento do Estado através do correio electrónico email jcarvalho@mof.gov.tl telefone (+67077304362), epmartins@mof.gov.tl (+67077879183) e syaquim@mof.gov.tl (+67077305809).

Considero que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, contribuindo para que as pessoas se tornem bons cidadãos e heróis da nossa nação.



Table of Contents

List of Tables and Figures	4
Siglas e Abreviações	7
1 Sumário Executivo	9
2 Panorama Macrofiscal.....	17
2.1 Resumo.....	17
2.2 Panorama Económico	24
2.3 Despesa Governamental, Receitas Domésticas e Crescimento do PIB	26
2.4 Receitas	28
2.5 Análise da Sustentabilidade Fiscal.....	50
2.6 Responsabilidades Contingentes.....	53
3 Indicadores Socioeconómicos	55
4 Prioridades Governamentais.....	60
4.1 Prioridades Governamentais.....	60
4.2 Pacote de Recuperação Económica (PRE)	62
4.3 Declaração do Orçamento Sensível às Questões de Género e Inclusão Social.....	63
5 Orçamentação de Programas.....	66
5.1 O que é a Orçamentação de Programas (OP)?	66
5.2 História da OP em Timor-Leste	66
5.3 Objetivos para melhorar a Estrutura de Orçamentação de Programas para o OGE 2022	66
6 Proposta de Orçamento	70
6.1 Análise Comparativa da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2022	70
6.2 Novas Medidas para o OGE 2022	71
6.3 Total da Despesa por Programas.....	72
6.4 Despesa por Fundos.....	74
6.5 Alocações aos Ministérios.....	80
6.6 Alocações aos Municípios	82
7 Financiamento e Recursos Externos	83
7.1 Definição de Financiamento.....	83
7.2 RSE e Levantamentos Excessivos	83
7.3 Uso de Saldos de Caixa.....	84
7.4 Empréstimos.....	84
7.5 Parcerias Público-Privadas	91
7.6 Apoio Direto ao Orçamento	97

7.7	Parceiros de Desenvolvimento.....	97
8	Gestão das Finanças Públicas.....	101
8.1	O que é a Gestão das Finanças Públicas (GFP)?.....	101
8.2	Roteiro de Prioridades de GFP de Timor-Leste para 2021 a 2023.....	101
8.3	Lei sobre o Quadro do Orçamento Geral do Estado e Gestão das Finanças Públicas	102

List of Tables and Figures

Tabela 1: Orçamento de Fontes Combinadas para 2020 a 2026, em milhões de dólares	9
Tabela 2: Tabela Fiscal para 2020 a 2026, em milhões de dólares.....	13
Tabela 3: Indicadores económicos, 2020 a 2023, em percentagem	17
Tabela 4: Indicadores de crescimento entre 2018 e 2021, em percentagem.....	18
Tabela 5: Taxas de inflação global e regional, em percentagem	19
Tabela 6: Total das Receitas, 2019 a 2025, em milhões de dólares	29
Tabela 7: Receitas domésticas entre 2020 e 2026, em milhões de dólares	29
Tabela 8: Total das Receitas Tributárias, Valores Concretos e Projeções para 2020 a 2026, em milhões de dólares.....	31
Tabela 9: Taxas e Pagamentos, Concretos e Projeções, para 2020 a 2026, em milhares de dólares.....	32
Tabela 10: Receitas de juros, valores concretos e projeções entre 2020 e 2026, em milhares de dólares	35
Tabela 11: Instituições Autónomas e Região Administrativa Especial, valores concretos e projeções entre 2020 e 2026, em milhares de dólares	36
Tabela 12: Subsídios Governamentais a Empresas Públicas	38
Tabela 13: Riqueza do petróleo e o rendimento sustentável estimado (RSE), \$ milhões ...	39
Tabela 14: Principais pressupostos por trás do cálculo do RSE em 2022	39
Tabela 15: Receitas do Fundo Petrolífero 2020-2026, \$ milhões.....	49
Tabela 16: Estimativa de Poupança do Fundo Petrolífero, \$ milhões.....	49
Tabela 17: Comparação das pontuações de Facilidade de Fazer Negócios entre Timor-Leste e Países do Pacífico	58
Tabela 18: Prioridades do VIII Governo para 2022	60
Tabela 19: Mapeamento da Estrutura Programática em Estrutura Orgânica	68
Tabela 20: Lista racionalizada de Programas para o Orçamento para 2022.....	68
Tabela 21: Programas para o OGE 2022 por ordem de alocações	72
Tabela 22: Despesa por Fundos, em milhões de dólares	74
Tabela 23: Discriminação da despesa do FCTL, em dólares	74
Tabela 24: Discriminação das despesas do FDCH, em dólares	76
Tabela 25: Orçamento do Fundo de Infraestruturas por programas entre 2022 e 2026, em dólares	76
Tabela 26: Programas para o Orçamento do Fundo COVID-19.....	78
Tabela 27: Programas para o Orçamento da Segurança Social	79
Tabela 28: Programas sob a RAEOA-ZEESM	79
Tabela 29: Despesa concreta e alocações orçamentais por Setor do PED e Linha Ministerial entre 2020 e 2022.....	80
Tabela 30: Despesas concretas e alocações orçamentais dos municípios entre 2020 e 2022.....	82

Tabela 31: Fontes de Financiamento entre 2020 e 2026, em milhões de dólares	83
Tabela 32: Uso de Saldos e Caixa	84
Tabela 33: Prazos dos Empréstimos	85
Tabela 34: Comparação do custo de contrair empréstimos com os retornos do FP	85
Tabela 35: Indicadores de Dívida Externa para o período entre 2017 e 2022, % do PIB e Receitas	86
Tabela 36: Previsões do Serviço da Dívida, em milhões de dólares	87
Tabela 37: Total do investimento em Obras de Construção Civil, em milhões de dólares	89
Tabela 38: Principais 10 projetos de doadores com maiores desembolsos concessionais previstos para 2022.....	99
Tabela 39: Calendário orçamental proposto e marcos principais segundo a nova lei de OGE e a nova lei de GFP	103

Figura 1: Alteração no Índice de Preços no Consumidor em Timor-Leste entre 2014 e 2021, em percentagem.....	20
Figura 2: Índices dos Preços de Matérias-Primas entre 2011 e 2021.....	21
Figura 3: Índices da Taxa de Câmbio entre 2013 e 2021, em percentagem	22
Figura 4: Taxas de juro comercial e crédito	23
Figura 5: Emprego entre 2010 e 2020 (milhares de pessoas)	23
Figura 6: Crescimento real do PIB não petrolífero (RHS, %) e níveis (LHS, milhões de dólares)	25
Figura 7: Componentes do PIB não-petrolífero entre 2017 e 2023	25
Figura 8: Orçamento de estado, receitas domésticas (em milhões de dólares, LHS) e crescimento do PIB (em percentagem, RHS) entre 2010 e 2021.....	26
Figura 9: Previsão do preço do petróleo no RSE 2021 (do orçamento 2021 ao orçamento 2022)	42
Figura 10: Previsão de produção de Bayu-Undan para RSE 2022	42
Figura 11: Análise de Sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado, \$ milhões.....	43
Figura 12: Retorno de Investimento do Fundo Petrolífero, %	45
Figura 13: História do RSE, Riqueza e Retirada de Petróleo.....	45
Figura 14: Os retornos futuros devem ser baixos	46
Figura 15: As taxas de juros estão muito baixas, o que significa que os retornos futuros devem ser baixos.....	47
Figura 16: Visão do Mandato Global	47
Figura 17: Análise da sustentabilidade fiscal segundo as taxas de crescimento populacional e da inflação, em milhões de dólares.....	52
Figura 18: Análise da sustentabilidade fiscal segundo taxas de crescimento históricas das categorias de dotação, em milhões de dólares	53
Figura 19: Pontuação de Timor-Leste no IDH, 2010 a 2019	56
Figura 20: Comparação do IDH e Timor-Leste com o de outros países na Ásia-Pacífico, 2019.....	56
Figura 21: Tendência da RNB per capita de Timor-Leste, 2000 a 2019	56
Figura 22: Comparação das pontuações a nível de Fazer Negócios de países na Ásia e Pacífico.....	58

Figura 23: Comparação das pontuações médias agregadas de Timor-Leste na APIC com as das Fiji e de Vanuatu	59
Figura 24: Mapeamento da Responsabilidade por Programas, Subprogramas e Atividades.....	67
Figura 25: Ciclo Orçamental Atual.....	68
Figura 26: Comparação da Despesa em 2020, no Orçamento Retificativo para 2021 e na proposta de Orçamento para 2022, por classificação do PED	70
Figura 27: Comparação da Despesa em 2020, no Orçamento Retificativo para 2021 e na proposta de Orçamento para 2022, por classificação COFOG	71
Figura 28: Existências de Dívida Externa, em milhões de dólares	86
Figura 29: Comparação entre dívida em dólares e dívida noutras moedas.....	88
Figura 30: Comparação entre dívida fixa e dívida flutuante	88
Figura 31: Progresso em junho de 2021, Desembolsos e Preços Contratuais das Obras de Construção Civil por Projetos	90
Figura 32: Alocação Setorial da Proposta de Teto para Empréstimos em 2022	91
Figura 33: Assistência dos Parceiros de Desenvolvimento na Forma de Concessões entre 2016 e 2025 (em milhões de dólares).....	98
Figura 34: Percentagem dos Desembolsos Planeados de Concessões para 2022 por Grupos de Doadores	99
Figura 35: Organograma da Responsabilidade pelas Reformas de GFP	102

Siglas e Abreviações

Agência Autofinanciada	AAF
Agência de Desenvolvimento Nacional	ADN
Agência Internacional de Desenvolvimento	AID
Agência Nacional de Comunicações	ANC
Agências Autônomas	AA
Apoio Direto ao Orçamento	ADO
Banco Asiático de Desenvolvimento	BA5D
Banco Mundial	BM
Bens e Serviços	BS
Capital de Desenvolvimento	CD
Capital Menor	CM
Categoria de Dotação	CatDot
Classificação das Funções do Governo	COFOG
Comissão da Função Pública	CFP
Conselho de Administração do Fundo de Infraestruturas	CAFI
Dalan Ba Futuru (Timor-Leste)	DBF(TL)
Direção Nacional do Orçamento	DNO
FALINTIL – Força de Defesa de Timor-Leste	F-FDTL
Fundo Consolidado de Timor-Leste	FCTL
Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano	FDCH
Fundo de Infraestruturas	FI
Fundo Petrolífero	FP
Fundo de Segurança Social	SS
Gestão das Finanças Públicas	GFP
Governo de Timor-Leste	GTL
Índice de Capital Humano	ICH
Índice de Desenvolvimento Humano	IDH
Índice de Preços ao Consumidor	IPC
Instituto Nacional da Saúde	INS
Laboratório Nacional	LABNAS
Linhas Ministeriais	LM
Ministério da Agricultura e Pescas	MAP
Ministério da Defesa	MD
Ministério da Educação, incluindo SEJD	MEJD
Ministério da Saúde	MS
Ministério da Solidariedade Social e Inclusão	MSSI
Ministério das Finanças	MF
Ministério das Obras Públicas	MOP
Ministério do Interior	MI
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	MPIE
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	MTCI
Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	MACLAN
Ministério dos Transportes e Comunicações	MTC

Orçamentação de Programas	OP
Orçamento Geral do Estado	OGE
Organização de Países Exportadores de Petróleo	OPEC
Parceiro de Desenvolvimento	PD
Planeamento de Recursos Governamentais	PRG
Plano de Recuperação Económica	PRE
Plano Estratégico de Desenvolvimento	PDE
Polícia Nacional de Timor-Leste	PNTL
Polícia Nacional de Timor-Leste	PNTL
Produto Interno Bruto	PIB
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Programa de Desenvolvimento Integrado Municipal	PDIM
Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno – Zonas Especiais de Economia Social de Mercado	RAEOA-ZEESM
Renda Nacional Bruta	RNB
República Democrática de Timor-Leste	RDTL
Salários e Vencimentos	SV
Secretaria de Estado da Arte e da Cultura	SEAC
Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	SEJD
Secretaria de Estado do Ambiente	SEA
Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde	SAMES
Serviço Nacional de Informações	SNI
Sistema de Informações de Gestão Financeira	SIGF
Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	TCEN
Taxa de Câmbio Efetivo Real	TCER
Transferências Públicas	TP
Trimestre 1	T1
Trimestre 2	T2
União Europeia	UE
Unidade de Parcerias Público-Privadas	UPPP
Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação	UPMA
Unidade do Sistema Integrado de Informações de Gestão Financeira	USIGF

1 Sumário Executivo

Política Governamental

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030 está organizado em torno de quatro pilares: Quadro Institucional, Capital Social, Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento de Infraestruturas, todos os quais são prioridades no mandato do VIII Governo Constitucional.

Com base nestes pilares o VIII Governo definiu 6 áreas essenciais para 2022, nomeadamente:

- Desenvolvimento de Capital Humano (Educação, Formação e Saúde)
- Habitação e Inclusão Social
- Setores Produtivos (Agricultura, Turismo), Ambiente e Conetividade
- Desenvolvimento do Setor Privado
- Desenvolvimento Rural
- Boa Governança

O teto da proposta de orçamento para 2022 está definido em 1,82 mil milhões de dólares (incluindo compromissos de parceiros de desenvolvimento). A tabela seguinte indica as fontes de financiamento em que o orçamento está dividido.

Tabela 1: Orçamento de Fontes Combinadas para 2020 a 2026, em milhões de dólares

	2020 concr.	2021 Orçam. Ret.	2022 Proposta de Orç.	2023	2024	2025	2026
Orçamento de Fontes Combinadas	1.339,1	2.185,4	1.842,5	2.795,0	2.664,4	2.093,2	1.782,2
Despesas governamentais por Fundos (incluindo empréstimos)	1.156,0	2.030,3	1.675,0	2.670,9	2.579,1	2.088,6	1.777,6
FCTL (incluindo ADO, excluindo FI, FDCH, SS, COVID-19 e RAEOA)	748,5	1.237,6	1.165,5	1.220,6	1.277,6	1.329,6	1.387,4
<i>Apoio Direto ao Orçamento</i>	<i>10,1*</i>	<i>9,1</i>	15,6	<i>6,6</i>	<i>2,8</i>	<i>3,8</i>	<i>0,0</i>
Fundo de Infraestruturas (FI)	108,6	280,9	281,7	1.231,5	1.096,1	510,2	160,5
Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)	8,8	13,0	12,0	12,5	13,0	13,4	14,0
Fundo COVID-19	194,3	287,6	37,6	28,2	21,2	15,9	11,9
Segurança Social (SS)	41,7	42,7	43,0	44,6	46,4	48,1	50,0
RAEOA	23,8	97,8	84,4	87,6	91,2	94,4	98,2
Empréstimos (desembolsos)	30,1	70,7	50,8	45,9	33,8	77,0	55,6
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	183,1	155,1	167,5	124,1	85,3	4,6	4,6

Fonte: Ministério das Finanças, 2021.

* A Organização Internacional do Trabalho prestou também um apoio único de 0,7 milhões em 2020

Os gastos do ano futuro são projetados para garantir que o orçamento permaneça constante per capita em termos reais e, portanto, os anos futuros foram calculados para aumentar em linha com a inflação atual e as previsões da população. As despesas do Fundo de Infraestruturas para o ano futuro correspondem às estimativas fornecidas pelo Fundo.

Em 2021, Timor-Leste foi atingido pelo COVID-19 e pelo Ciclone Seroja.

Impacto do COVID-19

Timor-Leste registou o seu primeiro caso de COVID-19 a 21 de março de 2020. A 10 de outubro de 2021 havia um total de 19.673 casos confirmados de COVID-19 detetados no país e 119 óbitos.

Após o primeiro caso confirmado o Presidente Lu-Olo declarou o estado de emergência, para vigorar entre 28 de março e 27 de abril de 2020. Este prazo foi prolongado repetidas vezes, com o estado de emergência a manter-se até hoje. Em março de 2020 o Governo solicitou ao Parlamento Nacional a aprovação de uma transferência extraordinária no valor de 250 milhões de dólares para reforçar a conta do Tesouro durante a vigência do regime de duodécimos e para criar o Fundo COVID-19. O Presidente Lu-Olo promulgou esta nova lei a 6 de abril. Em abril foram transferidos 150 milhões e em maio foram transferidos os restantes 100 milhões. Do total de 250 milhões, 150 milhões destinaram-se ao Fundo COVID-19, para serem gastos com vários programas e subprogramas relacionados com a resposta ao COVID-19. Isto incluiu financiamento para a prevenção e combate ao COVID-19, com destaque para a aquisição de equipamento e materiais médicos essenciais, a criação e manutenção de centros de isolamento e a formação de pessoal vital. O restante do levantamento extraordinário, no total de 100 milhões de dólares, foi usado para financiar a conta do Tesouro. Em junho de 2020 o Parlamento aprovou, através da Lei N.º 5/2020, uma segunda ronda de levantamento extraordinário a partir do Fundo Petrolífero, num total de 286,3 milhões de dólares. Este montante destinava-se a ser distribuído entre o Fundo COVID-19 (69,5 milhões) e o apoio à conta do Tesouro (216,8 milhões). Foi levantado em duas partes, a primeira em agosto (169,5 milhões) e a segunda em outubro (116,8 milhões). No seguimento da aprovação em outubro do Orçamento para 2020 foi feito outro levantamento em dezembro (350 milhões). Temos assim que em 2020 foi levantado um total de 886,3 milhões de dólares, dos 963,9 milhões aprovados pelo Parlamento.

No orçamento final para 2020 (aprovado em outubro de 2020) o Fundo COVID-19 recebeu uma alocação total de 333,2 milhões de dólares. Desta alocação, 151,1 milhões foram para a categoria de Bens e Serviços, 165,9 milhões para Transferências Públicas, 4,1 milhões para Capital Menor e os restantes 10,2 milhões para Capital de Desenvolvimento. Até ao final do T4 de 2020 tinham sido executados 194,7 milhões, o equivalente a uma execução de 58,4%. No orçamento inicial para 2021 estava previsto que o Fundo COVID-19 recebesse 31,0 milhões para medidas de mitigação de riscos e recuperação, 23,9 milhões para Bens e Serviços, 3,5 milhões para Transferências Públicas e 3,6 milhões para Capital de Desenvolvimento.

Os primeiros casos de transmissão comunitária foram declarados a 26 de fevereiro, em resultado de uma testagem em grande escala. A 7 de março de 2021 foram anunciados os primeiros casos de transmissão comunitária em Díli. A 24 de março o Conselho de Ministros aprovou o esboço de Proposta de Lei para a primeira alteração à Lei N.º 14/2020, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2021. A alteração aumentou o orçamento em mais 198,4 milhões de dólares (excluindo despesa financiada por doadores). Contudo, devido a realocações orçamentais internas, a despesa para cobrir estas novas atividades será de apenas 135,3 milhões.

A alteração incidiu em 6 áreas principais:

1. Apoio ao emprego
2. Moratória sobre o crédito
3. Isenção de propinas
4. Aquisição de alimentos
5. Apoio a profissionais na linha da frente
6. Medidas de prevenção e mitigação do COVID-19

O Parlamento aprovou o orçamento retificativo final a 27 de abril de 2021. Não houve alterações ao total da despesa governamental, apenas alguns ajustes adicionais à distribuição pelas categorias de dotação. O orçamento aprovado contém uma despesa adicional de 317,1 milhões de dólares. Com 182,4 milhões a serem em realocações orçamentais, isso significa que o aumento global permaneceu nos 135,3 milhões. Isto não incluiu os 39,1 milhões adicionais de reequilíbrio das redistribuições de linhas ministeriais para a Cesta Básica entre janeiro e março de 2021. A lei foi aprovada por unanimidade (com 20 abstenções). A maior medida de recuperação económica, no valor de 45,3 milhões de dólares, foi atribuída ao Instituto Nacional de Segurança Social com vista à implementação de iniciativas de apoio ao emprego. Foram alocados 34,5 milhões ao Ministério da Saúde para a implementação do programa de vacinação contra o COVID-19, aumento das instalações de quarentena, compra de equipamento de proteção pessoal e extensão de iniciativas de rastreio de contactos (*contact tracing*). Foram igualmente cedidos fundos ao Centro Logístico Nacional e ao Centro Integrado de Gestão de Crises, prestados subsídios a trabalhadores na linha da frente e prestado apoio à conclusão do Programa Cesta Básica.

Impacto do Ciclone Seroja

No domingo de Páscoa, dia 4 de abril, Timor-Leste foi atingido pelo ciclone Seroja, causando o maior volume de pluviosidade em 30 anos e cheias e desabamentos de terras devastadores. O desastre causou grandes danos, incluindo mortes e perdas materiais. No total, 48 pessoas perderam a vida e 30.350 tiveram de ser deslocadas para 6 abrigos distintos em Díli (Igreja São Tiago em Hera, Convento Canossiana em Hera, Dom Bosco Comoro Díli, Restaurante Ex Metiaut, Rate-Ain perto de Canossa Comoro, e Centro do Suco de Manleuana). As áreas que sofreram o maior impacto foram Díli, a RAEOA (Oé-Cusse), Manatuto, Ainaro ed Viqueque. Foi em Díli, Ainaro e Manatuto que se registaram mais mortes.

Para dar resposta a isto, a 9 de abril de 2021 o Estado declarou a situação de calamidade nacional, através da Resolução Governamental N.º 32/2021. O governo começou por alocar 2.247.064 dólares, destinados a garantir água potável e alimentos, materiais de construção e muros de proteção temporários para cursos de água e rios. Um total de 3.710 pessoas beneficiaram de apoio, com 3.138 a receberem apoio não-alimentar e 2.093 a receberem materiais de construção. Para lá da ajuda governamental as vítimas também receberam apoio de grupos locais e da comunidade internacional.

Para garantir que o Estado está bem preparado para responder a eventos semelhantes no futuro o Ministério da Administração Estatal, através da Unidade de Proteção Civil e Gestão de Desastres Naturais, criou várias políticas e iniciativas, incluindo: identificação de áreas de risco e proibição às comunidades de construírem casas nessas áreas; melhoria dos conhecimentos e das infraestruturas para mitigar os riscos de desastres naturais; preparação e informação das

comunidades para terem uma cultura de prevenção de risco; e desenvolvimento de um sistema eficaz de alerta. Foi ainda criado um grupo de trabalho para lidar com a implementação, medição e priorização das questões relacionadas com mitigação de riscos de desastres naturais. Será criado um centro-piloto de alojamento multifunções, com o objetivo de dar resposta a desastres naturais no território e de contribuir para a reorganização urbana, política de descentralização e poder local. Foi determinado que 57,3 milhões de dólares do Orçamento Retificativo para 2021 seriam usados para financiar a manutenção e reabilitação de infraestruturas no seguimento dos impactos do ciclone Seroja (incluindo outros 54 milhões provenientes de realocações no seio do Fundo de Infraestruturas).

Panorama Macrofiscal

O crescimento económico apresentou uma evolução de -8,6% em 2020, devido aos efeitos combinados do atraso na aprovação do orçamento, do COVID-19 e do Estado de Emergência. É porém esperado que o crescimento regresse a valores positivos em 2021, com um crescimento de 1,6%. Este crescimento será por sua vez resultado do fim da incerteza política e do regresso a uma despesa governamental forte. Ainda assim, esta despesa foi revista em baixa devido ao confinamento provocado pelo COVID-19, às recentes cheias e à execução fraca do orçamento de estado volumoso até ao T3 de 2021. Prevê-se que a inflação seja de 2,7% em 2021 e que baixe para os 2,0% em 2022. Isto é resultado da recuperação do preço do petróleo após a queda dramática em 2020.

No final de junho as receitas domésticas eram de 106,67 milhões de dólares, o que representa uma descida de 25,5 milhões (19,3%) na cobrança relativamente ao período homólogo do ano transato. A principal razão para este declínio significativo é que no início de 2021 a Eletricidade de Timor-Leste E.P. (EDTL) e a BEE Timor-Leste E.P. se tornaram Empresas Públicas. Isto significa que embora continuem no setor público, as suas receitas já não são contadas na conta do Tesouro, uma vez que deixam de fazer parte do Governo-Geral. As Empresas Públicas são as entidades públicas mais autónomas que há. Contudo, mesmo incluindo estas novas empresas públicas no total, a fim de permitir uma comparação mais igual, as receitas continuam aquém das verificadas no ano transato. Isto deve-se em grande medida a uma descida rápida nas receitas tributárias resultante do impacto da pandemia de COVID-19 e do resultante estado de emergência decretado em Timor-Leste, sem esquecer os efeitos adversos que a passagem do ciclone Seroja teve na atividade empresarial.

As previsões preliminares indicam que as receitas domésticas serão de 150,9 milhões de dólares no final de 2021 e de 159,1 milhões no final de 2022. Após uma queda em 2021, as receitas não-petrolíferas seguirão uma tendência consistente de crescimento durante os próximos anos, aproximando-se dos 184,6 milhões em 2026 caso as condições macroeconómicas positivas se mantenham. O decreto de mais reformas importantes à política fiscal, como por exemplo a aprovação de uma lei sobre IVA, pode ajudar a aumentar ainda mais este crescimento.

Receita do Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero continua a ser a principal fonte de financiamento do orçamento do Estado. O valor levantado é equivalente ao valor do RSE e qualquer levantamento em excesso que o Governo justifique ser do interesse de longo prazo de Timor-Leste. O cálculo do RSE requer a projeção do valor do Fundo no início do ano orçamental, juntamente com o valor presente das receitas petrolíferas futuras. Os pressupostos para o Livro de Orçamento 2022 são atualizadas com as informações mais recentes disponíveis até o momento.

O saldo final real do Fundo no final de 2020 foi ajustado para uma potencial desvalorização do empréstimo do Fundo à Timor Gap E.P. Isto seguiu-se à depreciação da Timor Gap nas suas demonstrações financeiras do valor da sua participação no Greater Sunrise de \$ 673,3 milhões para zero em 31 de Dezembro de 2020. O valor justo do empréstimo do Fundo está a ser avaliado por um perito independente e a avaliação será incorporada nas demonstrações financeiras finais de 2020 do Fundo. O resultado é incerto e é considerado nulo para o cálculo do ESI de 2022. Como resultado, o valor do Fundo no início de 2021 foi revisado para baixo para \$ 18.289,3 milhões. Espera-se que o Fundo termine 2021 em \$ 18.323,8 milhões, excluindo o empréstimo, após contabilizar as receitas petrolíferas projetadas de \$ 228,1 milhões, \$ 1.184,0 milhões de receitas de investimento e a retirada de \$ 1.377,6 milhões em 2021 aprovada pelo Parlamento. O saldo do final do ano é incerto e depende em grande parte do desempenho dos mercados de ações no último trimestre e da avaliação do empréstimo.

A Riqueza Petrolífera Total está estimada em \$ 18.469,3 milhões em 1 de janeiro de 2022. Isto é \$ 206,8 milhões superior à Riqueza Petrolífera anteriormente estimada para o RSE de 2021. Assim, o RSE para 2022 é de \$ 554,1 milhões, um aumento de \$ 27,5 milhões em relação à estimativa no Orçamento 2021. Em termos das projeções para 2022, as receitas do petróleo são estimadas em \$ 45,6 milhões e as receitas de investimento esperadas são de \$ 445,6 milhões como resultado de retornos esperados de longo prazo mais baixos tanto de juros fixos como de ações. As retiradas para financiar o Orçamento de 2022 são projetadas em \$ 1.042,5 milhões ou 5,6% da Riqueza Petrolífera no início do ano, excedendo o RSE de 2022 em \$ 488,4 milhões.

A estratégia de investimento do Fundo deve ter em conta a política fiscal e a sustentabilidade do Fundo enfrenta três desafios substanciais, nomeadamente, 1) retiradas contínuas acima do RSE desde 2009, 2) receitas petrolíferas em declínio e 3) retornos de investimento esperados bem abaixo do implícito do alvo de 3 % de retorno real. Nesta base, seguindo o parecer do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI), o Ministério das Finanças decidiu segmentar os ativos financeiros do Fundo Petrolífero em 1) uma carteira de liquidez e 2) uma carteira de crescimento para melhor gerir o risco do Fundo e alinhar os seus investimentos com as projeções para a política fiscal.

A secção 2.4.9 deste livro do orçamento descreve em pormenor as alterações com impacto no Fundo Petrolífero.

Propostas Orçamento

O total das despesas propostas no orçamento para 2022 é de 1.675,0 milhões de dólares (excluindo atividades financiadas por doadores no valor de 167,5 milhões). O Orçamento de Estado para 2022 total (excluindo atividades financiadas por doadores) constitui uma redução de 17,5% comparativamente com a alocação orçamental final para 2021.

Embora Timor-Leste tenha passado para a orçamentação com base em programas a presente tabela continua a ser apresentada a nível de categorias de dotação, de modo a permitir a comparação com anos anteriores.

Tabela 2: Tabela Fiscal para 2020 a 2026, em milhões de dólares

	2020 Concreto	2021 Orçamento Retificativo	2022 Orçamento Proposto	2023	2024	2025	2026
Total da Despesa por Categorias de	1.156,0	2.030,3	1.675,0	2.670,9	2.579,1	2.088,6	1.777,6

	2020 Concreto	2021 Orçamento Retificativo	2022 Orçamento Proposto	2023	2024	2025	2026
Dotação (incl. empréstimos)							
Total da Despesa por Categorias de Dotação (excl. empréstimos)	1.125,9	1.959,6	1.624,2	2.625,0	2.545,3	2.011,6	1.722,0
<i>Correntes</i>	<i>972,2</i>	<i>1.539,4</i>	<i>1.170,4</i>	<i>1.214,9</i>	<i>1.263,5</i>	<i>1.309,0</i>	<i>1.361,3</i>
Salário e Vencimentos	206,4	229,7	244,7	254,0	264,1	273,6	284,6
Bens e Serviços (inc. FDCH)	376,9	613,0	416,9	432,8	450,1	466,3	484,9
Transferências Públicas (inc. segurança social)	388,8	696,7	508,8	528,1	549,3	569,0	591,8
<i>Capital</i>	<i>44,1</i>	<i>393,2</i>	<i>420,2</i>	<i>1.368,3</i>	<i>1.224,5</i>	<i>685,2</i>	<i>318,1</i>
Capital Menor	8,9	55,1	31,4	32,6	33,9	35,1	36,5
Capital de Desenvolvimento (incl. empréstimos)	35,2	338,1	388,8	1.335,8	1.190,6	650,1	281,6
<i>RAEOA/ZEESM</i>	<i>23,8</i>	<i>97,8</i>	<i>84,4</i>	<i>87,6</i>	<i>91,2</i>	<i>94,4</i>	<i>98,2</i>
Receitas	726,7	738,5	705,0	695,3	642,2	590,4	554,0
Receitas Domésticas	182,4	190,6	150,9	159,1	167,2	175,7	184,6
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	544,4	547,9	554,1	536,3	475,0	414,7	369,4
Saldo Fiscal	(429,2)	(1.291,8)	(970,0)	(1.975,5)	(1.936,9)	(1.498,2)	(1.223,6)
Financiamento	429,2	1.291,8	970,0	1.975,5	1.936,9	1.498,2	1.223,6
Levantamentos Excessivos a partir do FP	342,0	829,7	488,4	1.923,1	1.900,3	1.417,4	1.168,0
Uso de Saldo de Caixa	47,1	382,3	415,1	-	-	-	-
<i>Saldo de Caixa do Tesouro</i>	<i>23,4</i>	<i>238,8</i>	<i>330,7</i>	-	-	-	-
<i>Saldo de Caixa da RAEOA ZEESM</i>	<i>23,8</i>	<i>97,0</i>	<i>84,4</i>	-	-	-	-
<i>Uso de retornos de caixa do INSS</i>		<i>35,0</i>	-	-	-	-	-
<i>Uso de retornos de subsídios a idosos</i>		<i>7,5</i>	-	-	-	-	-
<i>Uso de retorno de moratórias de crédito do BCTL</i>		<i>4,0</i>	-	-	-	-	-
Empréstimos (desembolsos)	30,1	70,7	50,8	45,9	33,8	77,0	55,6
DBS	10,1	9,1	15,6	6,6	2,8	3,8	-
<i>Apoio Direto ao Orçamento por</i>	<i>10,1*</i>	<i>9,1</i>	<i>9,0</i>	<i>5,0</i>	<i>2,8</i>	<i>3,8</i>	-

	2020 Concreto	2021 Orçamento Retificativo	2022 Orçamento Proposto	2023	2024	2025	2026
<i>parte da União Europeia</i>							
<i>Apoio Direto ao Orçamento por parte da Austrália</i>			6,6	1,6	-	-	-

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

*Incluindo uma contribuição de 0,7 milhões proveniente da Organização Internacional do Trabalho

Análise da Sustentabilidade Fiscal

Timor-Leste está altamente dependente do Fundo Petrolífero para financiar o déficit fiscal, pelo que este é o foco principal de qualquer análise da sustentabilidade fiscal. A sustentabilidade a longo prazo do Fundo Petrolífero depende não só das escolhas orçamentais feitas para o ano em questão, como também das escolhas tomadas em anos futuros.

A análise mostra que caso as despesas cresçam como têm vindo a fazer até aqui o Fundo Petrolífero se irá esgotar em apenas 13 anos. Caso o crescimento das despesas seja limitado de modo a manter a despesa real per capita igual (ou seja, igual ao crescimento populacional e da inflação), o Fundo esgotar-se-á em 18 anos.

Empréstimos e Parcerias Público-Privadas (PPPs)

Empréstimos – O Governo de Timor-Leste contrai empréstimos em condições favoráveis junto de credores multilaterais e bilaterais. A principal fonte de financiamento bilateral são instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento, das quais Timor-Leste é membro. Os empréstimos têm condições altamente favoráveis e são mais baratos do que levantar dinheiro a partir do Fundo Petrolífero. Até ao final de 2021 a dívida externa deve representar 18,9% do PIB. Este valor é resultado do aumento nos desembolsos e do crescimento incremental do PIB real. Com base no relatório de consulta do artigo IV do FMI, no cenário base a proporção de dívida pública para o PIB permanece abaixo do limite durante os próximos 20 anos.

Embora o desenvolvimento rodoviário continue a ser o setor dominante, em linha com as prioridades do programa do VIII Governo Constitucional, têm sido feitos esforços para diversificar e alargar empréstimos soberanos em condições favoráveis a outros setores importantes, em especial projetos com benefícios sociais elevados. Estes incluem abastecimento de água e saneamento, expansão do Aeroporto Internacional de Díli, educação e eletricidade, etc. Isto ajudará a libertar o potencial de crescimento de outras atividades económicas vitais, contribuindo assim para um crescimento económico inclusivo e para a redução da pobreza. Com base nisto o Governo propõe um teto estimado de 410 milhões de dólares para novos empréstimos externos em condições favoráveis a negociar em 2022.

PPPs – Atualmente estão em curso os seguintes projetos de PPPs: PPP do Porto da Baía de Tibar, em Fase de Implementação e Operação; PPP de Diagnósticos Médicos, em Fase de Aproveitamento e Negociação; e PPP de Habitações Acessíveis, PPP do Cristo Rei e PPP do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, em Fase de Viabilidade.

Parceiros de Desenvolvimento

Desde 2016 que o montante de AOD a Timor-Leste ultrapassa de forma consistente os 150 milhões de dólares. Os parceiros de desenvolvimento reportam um total de desembolsos de

167,5 milhões em 2022. O apoio dos parceiros de desenvolvimento deverá aumentar 12,4 milhões em relação aos números previstos para 2021.

É importante referir que estes alores não incluem as modalidades de Apoio Direto ao Orçamento por parte da União Europeia, que podem representar 9,0 milhões de dólares. Não incluem também o apoio da Austrália ao PNDS e ao programa Bolsa de Mãe Jersaun Foun, num total de 6,4 milhões. Estas contribuições significativas não são incluídas uma vez que já estão contabilizadas e que são incluídas diretamente noutra ponto do orçamento de estado.

Para lá disto, previsões de financiamento a mais de um ano são por norma pouco fiáveis. Isto é devido a várias razões, sendo a principal que muitos dos doadores operam em orçamentos de um só ano. A queda dramática no financiamento indicada para anos futuros assenta em dados recolhidos a nível de projetos, pelo que não inclui financiamento de doadores que já tenha sido assegurado mas que ainda não tenha sido comprometido para projetos específicos.

2 Panorama Macrofiscal

2.1 Resumo

Tabela 3: Indicadores económicos, 2020 a 2023, em percentagem

Resumo	Concreto	Previsão		
	2020	2021	2022	2023
PIB Real (não-petrolífero)	-8,6%	1,6%	2,1%	2,6%
Inflação IPC	0,5%	2,7%	2,0%	1,8%

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

- O PIB não-petrolífero teve um crescimento de -8,6% em 2020, devido aos efeitos combinados do atraso na aprovação do orçamento, da incerteza política, do COVID-19 e do Estado de Emergência. É porém esperado que o crescimento regresse a valores positivos em 2021, com um crescimento de 1,6%, embora este valor tenha sido revisto em baixa devido ao confinamento provocado pelo COVID-19, às cheias da Páscoa e à execução fraca do orçamento de estado volumoso até ao T3 de 2021, sobretudo na categoria de capital de desenvolvimento. A execução muito baixa do orçamento de estado para 2021 indica que Timor-Leste não possui capacidade de absorção para gastar um orçamento tão volumoso.
- A alocação orçamental para 2022 está a ser reduzida comparativamente com a verificada no OGE 2021, de modo a equilibrar as finanças públicas e assim preservar o Fundo Petrolífero do país. Ainda assim, prevê-se um crescimento positivo forte em 2022, resultado de uma execução superior ao esperado, de um grande número de projetos de PPPs planeados e da diminuição das importações devido a um orçamento menor.
- É esperado que a inflação aumente 2,7% em 2022 e 2,0% em 2023, em resultado da subida do preço mundial do petróleo após a redução da procura provocada pelo Covid-19.
- Entre setembro de 2020 e setembro de 2021 o dólar americano desvalorizou -2,3% contra um cabaz ponderado de moedas dos parceiros comerciais e Timor-Leste (a taxa de câmbio nominal efetiva, TCNE). Houve uma pequena valorização global nos últimos anos, o que reduziu o preço das importações e colocou pressão descendente na inflação doméstica, beneficiando os consumidores timorenses. Todavia esta valorização tornou também as exportações não-petrolíferas de Timor-Leste mais caras nos mercados internacionais, o que condicionou o desenvolvimento das exportações do país. Deste modo a desvalorização recente na taxa de câmbio nominal efetiva pode beneficiar as exportações.
- A previsão a taxa de câmbio sugere uma ligeira desvalorização comparativamente aos parceiros comerciais de Timor-Leste a médio prazo (2021 a 2024), o que deve aumentar a competitividade do país.

2.1.1 Crescimento

Timor-Leste

Em face do nível relativamente baixo de emprego no setor do petróleo, o PIB total não é a melhor forma de medir o desempenho económico em Timor-Leste. É mais útil monitorizar o desempenho económico utilizando o PIB não-petrolífero, bem como uma vasta gama de outros

indicadores relacionados com a economia não-petrolífera. Esta abordagem dá uma indicação mais precisa do impacto real das alterações na economia sobre o povo de Timor-Leste.

Em 2020 o PIB real não-petrolífero de Timor-Leste desceu -8,7%, para os 1.481 milhões de dólares. Só existem dados das Contas Nacionais até 2020, pelo que este é o último ano em que não é necessário prever o PIB.

Timor-Leste registou um crescimento do PIB, com valores médios de 2% ao ano entre 2010 e 2020. Estas taxas de crescimento foram impulsionadas por aumentos nas despesas governamentais, em linha com a estratégia económica do Governo de garantir que Timor-Leste possui as infraestruturas necessárias que permitam o florescimento a longo prazo do setor privado. A estratégia económica do Governo usa o financiamento através de empréstimos e levantamentos excessivos¹ a partir do Fundo Petrolífero para financiar investimentos de alta qualidade em infraestruturas e no desenvolvimento de capital humano. Tal como delineado no Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste, os investimentos governamentais de retorno elevado assentarão os alicerces necessários para um desenvolvimento sustentável a longo prazo liderado pelo setor privado. Os investimentos do Governo melhoraram significativamente a cobertura rodoviária e elétrica em Timor-Leste, o que ajudou a melhorar tanto os níveis de vida como o ambiente empresarial.

O PIB não-petrolífero revê um crescimento negativo em 2020. A contração foi consequência de declínios na despesa governamental e no investimento do setor privado, bem como da redução das exportações e das importações. A incerteza política também resultou num menor apoio por parte dos parceiros de desenvolvimento e na redução da atividade empresarial. A exportação e bens e serviços caiu -51,1% devido às restrições causadas pelo Covid-19 e aos confinamentos decretados nos parceiros comerciais de Timor-Leste. A estimativa para 2021 indica o retorno aos crescimentos positivos, com um crescimento de 1,6%.

Internacional

Tabela 4: Indicadores de crescimento entre 2018 e 2021, em percentagem

País	Concreto		Previsão	
	2019	2020	2021	2022
Mundo	3,6%	-3,2%	6,0%	4,9%
Economias avançadas	2,2%	-4,6%	5,6%	4,4%
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,5%	-2,1%	6,3%	4,5%
Ásia emergente e em desenvolvimento	6,3%	-0,9%	7,5%	6,4%
China	6,8%	2,3%	8,1%	5,7%

Fonte: *Panorama Económico Mundial do FMI, julho de 2021.*

Prevê-se que o panorama do crescimento global tenha um crescimento de 6,0% em 2021. As economias avançadas deverão crescer 5,6%, ao passo que o crescimento em mercados emergentes e economias em vias de desenvolvimento deverá ser de 6,3%. O aumento no crescimento global resulta sobretudo do grande número de pessoas vacinadas e no regresso de muitos países à normalidade, permitindo assim às suas economias recuperar após o crescimento negativo provocado pelo COVID-19. Está projetado que a economia dos EUA cresça 7,0% este ano. A China deverá ter um crescimento ainda maior em 2021, nos 8,1%.

¹ Levantamentos a partir do Fundo Petrolífero acima do RSE.

É esperado que o crescimento global seja de 4,9% em 2022, com o grupo das economias avançadas a crescer 4,4% e o grupo dos mercados emergentes e economias em vias de desenvolvimento a crescer 4,5%. Todavia o crescimento em 2022 continua sujeito ao risco de haver um aumento no número de casos de Covid-19 e um aumento na dívida. Foram feitos muitos esforços para acomodar as necessidades de saúde pública no mundo inteiro para evitar a disseminação do vírus. Os níveis de crescimento elevados, sobretudo na Ásia, constituem bases sólidas para exportadores timorenses e para o desenvolvimento económico em Timor-Leste. O cenário internacional de 2022 em diante oferece condições favoráveis que Timor-Leste poderá aproveitar.

2.1.2 Preços e Inflação

Tabela 5: Taxas de inflação global e regional, em percentagem

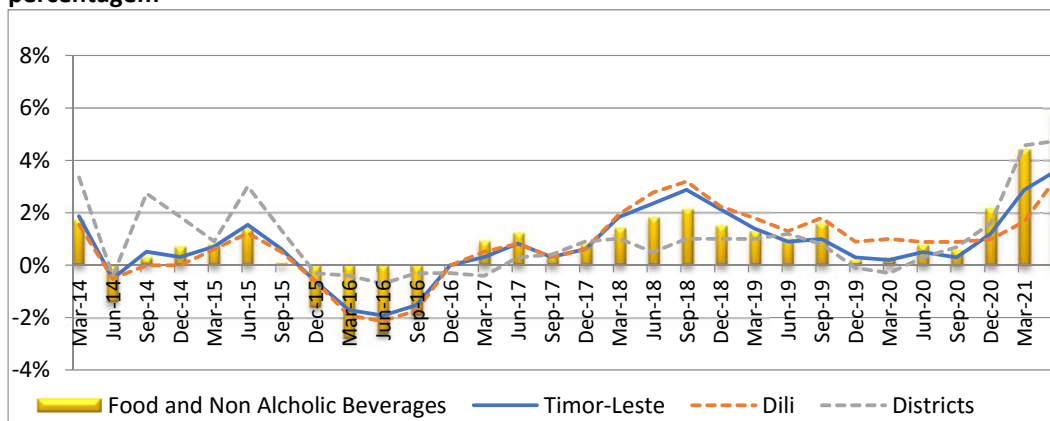
País	Concreto		Previsão	
	2019	2020	2021	2022
Mundo	3,5%	3,2%	3,5%	3,2%
Economias avançadas	1,4%	0,7%	1,6%	1,7%
Economias emergentes e em desenvolvimento	5,1%	5,1%	4,9%	4,4%
Ásia emergente e em desenvolvimento	3,3%	3,1%	2,3%	2,7%
Timor-Leste*	0,9%	0,5%	2,7%	2,0%

Fonte: Panorama Económico Mundial do FMI, abril de 2021. *Previsão do Ministério das Finanças.

Timor-Leste

Timor-Leste regista uma subida clara na inflação anual, com 3,9% em agosto de 2021. Em face do peso considerável dos alimentos e das bebidas não alcoólicas no cesto do IPC e da proporção elevada de alimentos importados por Timor-Leste todos os anos, os preços internacionais dos alimentos continuam a ser um dos principais elementos determinantes da taxa global do IPC, pelo que o MF continua a monitorizar os níveis de preços. O índice de preços dos alimentos do Banco Mundial (BM) subiu consideravelmente entre agosto de 2020 e agosto de 2021, com um aumento de 34%. Os preços domésticos dos alimentos subiram também, com um aumento de 6,0% durante esse período. É esperado que os preços atuais dos alimentos estabilizem em 2022 e que assim permaneçam no curto a médio prazo. Mais especificamente, o arroz é uma parte essencial da dieta dos timorenses. O arroz tailandês, que é a referência para Timor-Leste, desceu 20% em agosto de 2021, o que terá um efeito positivo nas famílias mais pobres, para as quais os alimentos representam a maior parte da sua despesa, deixando-as assim com mais rendimentos disponíveis. Os preços do café (Arábica e Robusta) subiram 32% em agosto de 2021 relativamente ao período homólogo de 2020. Isto terá um efeito positivo nas famílias que vivem da produção de café em Timor-Leste.

Figura 1: Alteração no Índice de Preços no Consumidor em Timor-Leste entre 2014 e 2021, em percentagem



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

Internacional

O FMI previu que a inflação global em 2021 será de 3,5%. A recuperação nos preços das matérias-primas, em especial o petróleo, contribuiu para o aumento na inflação dos preços ao consumidor em 2021. Nas economias avançadas prevê-se que a inflação abrande nos próximos anos. Nas economias de mercados emergentes a inflação baixou, em resultado da valorização cambial, tornando as importações mais baratas. O facto de a inflação em Timor-Leste ser mais baixa do que no resto da Ásia Emergente e em Vias de Desenvolvimento ajudará a melhorar a competitividade de Timor-Leste, uma vez que as suas exportações serão relativamente mais baratas.

Preços do petróleo

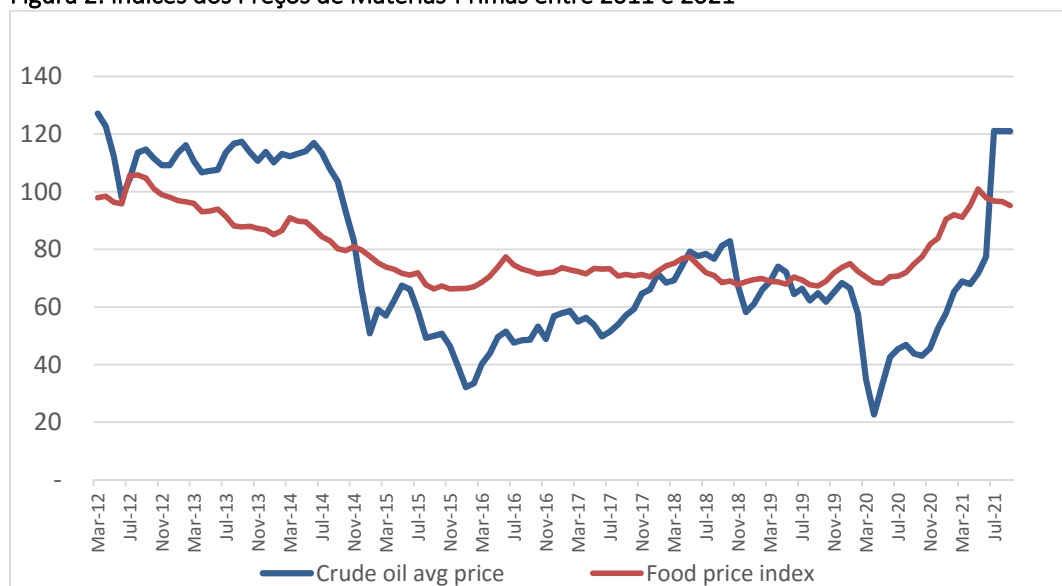
Os preços do petróleo são importantes para Timor-Leste, tanto para os cidadãos enquanto consumidores como para o país enquanto exportador de petróleo. O preço internacional Brent médio do barril de petróleo tem vindo a registar quedas dramáticas desde junho de 2014, passando de picos de 112 dólares por barril para valores de 34,7 dólares por barril em janeiro de 2016. A descida no preço do petróleo foi resultante do aumento da oferta global durante um período de baixa procura. O preço do petróleo caiu para metade no primeiro trimestre de 2020, devido à queda da procura global durante o auge da crise do COVID-19, chegando-se a um mínimo de 22,7 dólares por barril em março de 2020. Após isto os preços começaram a recuperar, sendo que em outubro de 2021 o barril de petróleo custava 79,0 dólares. O preço do petróleo está agora mais alto do que estava antes do início da crise do COVID-19 em dezembro de 2019. Esta recuperação tem sido motivada pelo equilíbrio entre oferta e procura durante o ano e pelo corte na produção definido pela OPEC+, que inclui a Rússia e outros exportadores de petróleo fora da OPEC. Prevê-se que no futuro o preço do petróleo aumente apenas de forma moderada. Em 2021 o preço do óleo de crude registou um aumento dramático de 79% comparativamente com o período homólogo de 2020.

Preços de Produtos Agrícolas

Uma parte significativa dos alimentos consumidos em Timor-Leste é importada, o que faz com que as alterações nos preços internacionais dos alimentos possam ter um impacto considerável

na taxa de inflação e nos níveis de vida. Segundo o Índice de Preços de Matérias-Primas do Banco Mundial (2011=100), os preços internacionais dos alimentos continuaram a descer a partir de um pico de 105,8 em agosto de 2012, ainda que os preços tenham estado estáveis, situando-se em média nos 73 em 2018 e nos 70 em 2019. A nível internacional o preço dos alimentos permaneceu no geral estável. O índice do preço dos alimentos do Banco Mundial (BM) subiu 27% entre setembro de 2020 e setembro de 2021, o preço mundial do arroz (tendo como referência o arroz tailandês) desceu -21% e o preço do Café Arábica subiu 35% durante o mesmo período. Embora o preço mundial dos alimentos tenha no geral aumentado, o preço do arroz diminuiu, o que é bom para os consumidores, e o preço do café está a subir, o que é bom para os produtores.

Figura 2: Índices dos Preços de Matérias-Primas entre 2011 e 2021



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

2.1.3 Taxas de Câmbio e Competitividade

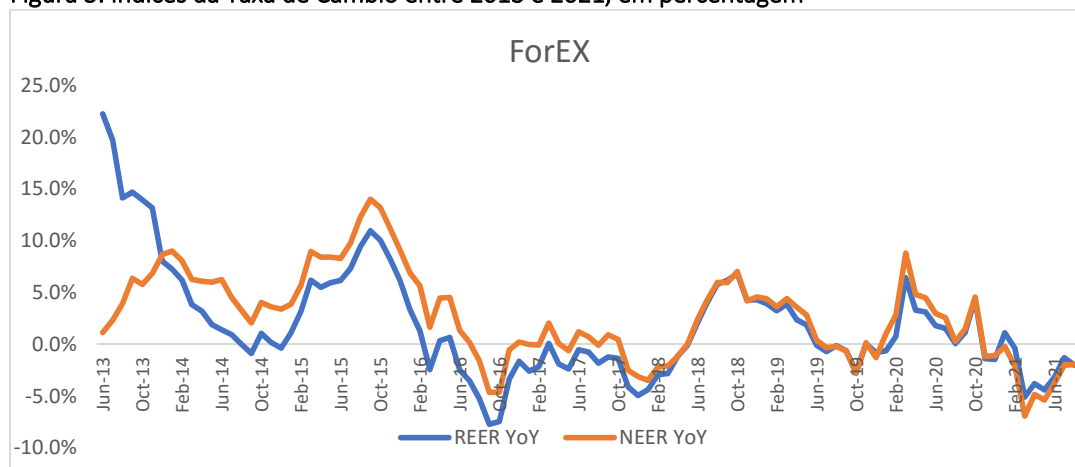
Entre setembro de 2020 e setembro de 2021 a TCEN desvalorizou -2,3%, ao passo que a TCER desvalorizou -2,2%. No mesmo período a TCEN desvalorizou -7,3% e a TCER desvalorizou -8,9% contra o cabaz do baht tailandês, do dong vietnamita e do dólar de Hong-Kong. Esta ligeira desvalorização real coloca alguma pressão ascendente sobre o preço do arroz e a inflação (uma vez que a Tailândia e o Vietname exportam grandes quantidades de arroz para Timor-Leste).

Uma medida da taxa de câmbio ajustada à inflação, a taxa de câmbio real efetiva (TCER), é uma forma mais eficaz de medir a competitividade. Se a inflação em Timor-Leste for inferior à de outros países, isso pode ajudar a mitigar a valorização da taxa de câmbio. A TCER teve uma desvalorização de -2,2% entre setembro de 2020 e setembro de 2021, em resultado das alterações às taxas de câmbio capturadas na TCEN e à inflação mais baixa em Timor-Leste no último ano comparativamente à dos seus vizinhos.

No futuro próximo é esperado que a taxa de inflação em Timor-Leste seja inferior à dos seus vizinhos, pelo que a competitividade de Timor-Leste deverá aumentar. Isto ajudará o mercado das exportações timorenses a estar bem colocado no mercado internacional. Embora isto seja

uma boa notícia, o Governo não pode ser complacente com a questão da competitividade. É prioritário melhorar o cenário ambiental para encorajar uma maior competitividade, sendo que a política de alvo de inflação é um dos passos para a concretização desta prioridade.

Figura 3: Índices da Taxa de Câmbio entre 2013 e 2021, em percentagem



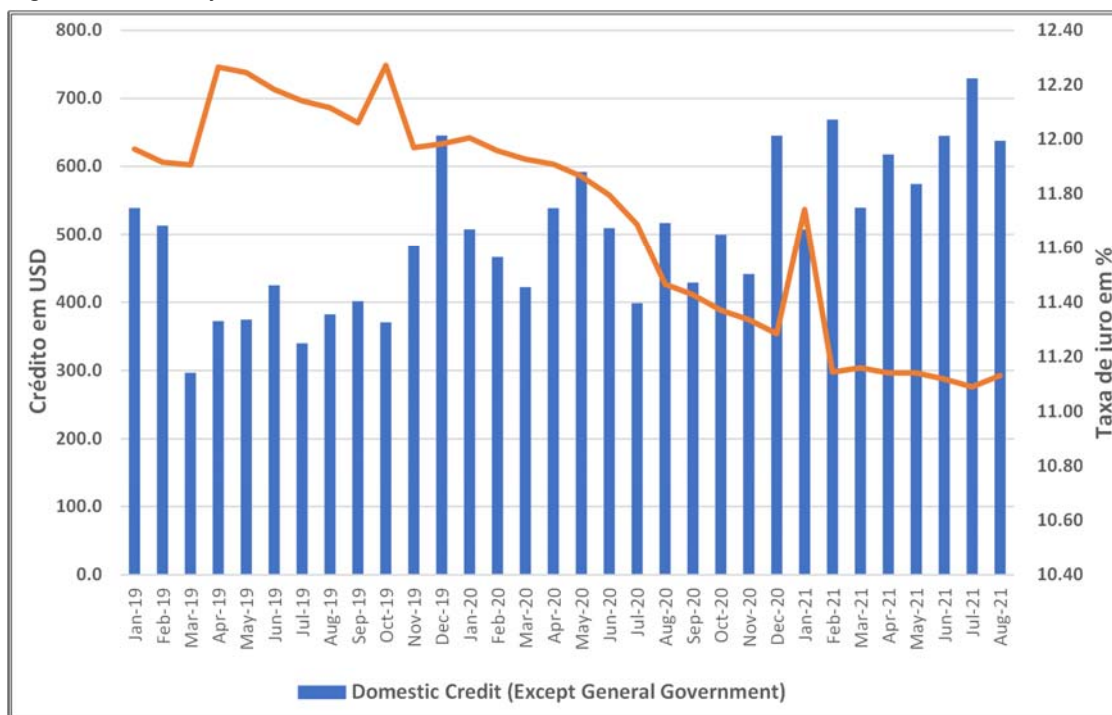
Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

2.1.4 Tendências do Setor Financeiro

Taxas de Juro Comercial e Crédito

O montante e custo do crédito para o setor privado é um indicador importante para o desenvolvimento do setor privado. Em agosto de 2021 os empréstimos ao setor privado apresentavam uma taxa média de juro de 11,13%, o que constitui uma subida de 0,4% comparativamente ao período homólogo de 2020. As taxas têm vindo a descer ao longo dos últimos 18 meses, o que é bom para as empresas que desejam contrair empréstimos para expandirem os seus negócios. O total do crédito doméstico em agosto de 2021, excluindo o governo-geral, era de 637,9 milhões de dólares, o que constitui um aumento de 14,4% relativamente a julho de 2021. Nos últimos 6 meses a média foi de 623,9 milhões, registando-se também um aumento ao longo dos últimos 18 meses. Todavia as informações do Banco Central indicam que cada vez mais os empréstimos estão a ser concedidos a indivíduos e não a empresas.

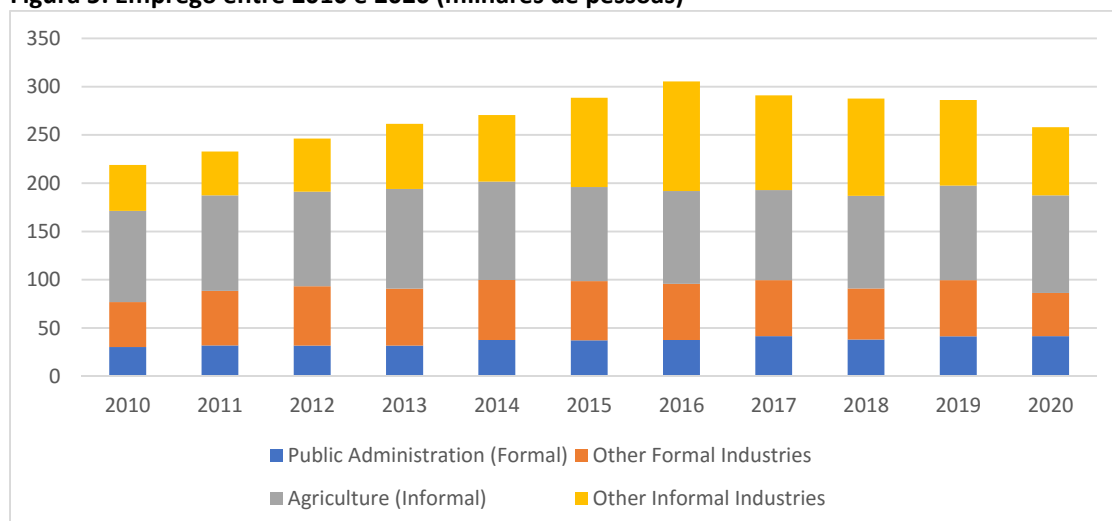
Figura 4: Taxas de juro comercial e crédito



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, agosto de 2021. Taxa de Juro (RHS, %), Crédito (LHS, em milhões de dólares).

2.1.5 Emprego

Figura 5: Emprego entre 2010 e 2020 (milhares de pessoas)



Fonte: Ministério das Finanças, agosto de 2021.

Tendências no emprego ao longo do tempo

Há 20% mais pessoas empregadas em 2020 do que em 2010, porém o valor atual continua inferior em 15% ao valor mais elevado registado em 2016. O setor informal representa cerca de dois terços do emprego em Timor-Leste. Em 2020 estima-se que o emprego formal tenha caído cerca de 13% e que o informal tenha caído cerca de 8%. Ao longo do tempo o emprego na administração pública, noutras indústrias formais (por exemplo construção, banca e seguros) e na agricultura tem permanecido relativamente inalterado. O restante emprego informal (sobretudo em serviços como retalho e táxis) tem sido o principal fator a determinar as alterações nos valores do emprego.

Dados

As estimativas do emprego em Timor-Leste usam várias fontes reconciliadas por Contas Nacionais, como por exemplo o Estudo da Atividade da População Ativa, o Estudo da Atividade Empresarial e o Relatório Financeiro do MF.

2.2 Panorama Económico

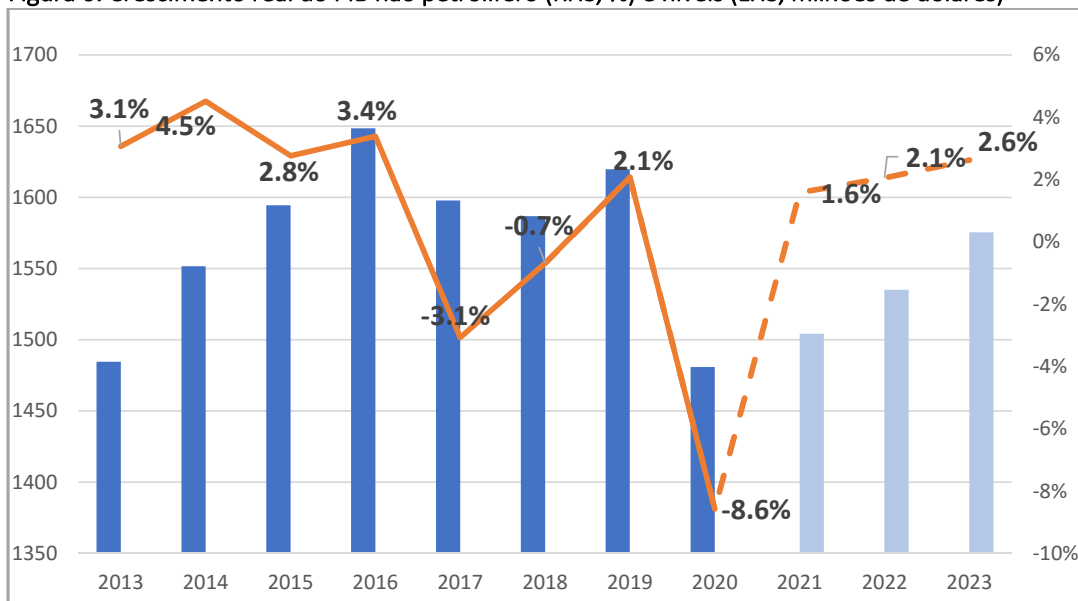
O Ministério das Finanças prevê que o PIB não-petrolífero cresça 1,6% em 2021. Embora o orçamento para 2021 seja volumoso, foi ainda assim revisto em baixa devido ao impacto da descoberta de transmissão comunitária do COVID-19 e ao confinamento associado, às cheias recentes e à fraca execução da despesa governamental. Um ambiente de inflação a subir devido à recuperação do preço mundial do petróleo pode colocar alguma pressão sobre o consumo, porém a queda no custo do arroz e o aumento no preço do café deverão ajudar as famílias mais pobres e as famílias rurais.

O investimento no setor público em 2020 foi condicionado pelo regime de duodécimos, pela incerteza política e pelo COVID-19. Contudo a nova coligação deve trazer a estabilidade política necessária para que o Orçamento para 2021 seja aprovado, levando a um maior ímpeto nos projetos de infraestruturas públicas, com destaque para a educação, saúde e água e saneamento. Embora o orçamento para 2021 seja volumoso, o crescimento esperado foi revisto em baixa para 1,6% devido ao impacto ao confinamento associado ao COVID-19, às cheias recentes e à fraca execução do orçamento de estado até ao T3 de 2021. Aqui destaca-se a categoria de capital de desenvolvimento, que no final de setembro tinha uma execução de apenas 15%.

A alocação orçamental para 2022 está a ser reduzida comparativamente com a verificada no OGE 2021, de modo a equilibrar as finanças públicas e assim preservar o Fundo Petrolífero do país. Ainda assim, prevê-se um crescimento positivo forte em 2022, resultado de uma execução superior ao esperado, de um grande número de projetos de PPPs planeados e da diminuição das importações devido a um orçamento menor.

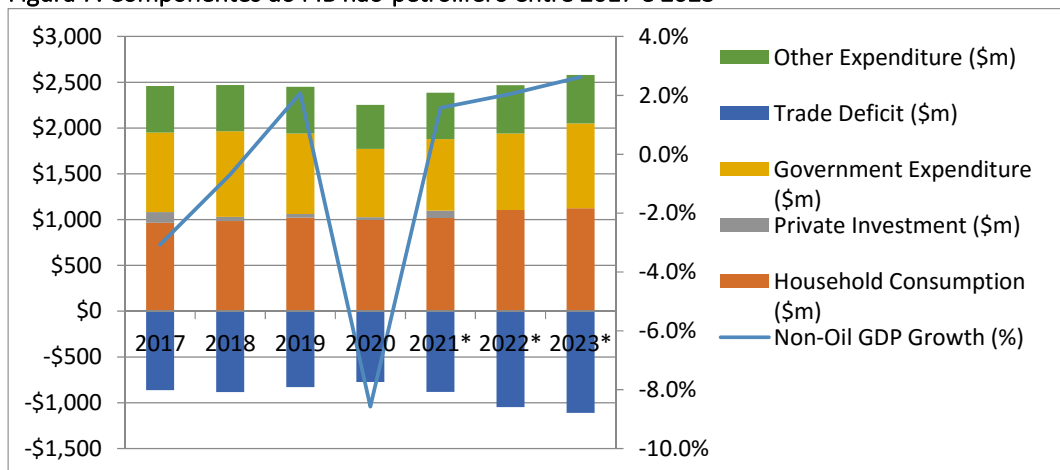
A médio prazo o Ministério das Finanças prevê regressar a um crescimento positivo sustentável, com base na estabilidade política e no investimento do setor privado. No curto a médio prazo assistiremos à continuação da construção do Porto da Baía de Tibar e ao alargamento de projetos comerciais atuais e novos no país. Estes investimentos são consistentes com a estratégia económica do país, juntando-se a investimentos continuados a nível do capital humano e da educação, com vista a atrair investidores e assim criar emprego a nível interno.

Figura 6: Crescimento real do PIB não petrolífero (RHS, %) e níveis (LHS, milhões de dólares)



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2020, Previsões Económicas para 2021 a 2023, Ministério das Finanças, outubro de 2021.

Figura 7: Componentes do PIB não-petrolífero entre 2017 e 2023



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2020, Previsões Económicas para 2021 a 2023, Ministério das Finanças, outubro de 2021.

Riscos e Incerteza

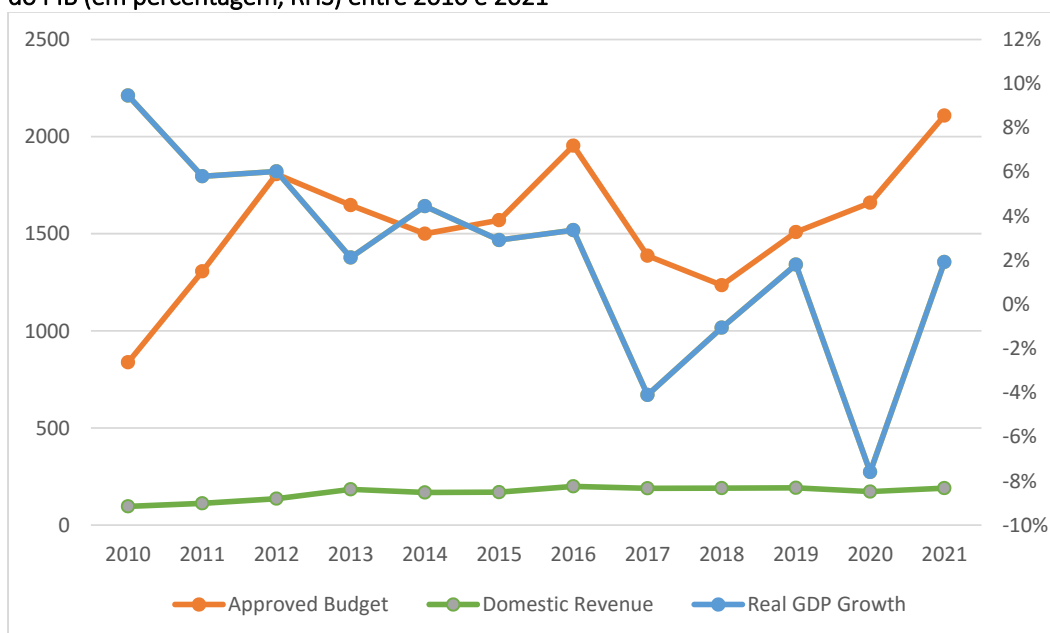
As estimativas ou projeções económicas visam prever as taxas de crescimento anual do PIB e os valores macroeconómicos de alto nível. Elaborar previsões sobre quais poderão ser as variáveis macroeconómicas no futuro é importante para ajudar governos e empresas a tomar decisões relativamente a políticas, planeamento e investimento. Contudo, é importante perceber que para fazer estas previsões é necessário fazerem-se alguns pressupostos sobre condições futuras. Assim sendo todas as projeções incluem sempre um elemento de incerteza. As principais incertezas nas previsões vêm das importações e da execução orçamental governamental. Caso a despesa governamental seja particularmente dependente das importações, ou por outras

palavras se muita da nova despesa for para bens e serviços vindos de fora de Timor-Leste, as previsões do PIB para anos futuros poderão ser reduzidas em baixa, uma vez que as importações têm um efeito negativo sobre o PIB final.

Para lá disto, caso haja uma mudança significativa nas taxas de execução, tal poderá ter um impacto assinalável na economia, em especial uma vez que o Orçamento de Estado representa uma parte importante do PIB de Timor. As taxas de execução variam de ano a ano por razões diferentes, estando também dependentes da capacidade de absorção da economia timorense. Capacidade de absorção significa quanto dinheiro as linhas ministeriais são realmente capazes de gastar, independentemente de quanto dinheiro tenham. Por exemplo, mesmo que se aumentasse o orçamento de forma significativa, poderia ser impossível para as linhas ministeriais gastar todo esse dinheiro. Tal como acontece com todas as estimativas, quanto mais tempo houver e quão mais precisos forem os dados, menos pressupostos será necessário fazer e mais próximos ficaremos do valor real.

2.3 Despesa Governamental, Receitas Domésticas e Crescimento do PIB

Figura 8: Orçamento de estado, receitas domésticas (em milhões de dólares, LHS) e crescimento do PIB (em percentagem, RHS) entre 2010 e 2021



Fonte: Ministério das Finanças, agosto de 2021.

Ao longo dos últimos 11 anos não houve relacionamento claro entre o crescimento do PIB real, níveis de receitas domésticas e orçamento de estado. Para garantir que a despesa governamental contribui para o crescimento económico é essencial que a alocação do orçamento de estado vá apoiar setores com elevado potencial para contribuir para o crescimento económico.

Uma redução na despesa governamental pode não ter necessariamente um efeito negativo proporcional na taxa de crescimento do PIB, desde que a despesa governamental incida em setores que promovam o investimento do setor privado, como por exemplo infraestruturas

básicas e investimento em capital humano, de modo a criar oportunidades de emprego e a reduzir a taxa de pobreza.

De igual modo, orçamentos maiores não têm necessariamente conduzido a um maior crescimento económico, uma vez que as linhas ministeriais podem não conseguir gastar todo o dinheiro, levando assim a uma taxa de execução mais baixa. Isto é conhecido como a capacidade de absorção do governo, ou seja, quanto dinheiro o governo consegue efetivamente gastar.

As receitas governamentais podem afetar a economia através de alterações na política fiscal para influenciar decisões de investimento, consumo, poupanças e emprego. Tal como acontece com as prioridades de despesa do governo, para contribuir para o crescimento económico é necessário que a reforma tributária do governo promova o investimento do setor privado, promova a criação de emprego e ajude a diversificar a economia. Em Timor-Leste as receitas governamentais têm sido baixas, sendo que atualmente é necessário melhorar a cobrança tributária para sustentar o orçamento de estado.

Para lá do teto da despesa governamental existem também outros fatores importantes com influência no crescimento do PIB:

- **Estabilidade política:** A estabilidade política encoraja o setor privado e o investimento direto estrangeiro e facilita projetos de desenvolvimento. Em Timor-Leste a recente instabilidade política e os atrasos na aprovação do orçamento, resultantes na adoção do regime de duodécimos em 2017, 2018 e 2020, contribuíram para o crescimento negativo nesses anos.
- **Atividade do setor privado:** O setor privado tem um papel importante na redução da pobreza, promovendo o crescimento económico e diversificando a economia de modo a afastá-la da dependência do petróleo. Para conseguir isto o governo terá de providenciar um melhor ambiente empresarial, especialmente em setores produtivos como a agricultura, o turismo e outras indústrias transformadoras. Melhorar o ambiente empresarial significa melhorar leis e regulações de modo a reduzir a burocracia e a otimizar os negócios, assim no geral como melhorar as qualificações e a saúde da mão-de-obra. O investimento elevado por parte do setor privado pode criar emprego e reduzir a taxa de pobreza.
- **Composição e alocação do orçamento:** A política fiscal é vital para fomentar o crescimento económico. O *tipo* de despesa governamental influencia o crescimento económico quando a fatia de alocação orçamental é mais elevada em setores produtivos. O investimento em infraestruturas vitais como estradas e maquinaria, assim como em pesquisa e desenvolvimento, pode encorajar o setor privado a investir. O investimento em capital social, como seja a despesa com saúde e educação, pode não ter um impacto instantâneo no PIB, porém é essencial para o crescimento e perspetivas do país no médio a longo prazo.
- **Despesa dos parceiros de desenvolvimento:** A despesa dos parceiros de desenvolvimento contribuirá para o crescimento económico. Para apoiar o crescimento a longo prazo é necessário que a ajuda seja mais efetiva no apoio ao fortalecimento institucional, à saúde e à educação. A ajuda é também efetiva no crescimento a curto prazo em setores como infraestruturas, agricultura e indústria.

- **Consumo das famílias:** Quando a taxa de emprego é maior as famílias tendem a gastar mais, uma vez que há mais pessoas com maior rendimento disponível para gastar em itens não-alimentares não-essenciais, o que por sua vez tem um efeito multiplicador na economia.

2.4 Receitas

Está previsto que as receitas domésticas não-petrolíferas aumentem em 2022, após a queda acentuada em 2021. As previsões para 2021 apontam para uma descida significativa na cobrança de receitas domésticas. Isto deve-se sobretudo à exclusão dos itens operacionais da EDTL e da BEE TL das cobranças de Taxas e Pagamentos. Todavia a recessão económica associada à continuação da pandemia de COVID-19 exerce uma pressão descendente nas receitas fiscais, em especial impostos indiretos, imposto sobre vendas e retenção na fonte. O declínio na despesa do Fundo de Infraestruturas como parte do orçamento rectificativo para 2021 terá também um impacto na cobrança de retenção na fonte, em face da sua associação à despesa de capital. Não obstante isto é esperado que as Agências Autónomas terminem o ano significativamente acima do que se verificou em 2020, uma vez que mais agências reportam cobranças no ano anterior e que se registou uma grande cobrança junto do Centro Logístico Nacional (CNL).

Embora ainda seja incerto durante quanto tempo o impacto do Covid-19 vá afetar o sistema económico global e a economia interna timorense, as previsões atuais apontam para uma subida de 8,4% na cobrança de receitas domésticas em 2022, à medida que a economia recupera da recessão provocada pelo Covid-19. É esperado que as projeções futuras de receitas domésticas não-petrolíferas anuais cresçam de forma positiva de ano para ano. Uma maior atividade no setor privado, estabilidade política e a continuação de projetos capitais do Governo ajudarão também a promover o crescimento das receitas. Prevê-se que a tendência positiva se mantenha até 2025, em face das atuais expectativas de crescimento macroeconómico. Contudo, devido à alteração estrutural na cobrança de receitas prevê-se que até 2026 as receitas domésticas continuem abaixo dos níveis 'normais' (o montante cobrado em 2019). É importante notar que as estimativas atuais não incluem receitas adicionais de algumas das potenciais plataformas em discussão, como por exemplo a introdução do IVA, uma vez que estas ainda não foram aprovadas pelo Parlamento.

Timor-Leste depende fortemente do petróleo, o qual representou quase 80% do total das receitas em 2019. Contudo, está previsto que as receitas petrolíferas diminuam à medida que a produção nos campos existentes se aproxima do fim. O ano de 2022 será o primeiro ano desde há algum tempo em que a receita doméstica deverá representar a maior parte do total da receita. Isto faz com que seja prioritário fazer uma reforma Fiscal e da Gestão das Finanças Públicas. Melhorar a capacidade de cobrança de receitas através da introdução de novos instrumentos fiscais, rever os instrumentos existentes e visitar políticas tributárias e legislação que promovam investimentos serão medidas que poderão aumentar consideravelmente as receitas fiscais e não fiscais.

Tabela 6: Total das Receitas, 2019 a 2025, em milhões de dólares

	2020 concr.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.	2026 proj.
Total das Receitas	508,5	367,3	196,5	263,3	167,2	175,7	184,6
Receitas Domésticas (excluindo RAEOA-ZEESM)	182,4	139,2	150,9	159,1	167,2	175,7	184,6
Receitas Petrolíferas (excluindo retornos de investimentos)	326,2	228,1	45,6	104,2	-	-	-

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

2.4.1 Receitas Domésticas

As receitas domésticas de Timor-Leste consistem em receitas tributárias, taxas e pagamentos, juros sobre saldos de tesouraria e receitas de instituições autónomas e regiões administrativas especiais. As receitas domésticas englobam tanto a RAEOA-ZEESM como o resto do país.

A Tabela 11 discrimina as receitas domésticas nestas categorias, apresentando valores concretos e previstos entre 2020 e 2026. Devido a atrasos no reporte, a análise na presente secção não inclui informações sobre impostos relativos à RAEOA-ZEESM.

Tabela 7: Receitas domésticas entre 2020 e 2026, em milhões de dólares

	2020 concr.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.	2026 proj.
Total das receitas domésticas (excl. ZEESM)	182,4	139,2	150,9	159,1	167,2	175,7	184,6
Impostos (excl. ZEESM)	114,7	112,5	121,7	127,8	134,2	140,9	148,0
<i>Impostos da ZEESM</i>	<i>3,2</i>	<i>2,6</i>	<i>2,8</i>	<i>2,9</i>	<i>3,1</i>	<i>3,2</i>	<i>3,4</i>
Taxas e Pagamentos	59,0	12,0	16,8	17,8	18,7	19,7	20,6
Juros	0,3	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7
Instituições Autónomas (excl. ZEESM)	8,4	14,3	11,8	12,8	13,6	14,4	15,3
<i>Regiões Administrativas Especiais</i>	<i>0,7</i>	<i>0,2</i>	<i>0,2</i>	<i>0,2</i>	<i>0,2</i>	<i>0,2</i>	<i>0,2</i>

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2019. As previsões usam os valores concretos dos impostos da RAEOA-ZEESM e de taxas e pagamentos em 2020.

2.4.2 Receitas Tributárias

As receitas tributárias representam de forma consistente a maior fonte de receitas domésticas em Timor-Leste, constituindo 63% do total das receitas domésticas em 2020. Estima-se que isto venha a aumentar substancialmente nos próximos anos, em face da quebra significativa nas Taxas e Pagamentos em resultado de as receitas da ECTL e da BEE TL terem sido retiradas da conta do Tesouro. As previsões atuais apontam para que o total das receitas domésticas represente 81% do total das receitas tributárias em 2021 e 2022. Estas projeções estão resumidas na Tabela 12, sendo divididas em Impostos Diretos e Impostos Indiretos. A tabela não inclui impostos da RAEOA-ZEESM, dado que estes não foram estimados a nível de itens operacionais. A Tabela 11 contém o total dos impostos da RAEOA-ZEESM.

Está previsto que as cobranças tributárias desçam ligeiramente (2%) em 2021 relação ao ano transato. Isto deve-se sobretudo à continuação do impacto da pandemia de Covid-19 e aos

períodos de confinamento obrigatório / cercas sanitárias erigidas para evitar a disseminação do vírus no país. Ainda que Timor-Leste tivesse visto o seu primeiro caso em março de 2020, não foi detetada transmissão comunitária até quase um ano mais tarde, em fevereiro de 2021. Isto significa que a maior parte das atividades de confinamento de populações e atividades empresariais teve lugar em 2021 e não em 2020, o que sugere que em 2021 as cobranças deverão ser ainda menores do que em 2020. Prevê-se que a receita tributária global caia 8% entre os níveis pré-pandemia em 2019 e 2022, comparativamente com 6% entre 2019 e 2021.

Os impostos indiretos, aplicados sobre bens e serviços, deverão ser afetados sobretudo em 2021, com uma queda esperada de -6%. Os impostos indiretos são muitas vezes usados como indicador do consumo das famílias, pelo que este decréscimo sugere que a economia timorense abrandou ainda mais em 2021. A cobrança de imposto sobre o consumo, o maior contribuidor para as receitas domésticas, deverá cair 7% comparativamente com o valor registado em 2020. O imposto sobre vendas deverá cair 11%. Em contrapartida, o imposto sobre serviços e os direitos de importação deverão registar aumentos ligeiros. Também os impostos diretos deverão ter uma subida geral de 3%, motivada sobretudo por um aumento nos Impostos sobre Rendimentos no setor público. Também os impostos coletivos deverão subir, em face de cobranças elevadas durante o T2 de Q2 2021.

No final de T3 de 2021 as receitas tributárias representavam 74% da receita prevista para o ano. Os maiores dois impostos são o imposto sobre os serviços e o imposto coletivo, representando respetivamente 87% e 81% do seu total. Isto implica que o total para o ano poderá ser superior ao previsto. O imposto mais baixo é a retenção na fonte, com 68%, o que pode sugerir que a cobrança até final do ano será inferior ao previsto. No período homólogo de 2019 o total de receita tributária acumulada era de 74% do total da cobrança para o ano. Em 2020 era de 73%.

As previsões para 2022 registam um aumento significativo nas receitas tributárias, com uma subida estimada de 8% comparativamente com as estimativas para 2021, embora não seja esperado que ultrapassem os níveis anteriores ao Covid-19. Comparando as cobranças em 2019 com as previsões para 2022, temos que as receitas tributárias continuam a ser 1% mais baixas. Até 2023 não é esperado que os impostos regressem aos níveis que apresentavam antes da pandemia.

Prevê-se que os impostos diretos registem um aumento ligeiramente inferior (7,9%) em 2021, devido ao seu aumento em 2020. Os impostos indiretos são por norma os principais motores do crescimento, estando previsto que subam 8,2% em comparação com as estimativas para 2021. O maior aumento deverá acontecer no imposto de retenção, que foi o imposto com a maior queda em 2021, devido a um aumento esperado na execução da despesa de capital. Também o imposto sobre vendas e o imposto sobre serviços deverão apresentar um crescimento com dois dígitos.

Nos próximos anos é esperado um aumento nas receitas tributárias, numa média de 5% ao ano, em resultado de um cenário macroeconómico e político estável. A tendência positiva deverá manter-se até 2026. As reformas nos sistemas de cobrança tributária, com a passagem para o SIGTAS (Sistema Integrado Padrão de Administração Tributária do Governo) 3.0, deverão aumentar a capacidade da Autoridade Tributária para assegurar um maior cumprimento fiscal e regular a fuga aos impostos. É importante notar que estas previsões não incluem a introdução do IVA, uma vez que não é certo quando irá acontecer. Esta e outras reformas possíveis serão discutidas de forma mais detalhada noutra secção deste documento. É vital que se explorem

outros instrumentos tributários durante este período de tempo, a fim de aumentar a base tributária do país e ajudar a garantir sustentabilidade fiscal no médio a longo prazo.

Tabela 8: Total das Receitas Tributárias, Valores Concretos e Projeções para 2020 a 2026, em milhões de dólares

	2020 concr.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.	2026 proj.
Total de impostos (excluindo RAEOA-ZEESM)	114,7	112,5	121,7	127,8	134,2	140,9	148,0
Impostos diretos	46,4	48,0	51,8	54,3	57,1	59,9	62,9
Imposto sobre rendimentos	16,9	19,0	19,6	20,6	21,7	22,7	23,9
<i>Rendimentos individuais (setor público)</i>	5,0	7,5	7,8	8,2	8,6	9,0	9,5
<i>Rendimentos individuais (outros)</i>	11,9	11,5	11,9	12,4	13,1	13,7	14,4
Imposto coletivo	9,1	10,1	10,3	10,8	11,3	11,9	12,5
Retenção na fonte	20,4	18,8	21,8	22,9	24,1	25,3	26,5
Impostos indiretos	68,3	64,5	70,0	73,3	77,0	80,8	84,8
Imposto sobre serviços	4,0	4,3	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0
Imposto sobre vendas	14,7	13,0	14,6	15,3	16,1	16,9	17,7
Imposto sobre o consumo	36,3	33,6	36,3	38,1	40,0	42,0	44,1
Direitos de importação	13,4	13,5	14,2	14,9	15,6	16,4	17,2

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

2.4.3 Taxas e Pagamentos

As taxas e pagamentos incluem uma vasta seleção de categorias de fontes não-tributárias que contribuem para as receitas domésticas. Estas englobam taxas administrativas, pagamentos de serviços e pagamentos de royalties ao Governo provenientes da exploração de recursos naturais que não o petróleo. Historicamente as taxas e pagamentos representam cerca de 30% do total das receitas domésticas não-petrolíferas. Em 2021 prevê-se que representem 9%, devido a uma quebra nas cobranças de quase 80%.

A razão para este declínio significativo é que no início de 2021 a Eletricidade de Timor-Leste E.P. (EDTL) e a BEE Timor-Leste E.P. se tornaram Empresas Públicas. Isto significa que embora continuem no setor público, as suas receitas já não são contadas na conta do Tesouro, uma vez que deixam de fazer parte do Governo-Geral. As Empresas Públicas são as entidades públicas mais autónomas que há. Deste modo os itens operacionais Pagamentos de Água, Taxas e Pagamentos de Eletricidade e Receitas da EDTL provenientes de Novas Instalações deixam de estar incluídas nas receitas domésticas. Até 2020 os pagamentos da eletricidade eram de forma consistente o maior contribuinte para as receitas de taxas e pagamentos, chegando muitas vezes a representar mais de 60% de todas as cobranças. São esperadas quebras relativamente ao ano anterior na maior parte dos outros grandes contribuidores, incluindo Rendas de Propriedades, Taxas de Inspeção e Registo de Veículos, e Royalties de Operações de Extração Mineira e de Pedreiras. As cobranças relativas a passaportes e bilhetes de identidade e as taxas de vistos deverão igualmente continuar baixas em relação aos níveis anteriores à pandemia, o que não é surpreendente já que a continuação do Estado de Emergência determina a validade de todos os vistos, reduzindo assim a necessidade de prolongamentos, e que houve uma redução considerável no número de voos internacionais devido à pandemia de Covid-19, que levou ao cancelamento da maior parte dos voos comerciais. Os dividendos do BCTL, por norma um dos maiores contribuidores, deverão também cair 76% comparativamente com 2019.

As previsões para 2022 registam um crescimento significativo nas cobranças, com uma taxa de crescimento de 40% relativamente às projeções para 2021. Isto deve-se à recuperação da maior parte dos maiores itens operacionais para níveis próximos dos que apresentavam antes da pandemia. É esperado que esta tendência positiva se mantenha nos próximos anos, em face das estimativas atuais de crescimento do PIB em 2022 e no futuro próximo. A extração mineira é vista como um setor essencial da economia, em especial dada a diminuição nos retornos do campo Bayu-Undan. A cada vez maior descentralização das cobranças resultou também na introdução de instrumentos não fiscais nos municípios através de publicidade e serviços de estacionamento. A continuação da descentralização, as melhorias e reforço nos mecanismos de cobrança em ministérios operacionais e a introdução de novos instrumentos não-tributários deverão aumentar as cobranças. Está previsto que as contribuições das taxas e pagamentos provenientes dos transportes, arrendamento de propriedades, dividendos e jogos sociais regressem a um caminho de crescimento estável. Não obstante isto, serão precisos ainda muitos anos até se voltarem a verificar níveis como os registados antes da introdução da EDTL e da BEE Timor-Leste.

Tabela 9: Taxas e Pagamentos, Concretos e Projeções, para 2020 a 2026, em milhares de dólares

		2020 concr.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.	2026 proj.
Ministério cobrador	Total de taxas e pagamentos	58.953,6	12.013,1	16.835,0	17.805,3	18.714,9	19.650,1	20.632,0
Ministério das Finanças	Outras receitas não tributárias das Alfândegas	848,5	409,9	430,4	452,0	474,6	498,3	523,2
Ministério das Finanças	Taxas de serviços aduaneiros	1,3	1,4	1,2	1,3	1,4	1,4	1,5
Ministério das Finanças	Coimas aduaneiras	1,0	3,1	3,1	3,4	3,5	3,7	3,9
Ministério das Finanças	Pagamentos tardios de juros	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,1	1,1
Ministério das Finanças	Outros direitos aduaneiros	-	-	-	-	-	-	-
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Taxas de licenças comerciais	5,8	7,1	7,4	7,7	8,1	8,5	9,0
Ministério dos Transportes e Comunicações	Taxas de correio	20,8	4,7	12,4	12,8	13,5	14,2	14,9
Ministério da Justiça	Rendas de propriedades	3.082,7	2.669,8	3.087,5	3.320,1	3.486,1	3.660,4	3.843,4
Ministério das Obras Públicas	Taxas de água	262,0	-	-	-	-	-	-
Ministério dos Transportes e Comunicações	Taxas de registo de veículos	1.591,2	932,3	1.406,6	1.477,0	1.550,8	1.628,4	1.709,8
Ministério dos Transportes e Comunicações	Taxas de inspeção de veículos	968,8	446,1	751,0	788,6	828,0	869,4	912,9

		2020 concr.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.	2026 proj.
Ministério dos Transportes e Comunicações	Taxas de cartas de condução	543,1	192,0	327,8	344,2	361,4	379,5	398,5
Ministério dos Transportes e Comunicações	Taxas de franchising de transportes públicos	344,5	237,0	335,6	352,4	370,0	388,5	407,9
Ministério dos Transportes e Comunicações	Coimas de transportes / trajetórias	121,1	57,4	97,3	102,2	107,3	112,7	118,3
Ministério dos Transportes e Comunicações	Outras taxas de transportes	134,9	9,8	24,5	25,7	27,0	28,4	29,8
Ministério da Justiça	Passaportes e BIs	743,9	328,5	951,1	1.105,9	1.161,2	1.219,2	1.280,2
Ministério do Interior	Taxas de vistos	1.179,0	645,8	917,2	953,9	1.001,6	1.051,6	1.104,2
Tribunais	Tribunais – Coimas e sanções	511,0	304,0	318,7	331,5	348,1	365,5	383,7
Ministério das Obras Públicas	Taxas e pagamentos de eletricidade	35.476,4	-	-	-	-	-	-
Ministério dos Transportes e Comunicações	Receitas de domínios de internet de TL	174,2	108,7	144,5	151,7	159,3	167,3	175,6
Secretaria de Estado da Formação Vocacional e Emprego	Coimas e abdições	265,5	142,8	171,4	180,0	189,0	198,5	208,4
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	Direitos de extração mineira e exploração de pedreiras	2.726,0	1.916,4	2.475,7	2.599,4	2.729,4	2.865,9	3.009,2
Ministério das Finanças	Receção de documentos de propostas – Ministérios	17,6	93,5	70,1	80,6	84,7	88,9	93,3
Ministério das Finanças	Leilões	28,9	509,2	532,8	600,0	650,0	682,5	716,6
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Receitas de jogos sociais	735,3	768,5	1.014,4	1.115,8	1.171,6	1.230,2	1.291,7
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Rendas de propriedades governamentais	48,6	20,9	38,7	44,6	46,8	49,1	51,6

		2020 concr.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.	2026 proj.
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Produtos de silvicultura	107,7	85,4	93,5	97,2	102,1	107,2	112,5
Ministério da Educação, incluindo SEJD	Taxa de serviços de saneamento	12,3	4,3	6,5	6,8	7,1	7,5	7,9
Ministério da Saúde	Registo de profissionais de saúde	35,5	29,9	36,9	38,4	40,3	42,3	44,4
Ministério da Educação	Instituto Politécnico de Betano	51,2	46,8	50,3	52,3	54,9	57,7	60,6
Comissão Nacional de Eleições	Renda do salão	2,9	2,4	2,5	2,6	2,6	2,8	2,9
Presidência do Conselho de Ministros	Taxa de impressão – PCM	60,1	66,7	103,5	113,9	119,6	125,6	131,8
Ministério da Saúde	Taxa farmacêutica	45,2	35,9	41,3	43,0	45,1	47,4	49,8
Ministério das Finanças	Dividendos do BCTL	6.549,8	1.541,1	2.941,6	2.941,6	3.088,7	3.243,1	3.405,3
Ministério das Finanças	OPTs devolvidas de anos anteriores	1.663,0	-	-	-	-	-	-
Ministério das Finanças	Outras receitas não fiscais	118,6	195,0	167,8	174,6	183,3	192,5	202,1
Ministério da Administração Estatal	Receitas com publicidade no Município de Díli	179,2	119,7	168,1	176,5	185,4	194,6	204,4
Ministério da Administração Estatal	Receitas com publicidade no Município de Ainaro	0,9	1,8	1,8	1,9	2,0	2,1	2,2
Ministério da Administração Estatal	Taxas de estacionamento no Município de Díli	41,8	16,0	38,7	40,6	42,6	44,7	47,0
Ministério da Saúde	Sanções administrativas e coimas	-	53,4	55,5	57,7	60,0	62,4	64,9
Ministério das Obras Públicas	Receitas da EDTL – Novas instalações	218,8	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

2.4.4 Juros

Os juros refletem pagamentos de juros recebidos a partir do dinheiro mantido em fundos governamentais.

Em 2020 registou-se um decréscimo nas cobranças reais comparativamente com as previsões iniciais, em resultado da queda das taxas de juro a nível mundial. Prevê-se que as cobranças continuem relativamente estáveis ao longo dos próximos 5 anos, entre os 0,56 milhões de dólares em 2022 e os 0,71 milhões em 2026. Esta ligeira subida deve-se ao aumento esperado nas taxas de juro globais ao longo dos próximos 5 anos.

Tabela 10: Receitas de juros, valores concretos e projeções entre 2020 e 2026, em milhares de dólares

	2020 concr.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.	2026 proj.
Receitas de Juros (todos os fundos)	335.36	468.30	595.19	618.99	649.94	682.44	716.56

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

2.4.5 Agências Autónomas

O número de agências autónomas tem vindo a aumentar gradualmente nos últimos anos, refletindo o desejo do Governo em atribuir maior independência financeira às instituições para assim melhorar a eficiência destas. A cobrança total representa cerca de 4% de todas as receitas domésticas não petrolíferas e está previsto que represente 10% em 2021 e 8% em 2022.

É esperado que as cobranças das Agências Autónomas aumentem de forma considerável em 2021, com um aumento de mais de 70% em relação ao ano anterior. Isto deve-se em grande medida a uma cobrança significativa de 4,8 milhões de dólares por parte do Centro Logístico Nacional (CLN) em setembro, destinada à venda de arroz. Em 2021 não foram reportadas quaisquer cobranças relativamente a este item operacional. Em face das informações prestadas pelas agências autónomas são também esperados aumentos significativos nas cobranças de Taxas de Licenciamento por parte da Autoridade Nacional das Comunicações (ANC) e nas receitas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), devendo estas passar para mais do dobro dos totais registados no ano transato. As receitas do Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES) deverão aumentar ainda mais.

Alguns itens operacionais deverão descer relativamente ao total do ano anterior, especificamente as Propinas na Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL). Embora as receitas tenham vindo a aumentar ao longo do tempo, em virtude de haver mais alunos a entrar para a universidade, prevê-se que desçam em 2021 devido ao confinamento e à cerca sanitária em torno de Díli provocados pelo Covid-19, bem como à obrigatoriedade de as aulas passarem a ser online. Os alunos não puderam ir a Díli/UNTL concluiu a sua 'Monografia', a tese final da sua licenciatura, pelo que a universidade não pôde cobrar as respetivas propinas. Também o Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE) deverá apresentar uma queda significativa com base nas cobranças atuais reportadas para o presente ano.

Em 2022 as cobranças deverão permanecer superiores aos níveis anteriores à pandemia, mas contudo ser inferiores a 2021. Isto deve-se a um declínio no item operacional Venda de Arroz, em face da incerteza das atuais decisões políticas. É também esperado que as receitas da ANC desçam, dado o rápido aumento esperado em 2021. Em contrapartida as cobranças da

Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL) e da UNTL deverão subir. As receitas deverão crescer ainda mais nos anos futuros, à medida que a economia recupera do confinamento e dos efeitos globais do COVID-19.

Tabela 11: Instituições Autónomas, valores concretos e projeções entre 2020 e 2026, em milhares de dólares

	2020 Actual	Proj 2021	Proj 2022	Proj 2023	Proj 2024	Proj 2025	Proj 2026
Total das Instituições Autónomas	8.379,2	14.252,4	11.770,6	12.826,9	13.644,7	14.401,6	15.260,9
CLN – Venda de produtos locais	105,9	1,1	37,4	41,2	45,3	49,8	54,8
Laboratório Nacional	84,7	254,5	209,0	217,4	228,2	239,7	251,6
ANC – Taxa de licenciamento	1.234,7	4.028,2	3.625,4	3.824,8	3.920,4	4.018,4	4.118,9
APORTIL – Taxas e pagamentos portuários	3.224,3	3.195,0	3.375,4	3.672,1	3.965,7	4.209,0	4.482,5
ANATL – Taxas de Serviços da Aviação	0,0	-	-	-	-	-	-
IGE – Receitas	265,3	78,4	127,3	173,9	182,6	191,8	201,4
SAMES – Receitas	8,2	55,7	75,0	82,5	90,8	99,9	109,8
UNTL – Propinas da Universidade Nacional	1.806,1	1.021,8	1.579,6	1.860,6	2.000,1	2.100,1	2.240,9
HNGV – Taxas hospitalares e médicas	330,6	257,7	308,3	295,8	305,6	315,9	326,7
Centro de Bambu de Tibar – Receitas	272,9	60,5	66,6	73,2	80,5	88,6	97,4
AMRT – Taxas	3,9	3,3	4,0	4,1	4,3	4,5	4,8
IADE – Taxas de serviços	11,0	10,8	7,9	8,2	8,6	9,0	9,5
AlFAESA – Taxas	83,8	75,5	64,3	66,9	69,6	72,4	75,3
Centro SENAI – Receitas	3,0	9,5	14,7	15,3	16,1	16,9	17,7
SERVE IP – Receitas	272,2	199,4	250,0	262,5	275,6	289,4	303,9
CLN – Venda de Arroz	0,0	4.844,2	2.025,7	2.228,2	2.451,1	2.696,2	2.965,8

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

2.4.6 Reformas Futuras

A mobilização das receitas domésticas deverá ser uma prioridade de topo para Timor-Leste nos próximos anos, com vista a garantir a sustentabilidade das finanças públicas e a continuação do Fundo Petrolífero em prol das gerações futuras.

Há várias reformas na calha para melhorar a eficiência do sistema atual. Uma área importante é a modernização do sistema tributário através de atualizações do SIGTAS V1 (Sistema Integrado Padrão de Administração Tributária do Governo). Isto permitirá aos agentes tributários gerir questões tributárias de forma mais eficiente, com a possibilidade de seguir impostos incobráveis e decidir se desejam continuar a cobrar impostos em atraso. O novo sistema inclui ainda um aspeto de *Business Intelligence* que permite aos agentes tributários detetar mais facilmente questões relacionadas com evasão fiscal e tomar ações preventivas, bem como selecionar automaticamente auditorias fiscais para melhorar a eficiência na alocação de recursos. Isto pode estar ligado aos Aparelhos Tributários em todas as empresas que gerem rendimentos, a fim de fazer a ligação às transações diárias dessas empresas e assim mitigar a evasão fiscal sempre que possível. A unidade principal para este novo sistema, a Autoridade Tributária do Ministério das

Finanças, está a assegurar que os utilizadores do sistema, incluindo os próprios contribuintes, têm acesso a animações de vídeo para dominarem o seu funcionamento. O objetivo é garantir que os contribuintes estão cientes da sua obrigação enquanto cidadãos, para assim os convencer a contribuir.

Outra reforma importante é a introdução da Janela Única Nacional (JUN), lançada em fevereiro de 2021 para promover o comércio em Timor-Leste e aumentar a cobrança de receitas possíveis de forma transparente. A JUN é um portal eletrónico único através do qual os comerciantes podem submeter toda a documentação referente a comércio e aceder a todas as informações comerciais relevantes num único portal aduaneiro central. Procurará ligar a Autoridade Aduaneira a todas as outras agências governamentais relacionadas com comércio em Timor-Leste, incluindo a Autoridade Tributária, a Imigração, a Quarentena, o Ministério da Saúde, o Ministério dos Transportes e Telecomunicações, o MTCI, a TradeInvest e a Autoridade Portuária.

Por fim temos a introdução planeada de uma nova lei sobre IVA. Os estudos mostram que a introdução do IVA aumentou as receitas em 1 a 1,5 pontos percentuais do PIB na Gâmbia, 2,5 pontos percentuais do PIB na Mauritânia e 2 pontos percentuais do PIB no Ruanda². Todavia o documento também destaca a importância de haver empenho político relativamente a quaisquer potenciais reformas tributárias, incluindo apoio dos principais intervenientes. As reformas conjuntas da política fiscal e da administração tributária também resultaram em impactos mais significativos, bem como ligações à reforma fiscal geral.

A lei para Timor-Leste foi inicialmente redigida em 2017, porém não passou no parlamento devido à incerteza política. Em dezembro de 2020 o Ministério das Finanças, por meio da Autoridade Tributária, começou a visitar a proposta de lei sobre IVA e a fazer planos para procurar o parecer, comentários e feedback de um terceiro (uma firma de direito internacional) relativamente à proposta de lei antes de esta ser apresentada ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Nacional até finais de 2021 / inícios de 2022 (segundo os planos atuais).

2.4.7 Empresas Públicas

O Ministério das Finanças está empenhado em promover a transparência e a responsabilização na gestão das finanças públicas por parte de todas as Entidades Governamentais, incluindo Empresas Detidas pelo Estado (EDEs). O Livro 1 do Orçamento para 2022 contém informações sobre todas as EDEs, incluindo Empresas Públicas (EPs). De seguida apresentam-se as estimativas do Ministério das Finanças sobre receitas não utilizadas em 2021, projeção de receitas para 2022, proposta de orçamento e défice fiscal para 2022, a fim de informar o público sobre os subsídios governamentais a todas as EDEs através dos seus ministérios supervisores na forma de transferências públicas.

² Akitoby, B., Honda, J., Miyamoto, H., Primus, K. e Sy, M., 2019. *Casos de Estudo na Mobilização de Receitas Tributárias em Países com Baixos Rendimentos. Documentos de Trabalho do FMI, 19(104).*

Tabela 12: Subsídios Governamentais a Empresas Públicas

	ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2021 ATRAVÉS DE TRANSF. DO MINISTÉRIO SUPERVISOR PARA EMPRESA DETIDA PELO ESTADO	SALDO APÓS 31 DE DEZEMBRO DE 2021	RECEITAS		PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2022	DIFERENÇA	ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2022
			NÃO UTILIZADO PARA FINANCIAR ATIVIDADES EM 2021	PROJEÇÃO PARA 2022			
EDTL EP	\$157.986.402	\$9.766.361	\$32.000.000	\$40.000.000	\$121.990.831	\$ (40.224.470)	\$40.224.470
BE'E EP	\$36.013.598	\$16.200.000	\$170.000	\$250.000	\$17.000.000	\$ (380.000)	\$380.000
TIMOR GAP EP	\$65.739.702	\$4.926.360	\$ -	\$408.826	\$90.400.000	\$(85.065.613)	\$34.700.000
RTTL EP	\$2.876.981	\$52.641	\$ -	\$392.766	\$2.193.528	\$ (1.748.120)	\$1.748.120
ANATL EP	\$1.550.000	\$40.020	\$ -	\$3.313.170	\$3.715.852	\$ (362.661)	\$362.661
TOTAL	\$264.166.683	\$30.985.383	\$32.170.000	\$44.363.962	\$235.300.211	\$(127.780.866)	\$77.415.252

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021

Estes valores assentam em estimativas. Os montantes finais só estarão disponíveis no final do ano financeiro, uma vez confirmados pelo Tesouro

A tabela acima mostra que o saldo final estimado para todas as EPs no final de 2021 será de 30,98 milhões de dólares, com base no orçamento alocado para o ano anterior e nos níveis atuais de execução. A EDTL e a BE'E TL passaram a ser totalmente subsidiadas em 2021, dado terem passado a ser Empresas Públicas. Isto fez com que a despesa total que estas receberam não tivesse estado dependente das suas receitas previstas. Este financiamento adicional (igual às suas receitas estimadas para 2021) é indicado na coluna de receitas não utilizadas, as quais estão estimadas em 32,17 milhões de dólares. O total das receitas estimadas para todas as EPs em 2022 é de 44,4 milhões. Isto significa que o saldo total acumulado estimado para todas as EPs será de 107,5 milhões. Por outro lado, a despesa proposta em 2022 para todas as EPs foi de 235,30 milhões, com um défice financeiro total estimado nos 127,8 milhões (diferença entre as receitas e as despesas propostas). Contudo, em face do financiamento governamental limiado para cobrir todas as despesas governamentais em 2022, a alocação governamental para financiar EPs em 2022 foi de apenas 77,4 milhões.

2.4.8 Receitas do Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero continua a ser a principal fonte de financiamento do orçamento do Estado todos os anos. O total que se retira do Fundo pode ser dividido em Rendimento Sustentável Estimado (RSE) e qualquer retirada em excesso que o Governo justifique ser do interesse de longo prazo de Timor-Leste. Esta seção apresenta o cálculo do RSE para 2022, juntamente com os pressupostos implícitos. E nesta seção também descreve as mudanças na estratégia de

investimento do Fundo em 2021 e conclui com seu desempenho e projeções para o Fundo ao longo do período orçamentário.

2.4.8.1 Cálculo da Riqueza Petrolífera e do RSE para 2022

A diretriz fiscal especificada na Lei do Fundo Petrolífero é o RSE. O RSE representa o montante máximo que pode ser retirado do Fundo Petrolífero num ano fiscal de forma a deixar um saldo suficiente do Fundo para um montante de igual valor real a ser apropriado em todos os anos posteriores. O RSE é definido como sendo 3 por cento da Riqueza Petrolífera, que corresponde ao saldo do Fundo e o Valor Presente Líquido das receitas petrolíferas futuras.

A Riqueza Total do Petróleo Líquido é estimada em \$ 18.469,3 milhões no dia 1 de janeiro de 2022. Isso é \$ 206,8 milhões acima do que o valor calculado anteriormente no Orçamento de 2021. Isto é causado por uma revisão acima do saldo de abertura do Fundo devido a resultados reais superiores aos estimados em 2020, aumento das receitas petrolíferas e retornos de investimento esperados em 2021 e um ligeiro aumento das receitas esperadas em 2022 e 2023 em comparação com as estimativas anteriores. Os detalhes são descritos na próxima seção. A Tabela 13 mostra a Riqueza Petrolífera estimada e o RSE de 2020 em diante, assumindo que as retiradas do Fundo são iguais às retiradas projetadas neste livro de orçamento.

O RSE para 2022 é de \$ 554,1 milhões. As estimativas do RSE para os próximos anos financeiros diminuem como resultado das projeções para as retiradas em excesso contínuas e rendimentos de investimento futuros esperados mais baixos.

Tabela 13: Riqueza do petróleo e o rendimento sustentável estimado (RSE), \$ milhões

	2020*	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
Rendimento Sustentável Estimado (PWx3%)	544.4	547.9	554.1	536.3	475.0	414.7	369.4
Riqueza Total do Petróleo (PW)	18,145.0	18,262.5	18,469.3	17,875.5	15,832.3	13,823.1	12,313.7
Saldo PF de abertura	17,691.8	18,065.7	18,323.8**	17,772.5	15,832.3	13,823.1	12,313.7
Valor presente líquido das receitas futuras	453.2	196.8	145.5	103.0	0.0	0.0	0.0

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

* Valor do RSE e saldo abertura de FP para 2020 e 2021 estimado no Orçamento 2020 e 2021. Os reais eram mais altos e foram incorporados no cálculo do RSE 2022. ** Saldo reportado do Fundo em 1 de Janeiro de 2022 ajustado para potencial reavaliação no empréstimo a Timor Gap EP em 31 de dezembro de 2020.

Os principais pressupostos utilizados nos cálculos são apresentados no Tabela 14 e discutidos abaixo.

Tabela 14: Principais pressupostos por trás do cálculo do RSE em 2022

Reconhecimento de ativos	As receitas petrolíferas previstas estão incluídas apenas para projetos com planos de desenvolvimento aprovados. Bayu-Undan (BU) é o único campo operacional.
Reservas de petróleo e previsões de produção	O operador do projeto fornece estimativas de produção. O operador forneceu três cenários em julho de 2021 para previsões de baixa, base e alta. A média da produção do case Baixa-Base é usada para RSE 2022.

Previsão do preço do petróleo	<p>O petróleo bruto Brent tem-se revelado como o melhor indicador do preço dos produtos líquidos da BU, nomeadamente o condensado e o GPL.</p> <p>O RSE para o Orçamento 2021 é preparado usando a média do Caso Baixo e Caso de Referência da Agência de Informação de Energia (EIA) para Brent em seu Panorama de Energia Anual (AEO) para 2021, divulgado em fevereiro de 2021.</p>
Preços de produtos petrolíferos específicos	<p>BU produz condensado, Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e Gás Natural Liquefeito (GNL). Os pressupostos da previsão dos preços para condensado e GLP são derivados de diferenciais históricos observados com o Brent. A relação histórica tem sido relativamente estável, com condensado em média 95 por cento e GPL em média 71 por cento do valor de referência.</p> <p>Os preços do gás natural liquefeito (GNL) são previstos usando a fórmula de preço provisória negociada entre a instalação de Darwin LNG (DLNG) e os compradores japoneses de GNL. A fórmula de preço é renegociada em cada três anos.</p>
Custos de produção	<p>Esta é a estimativa central de capital futuro e custos operacionais fornecidos pelo operador do projeto Santos. A estimativa inclui a perfuração proposta e provisões para custos de descomissionamento mais altos.</p>
Taxa de desconto	<p>Ao abrigo do Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero, a taxa de juro utilizada para descontar as receitas petrolíferas futuras é a taxa de retorno esperada da carteira de activos financeiros detidos no Fundo. A estratégia de investimento do Fundo que inclui carteira de Liquidez e Crescimento e Investimento em Operações Petrolíferas é descrito na seção 2.4.9.2. O retorno nominal de longo prazo esperado da carteira foi revisado para baixo para 2,5 por cento.</p>

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

Mudanças no RSE 2022

A estimativa atual do RSE para 2022 é \$ 27,5 milhões maior do que a estimativa no Livro de Orçamento para 2021 de \$ 526,6 milhões. A diferença deve-se principalmente ao resultado real mais elevado em 2020 do que o estimado em 2020, uma revisão mais elevada do retorno esperado do investimento em 2021 e uma estimativa das receitas petrolíferas mais elevadas em 2021 e 2022-23.

Uma mudança significativa é o ajuste do saldo final real do Fundo em 2020 para o saldo final do Fundo em 2020 é ajustado para uma potencial desvalorização do empréstimo do Fundo Petrolífero ao Timor Gap E.P. O auditor externo do Fundo informou que o empréstimo deve ser reportado usando o valor justo em vez do custo amortizado em 2019, que era de \$ 701,350 milhões em Dezembro de 2020. O empréstimo foi estruturado com base no facto de Timor Gap E.P. fará os reembolsos, e reembolsará o empréstimo com os fluxos de caixa que receber pela participação no projeto Greater Sunrise. Porém, Timor Gap E.P. reduziu o valor de sua participação no Greater Sunrise de \$ 673,3 milhões para zero em 31 de dezembro de 2020.³ De acordo com as notas nas demonstrações financeiras consolidadas, a perda por imparidade foi desencadeada pela incerteza sobre o regime fiscal e regulamentar do Regime Especial do

³ Demonstrações Financeiras Auditadas da E.P. do Timor GAP para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2020 fornecidas ao Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero (GPGFP) em 29 de setembro de 2021.

Greater Sunrise; incerteza sobre o conceito de desenvolvimento dos parceiros da Joint Venture; revisões das previsões de preços de petróleo / gás de médio e longo prazo; e os efeitos esperados do ambiente macroeconómico, da pandemia de COVID-19 e dos fundamentos de oferta e procura do mercado de energia. O valor justo do empréstimo do Fundo está a ser avaliado por um especialista independente e a avaliação será incorporada nas demonstrações financeiras finais de 2020 do Fundo. Por isso, a publicação do relatório anual do Fundo Petrolífero foi adiada. O valor do empréstimo é incerto e é considerado zero para a estimativa do RSE para 2022.

O primeiro fator do aumento no RSE de 2022 é um saldo final mais alto em 2020 em comparação com o que foi estimado no orçamento de 2021. O saldo do Fundo no início de 2021 é de \$ 18.289,3 milhões quando ajustado para o empréstimo.⁴ Isso ainda supera os \$ 18.065,7 milhões estimados no Orçamento de 2021, que inclui o valor do empréstimo. Isso ocorre porque as entradas e saídas em 2020 foram maiores do que o esperado e as saídas foram menores do que o esperado. Em 31 de dezembro de 2020, \$ 326,2 milhões de receitas do petróleo foram pagos ao Fundo, o que foi superior aos \$ 306,1 milhões estimados no Orçamento de 2021. O retorno sobre os investimentos do Fundo em 2020 é estimado em \$ 1.157,6 milhões após o ajuste do empréstimo, excedendo a estimativa anterior de \$ 1.031,6 milhões devido a um último trimestre muito forte para ações. Conforme observado acima, o valor justo do empréstimo está sendo avaliado e exigirá o recálculo do retorno do Fundo para 2020. Por último, a retirada total de \$ 886,3 milhões foi menor do que as retiradas aprovadas de \$ 969 milhões.

O segundo fator é a revisão para cima da receita de investimento e receita do petróleo em 2021. O maior retorno reflete os fortes retornos de investimento do mercado financeiro até agosto de 2021 de 5,81%.⁵ Isso resulta em um retorno de investimento estimado mais alto em comparação ao estimado anteriormente em \$ 661,6 milhões a \$ 1.184,0 milhões. As receitas petrolíferas projetadas para 2021 foram revisadas de \$ 68,1 milhões para \$ 228,1 milhões. A retirada projetada é igual ao valor aprovado de \$ 1.377,6 milhões. Essas mudanças resultam num saldo final estimado de FP mais alto no final de 2021.

O terceiro fator é uma combinação dos novos dados sobre as previsões de produção, custo e preço do petróleo em relação ao Orçamento 2021. Isso resulta em receitas projetadas ligeiramente mais altas para 2022 e 2023; por isso, aumenta o valor presente líquido esperado dos aumentos de receitas futuras. Os preços do petróleo e as projeções de produção são explicados a seguir.

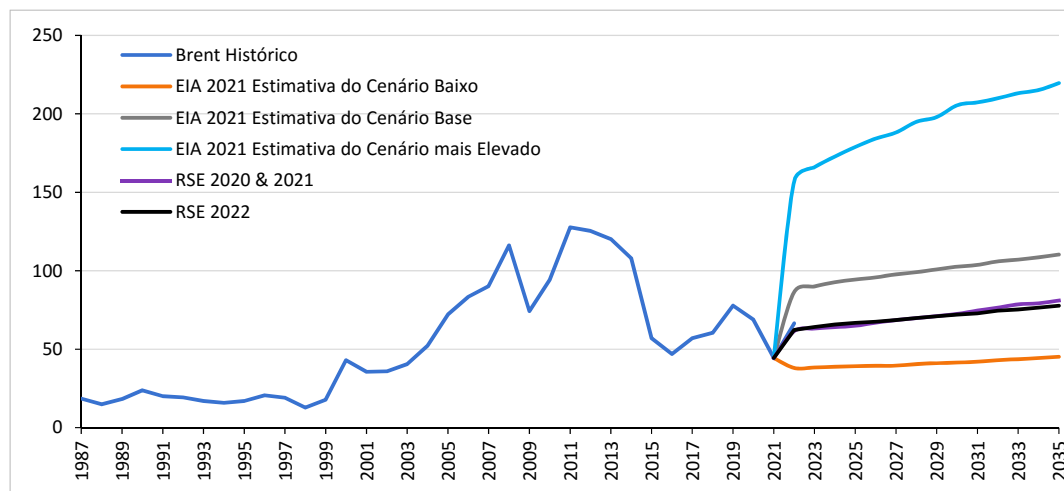
As previsões do preço do petróleo usadas no RSE representam a média dos casos Baixo e Base dos preços do petróleo Brent previstos pelo Relatório Anual de Energia do Governo dos EUA (EIA), que foi divulgado em fevereiro de 2021. O preço estimado de 2021 para o RSE de 2022 é \$ 57,6 por barril. Isso representa o preço real médio até agosto de 2021, \$ 67 por barril, e a

⁴ De acordo com o relatório do BCTL de atividades e desempenho do Fundo Petrolífero para o quarto trimestre de 2020, o valor dos empréstimos era de \$ 701,35 milhões em 31 de dezembro de 2020. O saldo do Fundo era de \$ 18.990,6 milhões.

⁵ O cálculo de retorno exclui os juros acumulados pelos empréstimos da Timor Gap E.P. Consulte o resumo das informações financeiras e desempenho da PF em agosto de 2021 publicado no site do BCTL (documento_1632190453_3967.pdf (bancocentral.tl)).

média da previsão Baixa / Base da EIA para 2021, \$ 39 por barril. O preço projetado usado para 2022 no RSE é \$ 44,1. Há algumas vantagens nas estimativas do RSE, já que o caso base do EIA é agora que os preços spot do Brent mensais serão em média \$ 71 / b durante o quarto trimestre e baixam para uma média de \$ 66 / b em 2022.⁶

Figura 9: Previsão do preço do petróleo no RSE 2021 (do orçamento 2021 ao orçamento 2022)



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

Em termos de produção esperada, e como se observou em orçamentos anteriores, o campo de Bayu-Undan já atingiu a maturidade e sua produtividade diminuiu gradualmente desde o seu pico em 2012. A produção de seus poços existentes diminuiu com o aumento da água e o declínio da pressão. O declínio é mostrado na Figura 10A e 10B. Porém, a previsão atual para os projetos dos anos 2021–22 é 92% maior produção de líquidos e 35% maior produção de gás em relação à previsão do ano passado usada no RSE 2021. O projeto Bayu-Undan Fase 3C (BUP3C) recentemente aprovado no início de 2021 ajudou a impulsionar a produção recente em relação às projeções de alguns anos atrás. Isso envolve a perfuração de 3 poços de produção e espera-se que agregue mais de 20 milhões de barris de reservas brutas e estenda a vida útil do campo. A primeira perfuração de poço foi executada com sucesso em maio de 2021 e com a primeira produção iniciada em setembro de 2021. O operador relatou que a produção do primeiro poço excedeu as expectativas.⁷

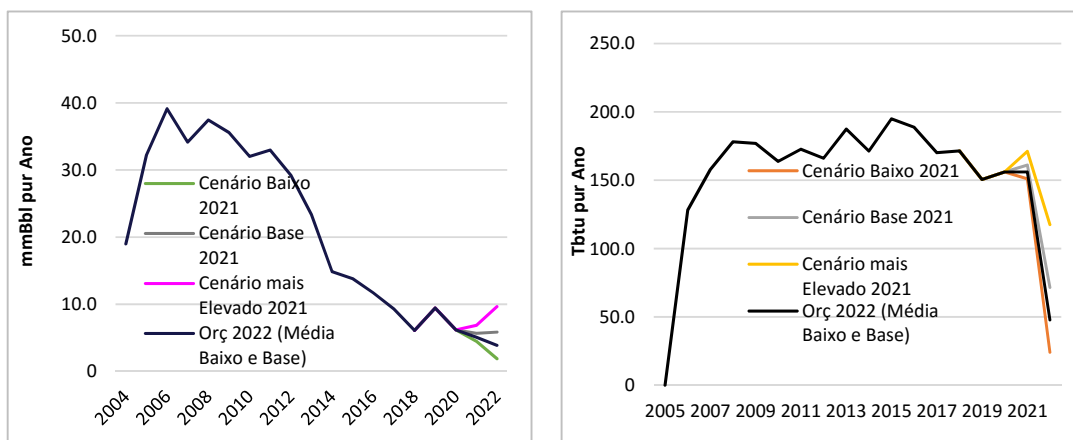
Figura 10: Previsão de produção de Bayu-Undan para RSE 2022

A. Previsões de Líquidos da BU para B2022

B. Previsões de Gás da BU para B2022

⁶ Short-Term Energy Outlook da EIA, publicado em 8 de setembro de 2021. A Perspectiva de Energia de Curto Prazo não é usada no RSE, pois apenas prevê o caso Base e tem um período de projeção limitado. www.eai.gov.

⁷ <https://www.santos.com/news/bayu-undan-phase-3c-infill-production-exceeds-expectations/>



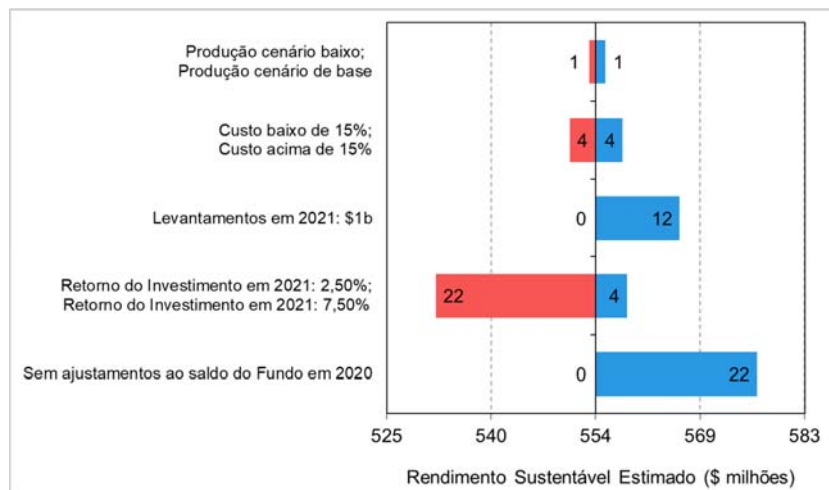
Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

A combinação desses fatores resulta em 1) uma estimativa mais alta do saldo de abertura do Fundo em 1 de janeiro de 2022 de (\$ 18.323,1 milhões contra os \$ 17.417,8 milhões estimados anteriormente;) e 2) um valor presente líquido ligeiramente mais alto de receitas futuras de (\$ 145,8 m contra a estimativa anterior de \$ 134,9 milhões anteriormente). Como resultado, a riqueza do petróleo é maior, o que, por sua vez, aumenta o RSE.

Análise de sensibilidade do RSE

O objetivo do Governo é preparar um RSE que seja prudente em geral, conforme exigido pela Lei do Fundo Petrolífero. Embora os cálculos sejam baseados nas melhores informações disponíveis, cada entrada está sujeita a uma incerteza significativa. A Figura 11 mostra como o RSE 2022 de \$ 554,1 milhões mudaria se os pressupostos para as principais variáveis fossem alteradas individualmente. Cada cálculo de sensibilidade é brevemente descrito abaixo.

Figura 11: Análise de Sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado, \$ milhões



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

1. Conforme observado acima, o RSE agora está a usar a previsão de produção de Base Baixa média. Se a previsão do caso Baixo (P90) for usada, o RSE diminuiria por \$ 1 milhão, enquanto se o caso base (P50) for usado, o RSE aumentaria em \$ 1 milhão.

2. Conforme referido acima, a previsão dos preços futuros do Brent, que é usada para prever os preços do petróleo de Timor, é baseada na média dos Casos Baixo e de Referência (Base) do AEO. Se o preço mudar em 15% para cima ou para baixo, o RSE mudaria em \$ 4 milhões para mais ou para menos.
3. Se a retirada em 2021 for de \$ 1.000 milhões em vez dos \$ 1.377,6 milhões aprovados, o RSE aumentaria em \$ 12 milhões.
4. Conforme discutido acima, o RSE 2022 é calculado com o pressuposto de que os empréstimos à Timor Gap valem agora 'zero' no final de 2020. Será realizada uma avaliação independente e o valor justo relatado nas demonstrações financeiras publicadas. O RSE 2022 aumentaria em \$ 22 milhões se o valor justo do empréstimo fosse igual ao seu valor atual.
5. Se o retorno de investimento esperado de longo prazo de 2,5% for usado em 2021, em vez dos 6,68% assumidos que representam o retorno do ano até à data, o RSE diminuiria em \$ 22 milhões. Um retorno maior de 7,5% este ano aumentaria o RSE em \$ 4 milhões.

2.4.8.2 Alteração da Política de Investimento do Fundo Petrolífero em 2021

O desenho do Fundo Petrolífero seguiu o conceito de renda permanente. Quando as retiradas do governo são limitadas ao retorno real esperado dos investimentos do Fundo, o valor real do Fundo pode ser mantido perpetuamente. O resultado é um perfil de retirada uniforme que equilibra a necessidade de gastos imediatos e desenvolvimento nacional com a manutenção da economia para as gerações futuras.

A Lei de FP define 3% da Riqueza Petrolífera como sendo o nível sustentável de retiradas de Timor-Leste. No entanto, a Lei em 2005 restringiu amplamente o Fundo para investimentos de baixo risco, a fim de dar tempo para as instituições do Fundo desenvolverem conhecimentos e também para ganhar a confiança pública. As mudanças na Lei do FP que foram introduzidas em 2011 reconheceram corretamente que para obter um retorno real de 3%, a alocação de capital do Fundo precisava aumentar significativamente. A lei foi alterada para permitir que até 50% do Fundo seja investido em ações. O Ministro das Finanças, adotou o parecer do Comité de Assessoria para o Investimento, em 2012 para uma alocação efetiva às ações de 40%. O aumento das ações foi implementado de forma incremental e concluído em meados de 2014. É importante lembrar que, naquela altura, o quadro fiscal significava que o Fundo Petrolífero era visto como um investidor de muito longo prazo e, portanto, capaz de suportar a volatilidade de curto prazo que necessariamente vem do investimento em ações.

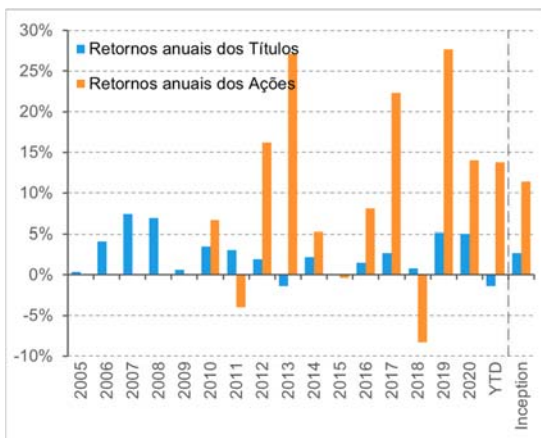
As ações têm apresentado um desempenho de acordo com as expectativas desde que foram introduzidas. A Figura 12A mostra que a carteira de ações impulsionou o desempenho do Fundo, produzindo um retorno de 11,4% por ano desde o primeiro investimento em ações em 2010. Isso se compara ao retorno médio anual da carteira de títulos de 1,7% durante o período correspondente.⁸ O retorno do Fundo desde o início até junho de 2021 é de 4,9% ao ano ou 2,8% em termos reais após contabilizar a inflação dos EUA, que está perto da meta de retorno real implícita de 3%. Conforme esperado, a volatilidade no desempenho do Fundo aumentou com o maior peso em ações e o Fundo incorreu em perdas anuais em 2015 e 2018. A carteira de renda fixa, que inclui dinheiro, títulos emitidos pelo governo dos EUA e títulos emitidos por

⁸ O desempenho do Fund será discutido em detalhada no Relatório Anual do Fundo Petrolífero para 2020.

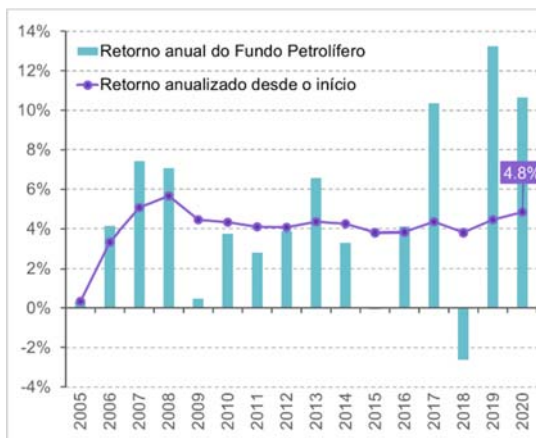
outros países desenvolvidos ajudou a compensar a volatilidade nos retornos das ações. Quando os mercados de ações caem, os títulos do governo geralmente aumentam de valor.

Figura 12: Retorno de Investimento do Fundo Petrolífero, %

A. Retornos anuais dos Títulos e das Ações



B. Retornos anuais do FP e retornos desde o início



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

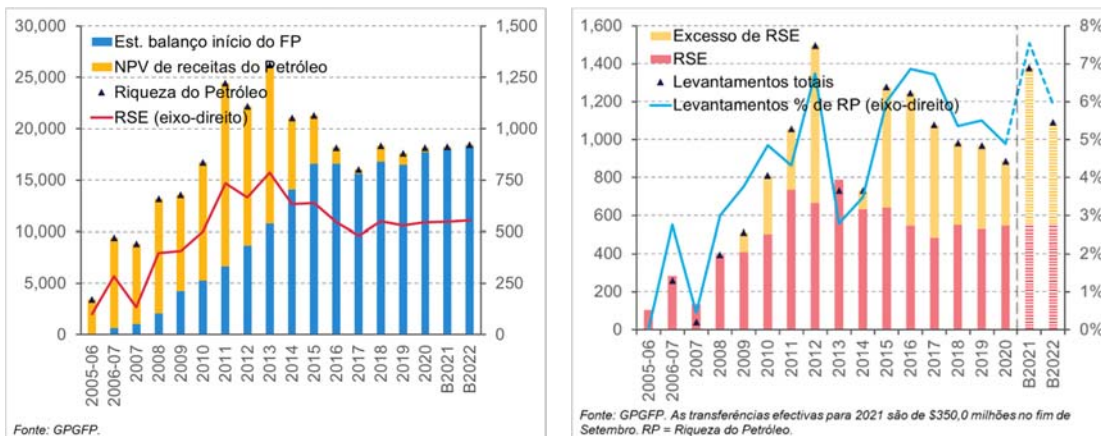
Conforme se explica na Nota Explicativa apresentada ao Parlamento Nacional em 2 de junho de 2021, o Governo decidiu segmentar o Fundo Petrolífero para contabilizar a alteração das circunstâncias enfrentadas pelo Fundo. A sustentabilidade e o quadro fiscal do Fundo estão inter-relacionados com a estratégia de investimento do Fundo e a sustentabilidade do Fundo enfrenta três desafios substanciais.

O primeiro desafio é que as retiradas não têm seguido o quadro fiscal. De acordo com a estrutura do fundo de renda permanente, as retiradas sustentáveis são compensadas pelo retorno real do investimento esperado de longo prazo, protegendo assim o poder de compra do Fundo. No entanto, como mostra a Figura 12B, as retiradas excederam o RSE desde 2009, com uma média de cerca de 5% da Riqueza Petrolífera em vez dos 3% da Lei de FP. As retiradas para 2021 e 2022 também são ilustradas. Os governos justificaram retiradas excessivas com base na priorização do desenvolvimento económico, mas não houve compromisso de encerrar a política de front-loading. Embora o valor real da Riqueza Petrolífera tenha-se diminuído, o saldo nominal do Fundo Petrolífero foi capaz de crescer quando as receitas do petróleo eram altas. Desde o início do Fundo em setembro de 2005 até agosto de 2021, um total de \$ 13.018,7 milhões foi transferido para financiar o Orçamento do Estado. Isso é cerca de \$ 4.814,4 milhões acima do RSE para aquele período.

Figura 13: História do RSE, Riqueza e Retirada de Petróleo

A. Riqueza do Petróleo e RSE

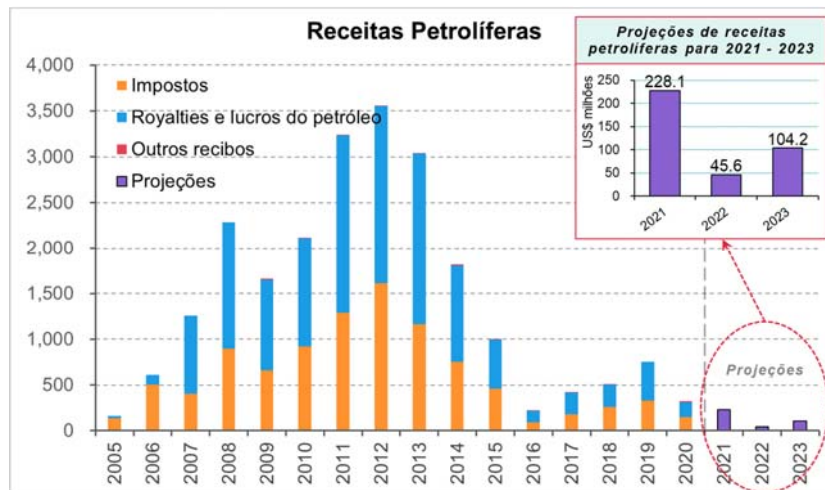
B. Transferências para o Orç. do Estado



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

O segundo desafio é o declínio das receitas petrolíferas futuras. As receitas elevadas do petróleo permitiram ao Fundo Petrolífero crescer nos anos anteriores, preenchendo a lacuna entre as retiradas e os retornos reais do investimento. As receitas do petróleo totalizaram US \$ 23.130,7 milhões desde o início até agosto de 2021. No entanto, as reservas em Bayu-Undan diminuíram e as receitas futuras do petróleo serão relativamente baixas, mesmo se a produção for estendida. Com as receitas petrolíferas baixas nos próximos anos, as retiradas serão financiadas com a venda dos investimentos do Fundo Petrolífero. Isso continuará pelo menos até que as entradas sejam recebidas do Greater Sunrise ou de outros campos prospectivos significativos.

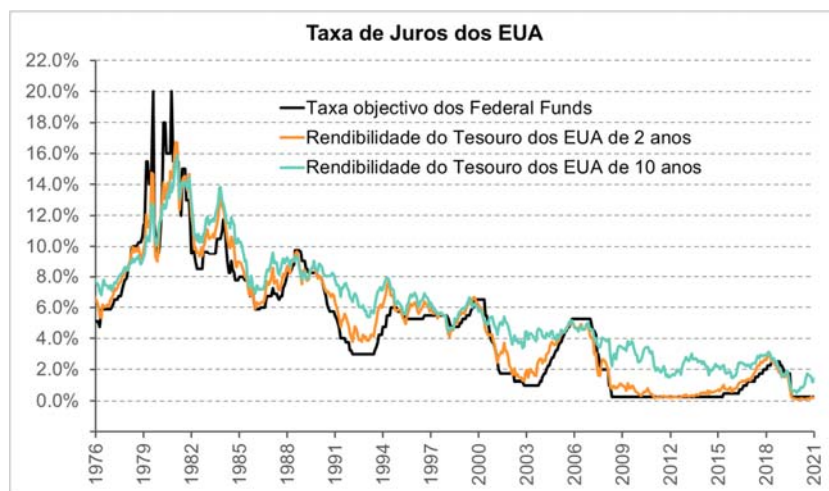
Figura 14: Os retornos futuros devem ser baixos



O terceiro desafio é que o retorno do investimento esperado é agora consideravelmente menor do que quando a alocação de 40% às ações é foi originalmente concebida para atingir a meta de retorno real de 3%. Conforme observado, o desempenho histórico tem estado próximo da meta de retorno real de 3%, embora a alocação de capital de 40% não tenha sido atingida até meados de 2014. O retorno nominal anual do investimento desde o início do Fundo é de 5,03%. Em agosto de 2021, o retorno do investimento adicionou US \$ 9.397,0 milhões ao Fundo. Espera-se que os retornos futuros dos investimentos do Fundo sejam muito mais baixos por causa das taxas de juros muito baixas e avaliações de ações elevadas. Como resultado, é improvável que o Fundo Petrolífero obtenha um retorno real de 3% nos próximos 10 anos com base na sua atual

alocação de ativos. Projeta-se que o retorno do nosso portfólio com 35% investido em ações seja de cerca de 2,5% ao ano nos próximos 10 anos. Isso significa que o verdadeiro nível de retiradas sustentáveis é inferior a 3%.

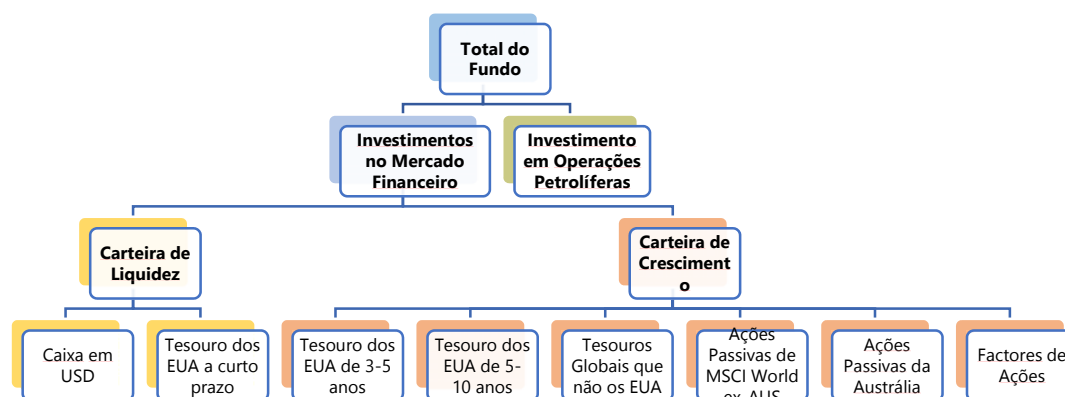
Figura 15: As taxas de juros estão muito baixas, o que significa que os retornos futuros devem ser baixos



Fonte: Dados do Bloomberg, a partir de 31 de agosto de 2021.

O saldo do Fundo deverá diminuir como resultado dessas mudanças. Se as despesas e as retiradas continuarem a crescer e não houver novas receitas petrolíferas significativas, o Fundo estará esgotado em cerca de 10 anos, conforme demonstrado no Livro do Orçamento de 2021. O Comité de Assessoria para o Investimento informou o Ministro das Finanças que é importante gerir o risco durante a fase de desacumulação prevista. O CAI aconselhou a segmentação do Fundo em 1) uma carteira de liquidez e 2) uma carteira de crescimento. Essa estrutura agora está incorporada no Anexo 1 do Acordo de Gestão Operacional, conforme ilustrado na Figura 14.

Figura 16: Visão do Mandato Global



Fonte: Anexo 1 do Acordo de Gestão Operacional entre o Ministério das Finanças e o Banco Central de Timor-Leste, com efeitos a 1 de julho de 2021.

Apenas o investimento do Fundo em mercados financeiros - juros fixos e ações - estão sujeitos a reequilíbrio, de modo que o investimento em operações petrolíferas é tratado

separadamente.⁹ O Parlamento alterou a Lei das Atividades Petrolíferas em 2019 para permitir que a alocação de 5% em “outros investimentos elegíveis” prevista no Artigo 15.4 da Lei do Fundo Petrolífero seja aplicada a investimentos em operações petrolíferas em território nacional ou estrangeiro. O Fundo Petrolífero implementou então a decisão do governo de contrair empréstimos no total de \$ 650 milhões com o Timor Gap E.P. e suas subsidiárias em abril de 2019. Os empréstimos devem ser mantidos até o vencimento e dificilmente poderão ser negociados. Conforme referido anteriormente, os empréstimos à Timor Gap E.P. estão sendo avaliados de forma independente.

O Fundo Petrolífero implementou então a decisão do governo em conceder empréstimos no total de \$ 650 milhões com o Timor Gap E.P. e suas subsidiárias em abril de 2019. Os empréstimos devem ser mantidos até a maturidade e improvável que possam ser negociados. Conforme se refere anteriormente, os empréstimos à Timor Gap E.P. estão sendo avaliados de forma independente.

Os investimentos do Fundo no mercado financeiro são investidos em ativos financeiros *offshore* - nomeadamente, títulos de rendimento fixo, ações cotadas e outros investimentos elegíveis - que cumprem os critérios e limites de exposição nos artigos 15.1 a 15.3 da Lei do Fundo Petrolífero. Em segmentação, as participações em Investimentos no Mercado Financeiro são divididas em:

- 1) **Carteira de Liquidez** de ativos de baixo risco que serão utilizados para financiar os levantamentos dos próximos três anos. A carteira de baixo risco será investida em USD Cash e títulos do Tesouro dos EUA de curto prazo; e
- 2) **Carteira de Crescimento** que mantém a alocação de 35% / 65% para ações e juros fixos. O objetivo da carteira de crescimento é beneficiar-se do maior retorno que se espera das ações, que vêm com maior risco e volatilidade.

A segmentação reduz o risco de ações no Fundo Petrolífero, o que é necessário devido ao horizonte mais curto esperado para os investimentos do Fundo. A segmentação do Fundo oferece uma série de outros benefícios, além de reduzir o risco de investimento:

- Cada carteira tem objetivos de investimento claros. A carteira de liquidez financiará os levantamentos dos próximos três anos, enquanto que a carteira de crescimento pode buscar um retorno maior. Isso ajuda a definir a estratégia de investimento e comunicar o desempenho às partes interessadas.
- Proporciona confiança aos formuladores de políticas e outras partes interessadas de que os próximos três anos de retiradas serão cobertos por ativos relativamente seguros. Por isso, haverá menos preocupação com as flutuações no valor de mercado da carteira de crescimento.
- Restabelece o vínculo entre a estratégia de investimento do Fundo com a política fiscal do governo. Esse vínculo foi quebrada quando a diretriz RSE de 3% foi abandonada para front-loading e as expectativas de retorno do investimento diminuíram. Manter os próximos três anos de levantamentos em ativos seguros e de baixo retorno incentiva o planejamento e a

⁹ A mudança na política de reequilíbrio será discutida em detalhes no relatório anual do FP para o ano fiscal de 2020

execução eficiente dos orçamentos do setor público, conforme exigido pelo Preâmbulo da Lei do Fundo Petrolífero.

O Parlamento foi notificado da proposta de alteração da política de investimento em 2 de junho de 2021, de acordo com o Artigo 14.5 da Lei do Fundo Petrolífero. As alterações foram consistentes com as diretrizes de alocação de ativos definidas no Artigo 15 da Lei do Fundo Petrolífero e a exigência do Artigo 14 para definir uma política de investimento que visa maximizar os retornos financeiros ajustados ao risco após ter em consideração a capacidade de Timor-Leste para suportar o risco e outras considerações. O Fundo foi segmentado em carteira de liquidez e crescimento em julho de 2021. A carteira de liquidez detinha \$ 3.027,6 milhões e o restante do Fundo continuou a ser investido de acordo com a atual alocação de ativos.

2.4.8.3 Projeções atualizadas para o Fundo Petrolífero

O saldo do Fundo Petrolífero é uma função das receitas do petróleo, receitas de investimento e retiradas do governo. A Tabela 15 mostra uma atualização das receitas do Fundo Petrolífero. Conforme se observa, as receitas do petróleo para 2021 foram revisadas para \$ 228,1 milhões de \$ 68,1 milhões no Orçamento 2021, embora permaneçam significativamente menores do que as receitas dos anos anteriores. Prevê-se que as receitas do petróleo continuem a diminuir em 2022, antes de aumentar para \$ 104,2 milhões em 2023 como resultado do IVA sobre o descomissionamento. As projeções não incluem o Greater Sunrise, pois o desenvolvimento ainda não foi aprovado.

Tabela 15: Receitas do Fundo Petrolífero 2020-2026, \$ milhões

	2020	2021	2022 Proj	2023 Proj	2024 Proj	2025 Proj	2026 Proj
Receita Total do Fundo Petrolífero	1.483,7	1.412,1	491,2	519,1	366,1	322,7	288,6
Retorno de Investimento do Fundo Petrolífero	1.157,6	1.184,0	445,6	414,9	366,1	322,7	288,6
Receita Petrolífera Total	326,2	228,1	45,6	104,2	0,0	0,0	0,0
FTP/Royalties	136,1	27,5	7,7	0,5	0,0	0,0	0,0
Lucro do Petróleo	28,4	95,0	13,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Impostos	32,2	36,6	3,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto de Lucro Adicional	96,1	48,7	6,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Value Added Tax Imposto sobre o Valor Acrescentado	3,5	2,8	4,6	103,8	0,0	0,0	0,0
Outros pagamentos de impostos	29,8	17,6	10,1	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

Presume-se que a receita de retorno de investimento esperada para 2021 seja de 6,68% após a contabilização do desempenho acumulado no ano. Os retornos de investimento para o resto do ano, 2022 e além são definidos como sendo a premissa de retorno nominal de longo prazo de 2,5% p.a. Os pressupostos de retorno de longo prazo foram revisadas para baixo para refletir a baixa taxa de juros ambiente e altas avaliações das ações.

Tabela 16: Estimativa de Poupança do Fundo Petrolífero, \$ milhões

	2020 Prov	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Balanco inicial do FP	17.691,8	18.289,3	18.323,8	17.772,5	15.832,3	13.823,1	12.313,7
Receitas Petrolíferas (excl. Juros do FP)	326,2	228,1	45,6	104,2	0,0	0,0	0,0
Juros do Fundo Petrolífero, Líquido *	1.157,6	1.184,0	445,6	414,9	366,1	322,7	288,6

	2020 Prov	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Total dos Levantamentos	886,3	1.377,6	1.042,5	2.459,3	2,375,3	1.832,1	1.537,4
Balanço final do FP	18.289,3**	18.323,8	17.772,5	15.832,3	13.823,1	12.313,7	11.064,9

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

* Líquido de taxa de administração e revalorização do mercado.

** Saldo reportado do Fundo ajustado para potencial revalorização no empréstimo ao Timor Gap E.P. em 31 de Dezembro de 2020.

Em agosto, houve retirada de \$ 547,873 milhões, embora o valor total deva ser retirado até o final do ano. da retirada aprovada. A Tabela 16 mostra que o Fundo está previsto para igual declínio para \$ 18.323,8 milhões até o final de 2021, com as retiradas quase iguais a exceder as receitas do petróleo e retornos de investimento. Projeta-se que as retiradas excedam as receitas do petróleo e as receitas de investimento nos anos futuros e isso deve continuar a cada ano, com o saldo do Fundo projetado para cair para \$ 11,064.9 milhões até o final de 2026. Estas são previsões centrais e uma variação considerável deve ser esperada dado que os retornos dos investimentos são voláteis e as retiradas futuras incertas. Conforme explicado na secção de Sustentabilidade Fiscal, espera-se que o Fundo continue a diminuir em valor para além do período de projecção, a menos que haja uma mudança significativa na política fiscal ou até que novas receitas petrolíferas significativas sejam disponibilizadas.

2.5 Análise da Sustentabilidade Fiscal

Atualmente a economia de Timor-Leste está muito dependente do Fundo Petrolífero para financiar o défice fiscal. Há já algum tempo que a política governamental é de concentrar despesa nos primeiros anos, com orçamentos governamentais elevados a curto prazo para financiar despesa de capital em infraestruturas essenciais, com o intuito de encorajar o desenvolvimento do setor privado, aumentar a diversificação e fazer crescer a economia geral. Uma economia timorense não-governamental mais forte necessitará futuramente de menos financiamento a partir do Fundo Petrolífero, uma vez que o défice fiscal será menor em virtude do aumento das receitas domésticas não-petrolíferas e da menor necessidade de gastos governamentais para fomentar a economia durante tempos normais.

O Ministério das Finanças conduz uma análise da sustentabilidade fiscal relativamente ao teto orçamental escolhido em cada ciclo orçamental. Através do uso de modelos é possível estimar o impacto do teto orçamental selecionado na sustentabilidade a longo prazo de Timor-Leste, com destaque para o saldo global do Fundo Petrolífero. O modelo utilizado incide sobretudo no impacto da despesa de capital sobre o PIB a longo prazo e sobre as receitas domésticas, bem como no impacto destas sobre as reservas do Fundo Petrolífero.

Devido à incerteza das variáveis futuras no modelo, por exemplo o orçamento para anos futuros, o modelo recorre a vários pressupostos. Em primeiro lugar, faz pressupostos sobre as taxas de crescimento dos tetos para todas as categorias de dotação, com base em dados históricos, enquanto se estima que o crescimento da categoria de Capital de Desenvolvimento siga os montantes solicitados definidos pelo Fundo de Infraestruturas nos anos entre 2022 e 2026, sendo que após isso se baseará a taxa de crescimento a longo prazo em dados passados. Os valores do PIB e da inflação a curto prazo assentam em previsões da Direção Nacional de Política Económica do Ministério das Finanças. A taxa de crescimento a longo prazo do PIB, da inflação e das receitas domésticas, bem como os retornos a longo prazo do Fundo Petrolífero, são construídos usando níveis fixos como pontos de partida. Alterações a qualquer um destes

pressupostos teria impactos significativos na validade prevista para o Fundo Petrolífero. Por exemplo, caso a taxa de despesa aumente mais do que o pressuposto no modelo, o Fundo Petrolífero esgotar-se-á antes do previsto. O RSE (Rendimento Sustentável Estimado) do Fundo Petrolífero está em 3% do valor do Fundo Petrolífero e é contabilizado como parte da Receita Total. Isto significa que se o montante do Fundo Petrolífero desce, também desce o RSE.

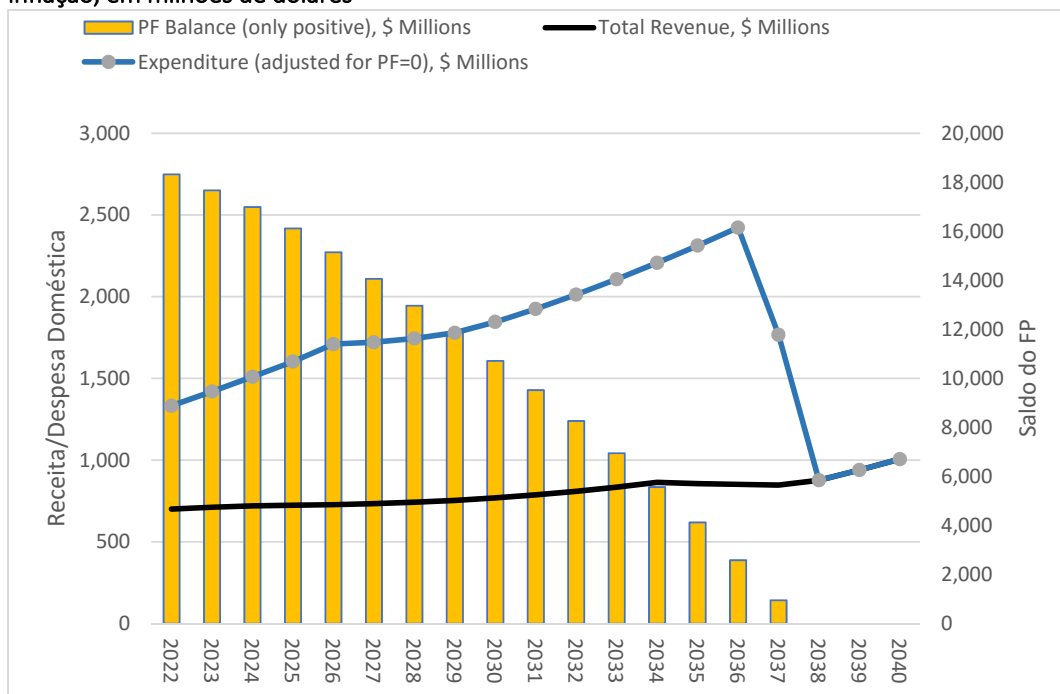
É importante referir que o modelo não inclui qualquer efeito no PIB quando o saldo do Fundo Petrolífero chegar a zero ou se aproximar desse valor. Isto parece pouco provável, uma vez que a queda associada nas despesas daria provavelmente azo a uma recessão económica, com uma queda na despesa dos consumidores e do setor privado e uma redução no PIB. Esta recessão teria também efeito sobre as receitas domésticas, reduzindo ainda mais a despesa possível.

A sustentabilidade do Fundo Petrolífero não depende apenas da escolha da despesa, mas também de todos os anos subsequentes. De seguida apresentam-se dois caminhos de despesa, visando demonstrar o impacto potencial sobre o tempo de vida do fundo. É importante notar que as previsões são também afetadas por vários outros pressupostos. Desde a publicação das estimativas de sustentabilidade na Declaração Pré-Orçamento, o retorno esperado assumido para os investimentos do Fundo Petrolífero baixou de 3,9% para 2,5%. Isto levou a um declínio mais rápido no saldo do FP em todos os cenários.

Opção 1: Taxas de crescimento populacional e da inflação

Para garantir que o orçamento permanece constante per capita em termos reais será necessário que o orçamento cresça à mesma velocidade que a população e que a taxa esperada de inflação. A taxa de crescimento populacional a longo prazo e o nível esperado de inflação é de 3,9% ao ano. Usando este pressuposto também como a taxa de crescimento orçamental a longo prazo, o modelo prevê que o Fundo Petrolífero se esgote em 2039. Ou seja, daqui a 18 anos.

Figura 17: Análise da sustentabilidade fiscal segundo as taxas de crescimento populacional e da inflação, em milhões de dólares



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

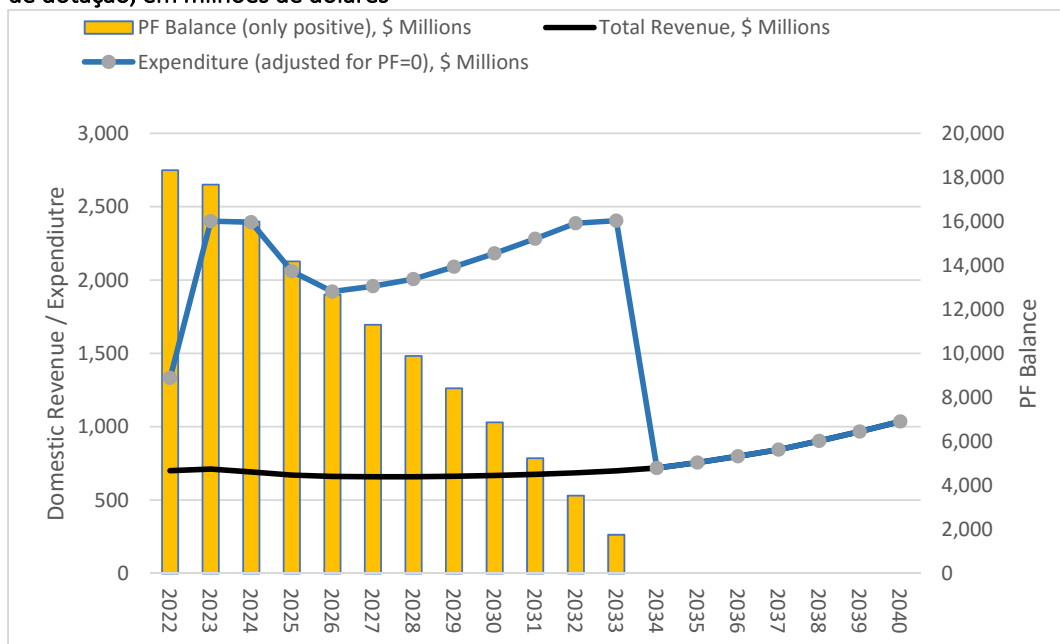
O modelo prevê que haja uma queda de 70% da despesa nos últimos dois anos do Fundo (2037 a 2039), os últimos dois anos em que o Fundo pode ser usado para apoiar a despesa governamental. Isto prende-se com uma queda de 2,4 mil milhões de dólares para 0,9 mil milhões (altura em que a despesa precisa ser igual à receita doméstica). À medida que o Fundo se aproxima do zero, a despesa terá de cair rapidamente de modo a corresponder à receita doméstica, uma vez que esta passará a ser a única fonte de receita (fora a dívida externa). O RSE deixaria de existir, bem como o Fundo Petrolífero. Caso as receitas não subam tão rapidamente como o modelo prevê, a queda na despesa terá de ser ainda maior. Assim sendo é essencial que a mobilização das receitas domésticas seja uma prioridade para o governo ao longo dos próximos anos.

Opção 2: Taxas de crescimento históricas das categorias de dotação

A taxa média de crescimento do teto orçamental aprovado (não ajustado de acordo com a execução) em todas as categorias de dotação (incluindo empréstimos mas excluindo despesas de contingência) entre 2012 e 2021 foi de 28,1% ao ano. Isto disfarça uma oscilação significativa entre as categorias, com o Capital menor a registar o maior crescimento anual (95,3%) e o Capital de Desenvolvimento a registar o menor (5,0%).

Assumindo que a despesa segue estas taxas de crescimento históricas (com alguns ligeiros ajustes para categorias com alterações excessivamente elevadas), o modelo estima que o Fundo Petrolífero se esgote em 2034. Ou seja, daqui a 13 anos.

Figura 18: Análise da sustentabilidade fiscal segundo taxas de crescimento históricas das categorias de dotação, em milhões de dólares



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

O modelo prevê uma queda de 70% na despesa em apenas um ano (2034), caindo de 2,4 mil milhões de dólares para 719 milhões (altura em que a despesa precisa ser igual à receita doméstica).

Ambas as opções preveem que o Fundo Petrolífero se esgote nos próximos vinte anos. Contudo o prazo mais longo da opção 1 daria ao setor privado mais tempo para crescer, possibilitando assim uma maior subida nas receitas domésticas. Isso significa que quando o Fundo Petrolífero se esgotasse a quebra necessária na despesa seria muito inferior, tornando assim o processo muito menos difícil e não necessitando de um período de ajuste tão longo. O governo dar o seu melhor para se concentrar na quantidade e qualidade da despesa pública, garantindo que o Fundo Petrolífero é usado de forma efetiva e eficaz. Deve ser dada prioridade à mobilização de receitas domésticas a fim de reduzir a dependência do país em relação ao Fundo Petrolífero para financiar a despesa governamental.

2.6 Responsabilidades Contingentes

À semelhança de qualquer outra nação, Timor-Leste tem várias responsabilidades contingentes, isto é, potenciais despesas governamentais ativadas por um evento específico. É importante que os governos compreendam os seus responsabilidades contingentes, dado que estes são um tipo de risco fiscal. Os riscos fiscais são fatores que podem fazer com que os resultados fiscais sejam diferentes das expectativas ou previsões. No caso de Timor-Leste isto pode levar a levantamentos excessivos que irão esgotar o Fundo Petrolífero ou a redistribuições à última hora que desviem dinheiro de atividades planeadas.

As responsabilidades contingentes de Timor-Leste são variados: por exemplo, desastres naturais como as recentes cheias podem levar a intervenções governamentais para reconstruir infraestruturas, ou secas podem acionar intervenções governamentais para apoiar

agricultores. Alguns são mais específicos e podem ser quantificados (por exemplo o Esquema de Garantias Governamentais do Banco Central a PME).

Algumas responsabilidades contingentes são mais difíceis de quantificar e necessitam de mais tempo e mais consultas para serem devidamente entendidos. Exemplos disto incluem impostos por pagar, a participação do governo em empresas privadas e o fundo da segurança social. É da responsabilidade do governo identificar, gerir e mitigar riscos, de forma a reduzir a possibilidade de pagamentos inesperados. O governo procurará ter o máximo de abertura nos próximos anos.

3 Indicadores Socioeconómicos

É importante aquando da avaliação de uma economia não utilizar apenas o PIB. Há outros indicadores sociais mais amplos que são igualmente importantes para entender plenamente a posição de um país e o impacto das escolhas do governo no dia-a-dia da sua população.

Todos os dados são retirados do Banco Mundial, exceto quando indicado de outro modo.

1. Índice de Desenvolvimento Humano

É importante aquando da avaliação de uma economia não utilizar apenas o PIB. Há outros indicadores sociais mais amplos que são igualmente importantes para entender plenamente a posição de um país e o impacto das escolhas do governo no dia-a-dia da sua população.

Exceto se indicado de outro modo, todos os dados vêm do Banco Mundial.

2. Fundo de Desenvolvimento Humano

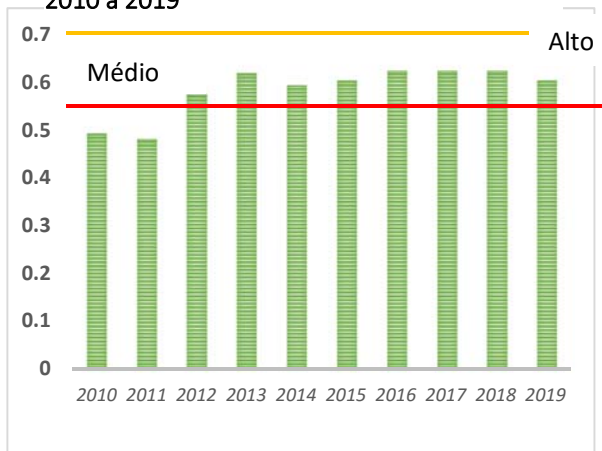
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida das concretizações médias em três dimensões essenciais do desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável, estar bem informado e ter um nível de vida decente. A dimensão da saúde é avaliada usando indicadores como a esperança de vida aquando do nascimento, ao passo que a dimensão da educação é impactada pela média de anos de escolaridade para adultos com mais de 25 anos e o número de anos de escolaridade para crianças com idade para entrar para a escola. A dimensão do nível de vida é medida através da renda nacional bruta (RNB) per capita. O IDH usa um logaritmo de rendimento, de modo a refletir como a importância do rendimento vai diminuindo à medida que a RNB aumenta.

O IDH está dividido em quatro faixas, nomeadamente desenvolvimento humano muito elevado (0,8 a 1,0), desenvolvimento humano elevado (0,7 a 0,79), desenvolvimento humano médio (0,55 a 0,70) e desenvolvimento humano baixo (abaixo dos 0,55).

Em 2019, Timor-Leste foi classificado como país com Desenvolvimento Humano Médio, tendo uma pontuação de 0,61 e ficando na 141ª posição entre 189 países. Tal como se pode ver no Gráfico 2, Timor-Leste ficou abaixo das Fiji mas acima das Ilhas Salomão. A pontuação de IDH de Timor-Leste tem vindo a melhorar de forma assinalável desde 2010 e 2011, quando era um país com desenvolvimento humano baixo. Ainda assim, a subida estagnou nos últimos anos.

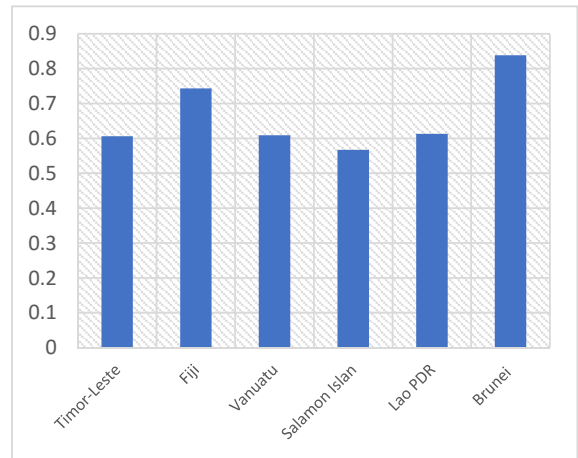
Nos últimos cinco anos a pontuação de Timor-Leste em termos de média de anos de escolaridade ficou abaixo das Fiji, Vanuatu, Ilhas Salomão, RDP Lao e Brunei Darussalam. Por outro lado, a pontuação de Timor-Leste em termos de esperança de vida tem vindo a subir desde 2018, estando atualmente acima de Myanmar, RDP Lao e Fiji.

Figura 19: Pontuação de Timor-Leste no IDH, 2010 a 2019



Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2020

Figura 20: Comparação do IDH e Timor-Leste com o de outros países na Ásia-Pacífico, 2019

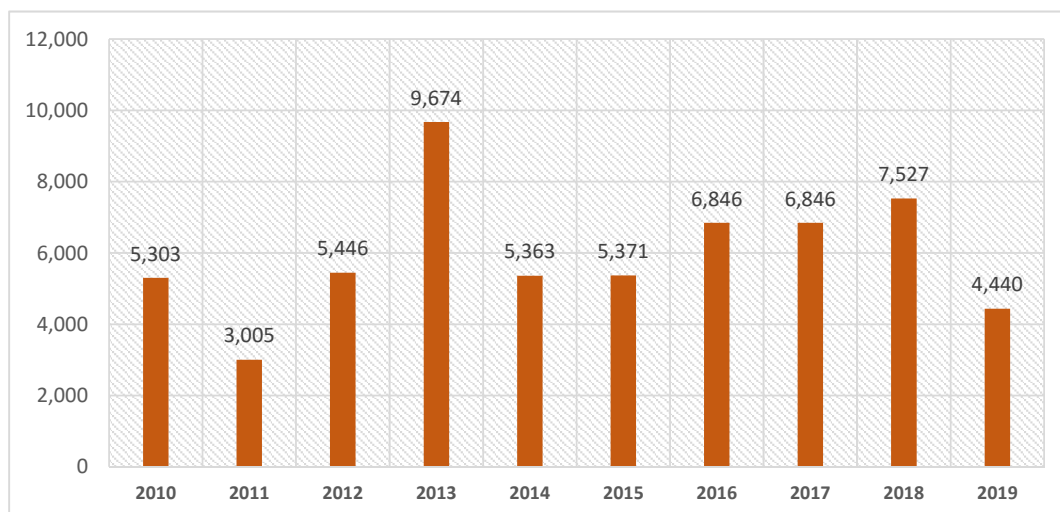


3. Desigualdade

O Coeficiente de Gini é usado para medir quanto da distribuição dos rendimentos numa economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O Coeficiente de Gini vai de 100 a 0. Uma pontuação de 0 representa igualdade perfeita, ou seja, todos os cidadãos têm o mesmo rendimento. Uma pontuação de 100 implica uma desigualdade total, ou seja, toda a riqueza está na posse de um só cidadão. Em 2014 o Coeficiente de Gini em Timor-Leste foi de 28,7% (Banco Mundial, 2014). O Coeficiente de Gini em Timor-Leste foi baixando gradualmente de 35,9% em 2001 para 28,7% em 2014, indicando que a sociedade se está a tornar mais igual.

Por outro lado a tendência da RNB per capita nos últimos cinco anos foi volátil. Em 2019 baixou para 4.400 dólares per capita. Tal como se pode ver na Tabela 12, a RNB per capita mais elevada entre 2010 e 2019 foi registada em 2013.

Figura 21: Tendência da RNB per capita de Timor-Leste, 2000 a 2019



Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2020.

4. Má Nutrição

De acordo com o Estudo Demográfico e de Saúde em Timor-Leste, 46% das crianças com menos de 5 anos têm crescimento atrofiado; 23% das crianças com menos de 5 anos têm crescimento gravemente atrofiado; 24% das crianças são malnutridas; e 10% das crianças são gravemente malnutridas. 40% das crianças têm peso abaixo do normal e 6% têm peso acima do normal.

A prevalência de crescimento atrofiado desceu de 58% para 46% desde o EDS de 2009/10. Também a prevalência de crianças com peso abaixo do normal desceu de 45% para 40%. Contudo, a prevalência de crianças malnutridas aumentou de 19% para 24%. Entre os 45,6% de crianças até cinco anos com crescimento atrofiado regista-se uma preponderância de rapazes, com 48% dos rapazes a terem crescimento atrofiado comparativamente com 43% das raparigas.

5. Índice de Capital Humano (ICH)

O ICH, do Banco Mundial, mede a quantidade de capital humano que uma criança nascida hoje pode esperar obter até aos 18 anos. Indicia a produtividade da geração seguinte de trabalhadores, comparado com um índice de referência de educação completa e saúde plena. A nível mundial uma criança nascida em 2020 pode esperar, em média, quando crescer ser 56 por cento tão produtiva como poderia ser. Todos os dados representam a situação dos países antes do Covid-19.

Em Timor-Leste, uma criança nascida hoje quando crescer será 45 por cento tão produtiva como poderia ser se tivesse educação completa e saúde plena. Esta percentagem é mais baixa do que a média na região do Leste Asiático e Pacífico [colocar valor] e nos países com rendimentos médio-baixos [colocar valor]. Ainda assim registaram-se progressos entre 2010 e 2020, com o valor do ICH em Timor-Leste a aumentar de 0,41 para 0,45.

6. Água Potável

Em 2017, 78% da população tinham pelo menos acesso a uma fonte básica de água potável. Este valor é mais baixo do que a média na região do Leste Asiático e Pacífico (92%) no grupo de países com rendimentos médio-baixos (81%).

7. Mão-de-obra

Em 2016, 64% da população timorense em idade de trabalhar estavam empregados. Este valor é inferior à média da região (65%), porém superior à média do seu grupo de rendimentos (54%). A taxa de participação das mulheres na mão-de-obra foi de 62%. Este valor é superior à média na região (57%) e à média no seu grupo de rendimentos (50%).

8. Taxa de Sobrevivência de Adultos

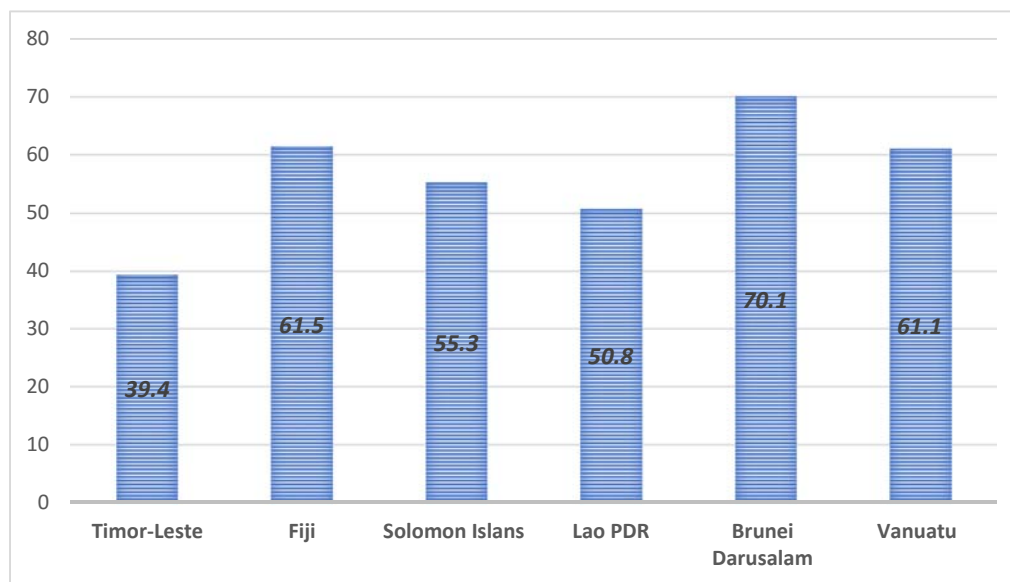
Em Timor-Leste, 86 por cento das pessoas com 15 anos chegarão até aos 60. Esta estatística é um indicador da gama de riscos para a saúde que uma criança nascida hoje irá encontrar como adulto nas condições atuais.

9. Facilidade de Fazer Negócios

O relatório sobre Facilidade de Fazer Negócios é elaborado pelo Banco Mundial para medir o índice do desempenho regulador dos negócios num país. A escala vai de 1 a 100, com 0 a ser o pior desempenho regulador e 100 a ser o melhor desempenho regulador.

Em termos globais, Timor-Leste obteve uma pontuação de 39,4 em 2020, ficando na 181ª posição entre 190 países do mundo. Esta pontuação é inferior à de países semelhantes, tais como as Fiji, Ilhas Salomão, RDP Lao, Brunei Darussalam e Vanuatu.

Figura 22: Comparação das pontuações a nível de Fazer Negócios de países na Ásia e Pacífico



Fonte: Banco Mundial, Relatório sobre Facilidade de Fazer Negócios, 2020.

O cálculo da pontuação da facilidade de fazer negócios é obtido através de indicadores individuais de cada economia, incluindo: começar uma empresa, lidar com licenças de construção, obter ligação elétrica, registar uma propriedade, obter crédito, proteger investidores minoritários, pagar impostos, fazer comércio entre fronteiras e resolver situações de insolvência.

O melhor indicador de Timor-Leste foi o de começar uma empresa (68ª posição em 190 países), ao passo que o pior foi fazer cumprir contratos, onde foi o pior dos 190 países.

Tabela 17: Comparação das pontuações de Facilidade de Fazer Negócios entre Timor-Leste e Países do Pacífico

Indicador	Timor-Leste		Ilhas Salomão		Vanuatu		Kiribati		Micronésia	
	Pos.	Pont.	Pos.	Pont.	Pos.	Pont.	Pos.	Pont.	Pos.	Pont.
Começar uma Empresa	68	89.4	110	85.6	137	81.5	149	78.4	174	69.6
Registar uma Propriedade	187	0	155	47.4	84	65.6	150	49.1	0	187
Obter Crédito	173	20	104	50	37	75	173	20	104	50
Fazer Cumprir Contratos	190	6.1	157	43.5	138	49.3	121	53.4	184	29.4

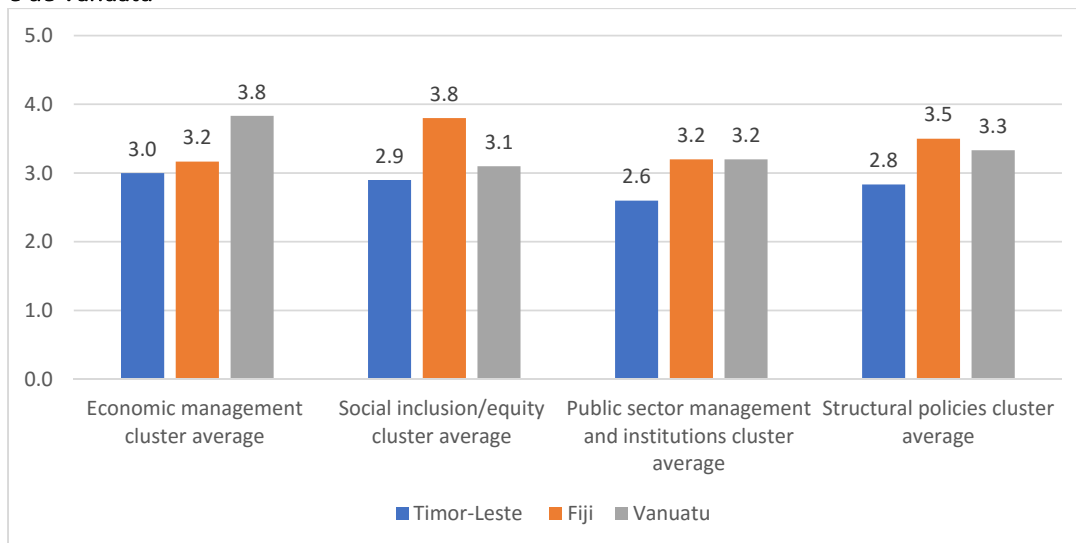
Fonte: Banco Mundial, Relatório da Facilidade de Fazer Negócios, 2020.

10. Avaliação Política e Institucional do País

A Avaliação Política e Institucional do País (APIC) do Banco Mundial é um quadro para medir e comparar a capacidade dos países para utilizar ajuda de forma efetiva. Consiste em 16 critérios, cada um classificado com uma pontuação que pode ir até 6, divididos por 4 categorias: gestão económica; política estrutural; medidas de igualdade / inclusão social; e gestão e instituições do setor público.

Em 2020, as categorias em que Timor-Leste obteve as pontuações mais elevadas foram a gestão económica e as medidas de igualdade / inclusão social, com uma pontuação média nos indicadores relacionados de 3,0. A gestão e instituições do setor público teve a média mais baixa, com 2,5, ao passo que a política estrutural teve uma média de 2,8. A pontuação individual mais elevada foi o Comércio, que obteve 4 em 6 possíveis. A pontuação mais baixa foi um 2 em 6 possíveis, atribuída ao ambiente regulador dos negócios, sustentabilidade ambiental, direitos de propriedade, governança com base em direitos e qualidade da administração pública. Na verdade as pontuações de Timor-Leste mudaram muito pouco desde a primeira vez que foram atribuídas, em 2006. Nesse ano a pontuação média em todos os indicadores foi de 2,7 em 6. Em 2020 aumentou para apenas 2,8.

Figura 23: Comparação das pontuações médias agregadas de Timor-Leste na APIC com as das Fiji e de Vanuatu



Fonte: Banco Mundial, Avaliação Política e Institucional do País, 2020.

Timor-Leste tem as pontuações mais baixas em todas as categorias quando comparado com as Fiji e com Vanuatu. Em termos comparativos Timor-Leste tem uma pontuação especialmente baixa no ambiente regulador de negócios, setor financeiro, gestão e transparência do setor público, responsabilização e corrupção no setor público. Contudo as pontuações em classificação do comércio e transparência, responsabilização e corrupção no setor público estiveram mais alinhadas.

4 Prioridades Governamentais

4.1 Prioridades Governamentais

Em junho de 2021 o Conselho de Ministros aprovou o teto para a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2022, definido nos 1,57 mil milhões de dólares, bem como a sua desagregação por Linhas Ministeriais, AAFs, Autoridades Municipais e outras instituições relevantes. Tanto o teto como a sua desagregação são preliminares e podem ser alvo de emendas aquando da avaliação da Comissão de Revisão do Orçamento, do debater parlamentar e da avaliação por parte do Presidente da República. Em setembro a Comissão de Revisão do Orçamento propôs um aumento no teto orçamental para 1,675 mil milhões, a fim de acomodar solicitações adicionais por parte das linhas ministeriais. Esta proposta foi posteriormente aprovada em Conselho de Ministros.

A proposta aprovada de Orçamento visa financiar o programa do VIII Governo Constitucional durante o ano fiscal de 2022. Existem seis áreas definidas como prioridades no Orçamento para 2022 e no restante do mandato do Governo, e 2021 a 2023:

Tabela 18: Prioridades do VIII Governo para 2022

N.º	Prioridades para 2022	Alocação para o OGE 2022 (\$)	% OGE 2022
1.	Capital Social (Educação, Formação Profissional e Saúde)	226.513.224	13,5%
2.	Habitação e Inclusão Social	387.295.315	23,1%
3.	Setor Produtivo (Agricultura, Turismo), Ambiente e Conectividade	345.931.170	20,7%
4.	Desenvolvimento do Setor Privado	78.563.312	4,7%
5.	Desenvolvimento Rural e Cooperativo	72.156.425	4,3%
6.	Governança	116.276.834	6,9%
	Outras	448.263.720	26,8%
	Total Global	1.675.000.000	100,0%

Fonte: Ministério das Finanças, agosto de 2021.

As alocações orçamentais propostas visam assim refletir estas prioridades. De seguida descrevem-se a alocação agregada para cada pilar e as novas medidas respetivas. Deve-se notar que todas as alocações setoriais descritas são preliminares e não incluem orçamentos finais para novas medidas.

Desenvolvimento de Capital Humano (Educação, Formação e Saúde)

- Criar oportunidades de educação e formação de qualidade, inclusivas e que deem resposta às necessidades da economia.
- Continuar a preparar o setor da saúde em termos da prestação de serviços de qualidade, especialmente em resposta à pandemia de Covid-19 e à continuação da vacinação.
- Continuar o desenvolvimento profissional de profissionais dos setores da saúde e da educação.

Habitação e Inclusão Social

- Melhorar o acesso a água potável.
- Continuar a incidir no saneamento básico.
- Continuar a desenvolver o acesso à eletricidade nos sucos.
- Investir em programas de habitação, tanto novos como atuais.

Setores Produtivos (Agricultura, Turismo), Ambiente e Conetividade

- Diversificar a economia e aumentar a taxa de crescimento de forma inclusiva e sustentável.
- Aumentar a produtividade agrícola e a segurança alimentar por via da melhoria e criação de novas infraestruturas, canais de distribuição e armazenamento de produtos agrícolas.
- Desenvolver formação em apoio à indústria da hotelaria.
- Promover comportamentos sustentáveis e destacar o princípio de reduzir, reutilizar e reciclar.

Desenvolvimento do Setor Privado

- Incidir na recuperação da economia após a recessão provocada pelos impactos do Covid-19 e do confinamento em 2020 e 2021.
- Facilitar o investimento no setor privado, priorizando pequenas e médias empresas.
- Criar opções de emprego para aumentar a produtividade nacional e as oportunidades para todos.

Desenvolvimento Rural

- Continuar a agenda de descentralização enquanto ferramenta para promover o desenvolvimento local, promover a identidade nacional e a coesão territorial.
- Estabelecer instituições fortes e boa capacidade a todos os níveis de governo para garantir a prestação de serviços públicos de qualidade a fim de melhorar a eficiência, responsabilização e transparência.
- Reduzir as desigualdades entre regiões e garantir que as vozes dos grupos minoritários são ouvidas e que ninguém é deixado para trás.

Boa Governança

- Introduzir plano a médio prazo para todas as entidades públicas.
- Desenvolver indicadores principais para o governo nacional.
- Continuar a reforma da Gestão das Finanças Públicas de modo a priorizar a Reforma Fiscal e a Sustentabilidade Fiscal.

4.2 Pacote de Recuperação Económica (PRE)

No início da pandemia de COVID-19 o VIII governo Constitucional definiu um conjunto de medidas visando mitigar os impactos negativos desta nova realidade sobre famílias e empresas. Todavia o prolongamento da situação de pandemia, conduzindo ao agravar das consequências sociais e a uma crise económica que se espalhou pelo mundo inteiro, obrigou o Governo a aplicar medidas mais robustas de intervenção económica a médio/longo prazo, de modo a possibilitar uma recuperação o mais rápido possível. Para tal foi criada a Comissão para a Elaboração do Plano de Recuperação Económica (PRE), com a missão de apoiar a recuperação da economia de Timor-Leste por via da criação de um plano de intervenção claro, objetivo e realista.

A 29 de julho de 2020 o Conselho de Ministros aprovou medidas a curto prazo para serem tomadas em 2020 visando mitigar o impacto da crise económica provocada pelo Covid-19. A 12 de agosto de 2020 o Conselho de Ministros aprovou um Pacote de Recuperação Económica no valor de 104,6 milhões de dólares, composto por 71 medidas com o objetivo de ajudar a recuperação da economia pós-Covid-19 entre 2021 e 2023.

O plano tem três objetivos claros:

- 1) Aumento do emprego, garantindo que todos os postos de trabalho são produtivos e dignos
- 2) Concretização e consolidação de programas de investimento público (Educação, Saúde, Habitação ou Proteção Social)
- 3) Análise de setores produtivos e promoção de áreas que contribuam para o crescimento económico

Quase 90% das 71 medidas em 2021 foram incluídas nas atividades em curso integradas no sistema Dalan Ba Futuru Timor-Leste (DBFTL). O custo destas atividades foi incluído nas alocações dadas às LMsAAFs/Ms. Algumas LMs/AAFs receberam financiamento adicional para novas medidas de recuperação económica, desde que apoiem serviços essenciais / contribuam para atividades essenciais. Através da Direção-Geral de Gestão de Recursos e Mobilização Externa (DGGRME), o Ministério das Finanças mapeou também o novo/atual apoio de doadores recebido, o qual será detalhado no Livro 5 do Orçamento para 2021.

Em 2021 as maiores medidas do PRE estavam relacionadas com a gestão da crise de COVID-19 (110 milhões de dólares), o que incluiu a gestão de instalações de quarentena, a condução de *contract tracing* e formação de funcionários na linha da frente. Para lá disto, outras medidas incluíram a distribuição da Cesta Básica (7 milhões de dólares), o subsídio às famílias (7,3 milhões) e a política de criação de emprego para os jovens (1,9 milhões). O montante total alocado para o PRE em 2021 foi de 316 milhões (inicialmente 310 milhões devido a redistribuições).

No OGE 2022 as medidas do PRE totalizam 194 milhões de dólares. As 5 maiores medidas relacionadas com o PRE são as seguintes:

- Fornecimento de eletricidade a todo o território – 90 milhões de dólares
- Programa de Desenvolvimento dos Sucos – 22,4 milhões
- Provisão de um pacote completo de serviços básicos a diversas unidades de cuidados primários – 20 milhões

- Abastecimento de água potável e escoamento – 17 milhões
- Hospitalização de pacientes, incluindo serviços médicos especializados – 10,4 milhões

4.3 Declaração do Orçamento Sensível às Questões de Género e Inclusão Social

Promover a igualdade de género e a inclusão social continua a ser o cerne do VIII Governo Constitucional. Desde 2017, o Governo reforçou o Orçamento Sensível ao Género (OSG) a ser adotado como estratégia para alcançar a igualdade de género e a agenda de inclusão social, na sequência da aprovação do Roteiro de Timor-Leste para a Reforma da Governação Orçamental pelo Conselho de Ministros a 7 de Março 2017.

O OSG é um processo que visa apoiar a tomada de decisões orçamentais e a definição de prioridades governamentais, para garantir que as políticas fiscais e a alocação de recursos criem resultados equitativos para mulheres e homens, meninos e meninas e grupos marginalizados. Utiliza as políticas fiscais e práticas de gestão das finanças públicas nos diferentes estádios do ciclo orçamental, para promover a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas, conduzindo em última análise, a melhores resultados e contribuindo para o crescimento inclusivo.

Na fase de preparação do Orçamento Geral do Estado cada entidade pública é aconselhada a realizar uma análise de género, como parte do seu processo de planeamento orçamental, no desenvolvimento dos seus programas, subprogramas e atividades. A análise na perspetiva do género é aliás um elemento essencial de qualquer análise socioeconómica, pois fornece os dados e informações necessários para integrar uma perspetiva de género e inclusão, em planos, políticas públicas, programas e projetos.

Aquele tipo de análise identifica as diferenças existentes entre mulheres, homens, meninos, meninas, idosos, pessoas com deficiência e grupos marginalizado, em termos de sua posição relativa na sociedade e da distribuição de recursos, oportunidades, restrições e acesso ao poder, num determinado contexto. Desta forma, a realização de uma análise de género permite o desenvolvimento de programas governamentais e de intervenções fiscais que mitiguem as desigualdades existentes e atendam às diferentes necessidades e preocupações das mulheres, homens, meninos, meninas e de qualquer pessoa que, de outra forma, pudesse ser marginalizada ou excluída.

Para o ano fiscal de 2022, o Governo institucionalizou e integrou a agenda da igualdade de género e da inclusão social na estrutura geral do Orçamento por Programas. Listam-se mais abaixo algumas das realizações mais importantes que decorreram da preparação da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2022:

- a) Um Programa Nacional denominado **“Igualdade de Género e Inclusão Social”** existe agora na estrutura orçamental baseada em Programas, cobrindo as questões mais relevantes relacionadas as mulheres, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, sobreviventes de guerra e veteranos e abordando igualmente questões críticas relacionadas com a igualdade no setor de serviços públicos e de infraestruturas. Este programa também demonstra o compromisso e o investimento do governo na implementação de várias políticas de género, alinhando-se com o Plano de Ação Nacional contra a Violência de Género, a Declaração de Maubisse e o Plano de Ação

Nacional sobre a UNSCR 1325 - abordando respetivamente a violência de género, empoderamento económico das mulheres e mulheres, paz e segurança.

- b) Uma atividade de género, padronizada, designada por “**Abordagem Integrada de Género**” existe agora também no subprograma Boa Governação. Esta atividade será implementada pelas entidades governamentais que não são diretamente responsáveis pela implementação das políticas nacionais de género anteriormente mencionadas. Essa abordagem visa melhorar o conhecimento e a compreensão dos funcionários públicos sobre questões de género e inclusão, e também a forma de as abordar por meio do OSG, assim como, abordar e prevenir o assédio sexual, com vista a criar uma nova cultura de comportamento respeitoso nos locais de trabalho.
- c) A estratégia de Abordagem Integrada de género é adotada no desenvolvimento de programas e subprogramas, como estratégia para alcançar um impacto positivo para a promoção da igualdade de género, empoderamento de mulheres e meninas, e inclusão social.
- d) As melhorias nos indicadores sensíveis ao género e dados desagregados por sexo sempre que possível, possibilitará a medição do impacto dos orçamentos na igualdade de género, na inclusão e no empoderamento de mulheres e meninas.

Para acompanhar a proporção do Orçamento Geral do Estado destinada à promoção da igualdade de género e dos compromissos assumidos para eliminar as desigualdades existentes, o Governo estabeleceu e incorporou um Marcador de Género nos seus sistemas de planeamento e financeiro. Trata-se de uma ferramenta de monitorização e de prestação de contas aplicável ao nível do subprograma na fase de planeamento que, mediante a realização de uma análise de género completa, se reflete nos orçamentos aprovados e nas despesas reais. O referido Marcador de Género incorpora, por seu turno, três marcadores, a saber:

- 1) **Principal (P):** O principal resultado esperado do subprograma é reduzir as desigualdades de género. O subprograma não poderá ser realizado sem esse objetivo de igualdade de género e inclusão social.
- 2) **Significativo (S):** O aspeto da igualdade de género e inclusão social é um resultado esperado importante e deliberado, mas não a razão principal para a realização do subprograma. O subprograma, além de outros resultados esperados, foi concebido para ter um impacto positivo na inclusão e no avanço da igualdade de género e / ou no empoderamento de mulheres e meninas (Abordagem Integrada de Género).
- 3) **Não direcionado (NT):** O subprograma não pretende, em concreto, reduzir as desigualdades de género nem abordar as necessidades e preocupações dos grupos vulneráveis e marginalizados.

Para o ano fiscal de 2022, o Governo investiu **\$203,784,892** num Programa Nacional de Promoção da Igualdade de Género e Inclusão Social (Programa 980). Além disso, da dotação global do Orçamento Geral do Estado, um investimento de **\$157,452,653** foi alocado de forma a contribuir diretamente para o avanço da igualdade de género, o empoderamento de mulheres e meninas e a inclusão social, por meio de vários subprogramas considerados Principais no momento da aplicação do Marcador de Género.

O Governo tem vindo a investir e a comprometer-se com uma ampla gama de subprogramas (Marcador de Género Significativo), por meio da adoção da estratégia de Abordagem Integrada de Género, com um valor total de **\$235,774,721**. Esse investimento apoiará a conquista da igualdade de género e da inclusão social em todas as dimensões da vida, capacitará todas as mulheres, meninas e grupos marginalizados para eliminar todas as formas de discriminação, abrirá oportunidades de empreendedorismo e de liderança e criará também caminhos para a participação plena e efetiva de mulheres e jovens e grupos marginalizados, bem como oportunidades iguais de liderança em todos os níveis da tomada de decisão na vida política, económica e pública.

5 Orçamentação de Programas

5.1 O que é a Orçamentação de Programas (OP)?

- Ao contrário da orçamentação convencional, a OP descreve e apresenta os custos detalhados de cada atividade ou programa a ser conduzido com um determinado orçamento (1 programa terá 1 objetivo, porém poderá ter várias atividades para atingir esse objetivo). Por exemplo, os resultados esperados num programa proposto são descritos em detalhe, juntamente com os respetivos recursos, matérias-primas, equipamentos e custos com pessoal que sejam necessários. A soma de todas as atividades ou programa constitui o Orçamento de Programa. Assim sendo, olhando para um Orçamento de Programa é fácil perceber exatamente o que precisa ser feito, qual será o custo e quais são os resultados esperados.
- Uma das principais justificações para passar para a orçamentação com base em programas ou resultados é que os orçamentos tradicionais se focam demasiado em detalhes e *inputs*. A documentação orçamental tende a ser volumosa, com muitas páginas cheias de tabelas a detalhar os *inputs* para cada uma das entidades orçamentais. Por sua vez, os sistemas orçamentais com base no desempenho estão desenhados para mudar o foco dos *'inputs'* para os *'outputs'* ou 'programas' – os serviços a prestar pelos Ministérios, os resultados específicos para esses serviços e o reporte sobre esses resultados. Neste quadro, a responsabilização pelo uso dos recursos governamentais (fundos dos contribuintes) está separada para que:
 - o governo seja responsável por alocar níveis apropriados de financiamento aos ministérios de modo a atingir os resultados; e
 - as linhas ministeriais sejam responsáveis pela concretização destes resultados e pela gestão efetiva dos *inputs* que lhes são confiados pelo governo através do orçamento.

5.2 História da OP em Timor-Leste

- 2015: Início da primeira fase de OP em TL
- 2015-2019: TL continuou a utilizar classificações orgânicas e económicas
- 2020: VIII Governo apresentou o primeiro OGE em formato programático
- 2021: Primeiro OGE em formato programático implementado

5.3 Objetivos para melhorar a Estrutura de Orçamentação de Programas para o OGE 2022

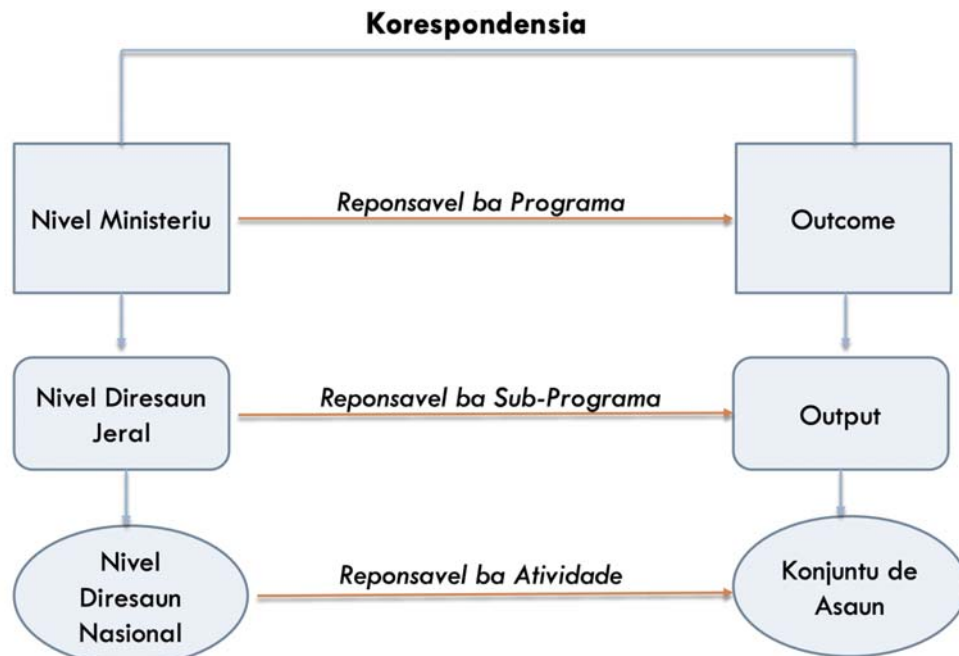
Para o OGE 2022 a totalidade da atividade governamental passou por um processo de racionalização para reduzir o número de programas de 145 para 45. A finalidade disto é:

- promover o investimento estratégico;
- assegurar serviços públicos eficientes e justos;
- ligar o Sistema de Informações de Gestão Financeira (SIGF) ao Dalan Ba Futuru (sistema governamental para ajudar no planeamento, monitorização, acompanhamento e avaliação de programas públicos);

- registar objetivos;
- impactos e resultados da despesa pública;
- garantir a monitorização dos objetivos e alvos definidos;
- incidir nos resultados em detrimento das taxas de execução;
- assegurar o alinhamento com prioridades governamentais;
- passar da orçamentação de itens para a orçamentação de programas;
- incidir em novos programas para melhorar a qualidade e o controlo.

O processo para mapear a estrutura de programas na estrutura orgânica e reduzir os atuais 145 programas para 43 envolveu a ligação da atividade a um subsetor do PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento), analisando a forma como o subsetor do PED está ligado a LMs ou instituições, e voltando a mapear os subprogramas e atividades existentes. Os programas e subprogramas dos municípios realinhar-se-ão automaticamente com o ministério relevante, com base no Decreto-Lei N.º3/2016, e em linha com o processo de descentralização. O programa transversal inclui o programa de Boa Governança, o qual é apoiado por mais de 1 linha ministerial.

Figura 24: Mapeamento da Responsabilidade por Programas, Subprogramas e Atividades



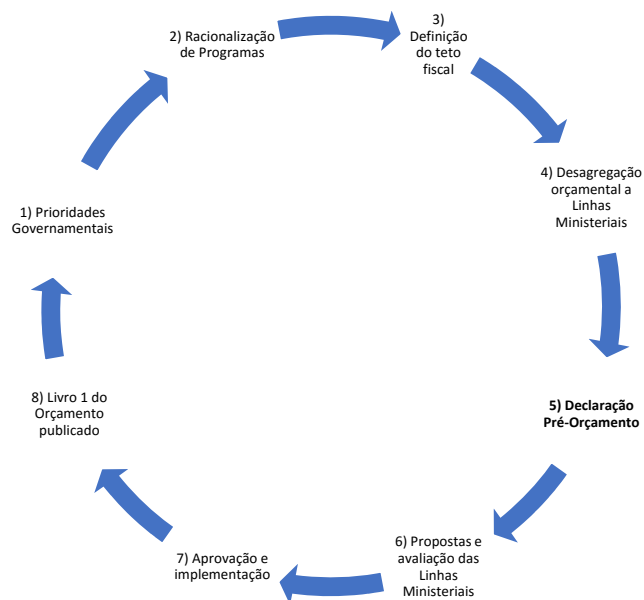
Fonte: Ministério das Finanças & UPMA, junho de 2021.

Tabela 19: Mapeamento da Estrutura Programática em Estrutura Orgânica

ORGANIKÁ MAXIMU NO ESTRUTURA PROGRAMATIKA	ESTRUTURA ORGANIKA
Ministériu Finanzas	
Programa 1	Ministériu
Sub-Programa 1	Diresaun Jerál 1
Atividade 1	Diresaun Nasionál 1
Atividade 2	Diresaun Nasionál 2
Sub-Programa 2	Diresaun Jerál 2
Atividade 1	Diresaun Nasionál 1
Atividade 2	Diresaun Nasionál 2

Fonte: Ministério das Finanças & UPMA, junho de 2021.

Figura 25: Ciclo Orçamental Atual



Fonte: Direção-Geral do Planeamento e Orçamento, Ministério das Finanças, agosto de 2021.

Tabela 20: Lista racionalizada de Programas para o Orçamento para 2022

45 Programas para o OGE 2022
023: Gestão das Finanças Públicas
024: Cultura e Património
025: Descentralização Administrativa e Poder Local

026: Estradas e Pontes
028: Desenvolvimento Rural e Urbano
029: Reformas Estatais
030: Delimitação Final de Fronteiras Terrestres e Marítimas com a Indonésia
031: Fomento das Relações Internacionais e da Cooperação do Parlamento
148: Contingência
152: Estabelecimento do Gabinete de Fronteiras Marítimas como um Centro de Excelência sobre Fronteiras Marítimas e Jurisdição Marítima em Timor-Leste – Economia Azul
157: Direitos Humanos e Boa Governança
159: Garantia do exercício das funções constitucionais do Parlamento
160: Promoção de uma cultura de abertura e transparência no Parlamento
161: Identidade Nacional
162: Estado de Direito
163: Relações Internacionais Diplomáticas
165: Desenvolvimento Sustentável
171: Aproximação dos Serviços dos Tribunais da População
252: Telecomunicações
304: Qualificação Profissional
313: Formação Técnica
314: Bolsas de Estudo
315: Outros Tipos de Formação
366: Segurança Nacional
388: Defesa Nacional
392: Acesso à Justiça
400: Política Externa de Timor-Leste
401: Gestão do Petróleo e dos Recursos Minerais
439: Garantia da Liberdade de Expressão e do Acesso à Informação
502: Transportes
510: Boa Governança e Gestão Institucional
797: Agricultura
798: Água e Saneamento
802: Eletricidade
805: Saúde
809: Aeroporto
867: Desenvolvimento e reforço de zonas com tratamento administrativo e económico especial
874: Portos
977: Manutenção, Reabilitação e Resposta às Estruturas danificadas por Calamidades
979: Educação e Formação
980: Igualdade de Género e Inclusão Social
981: Proteção e Conservação do Ambiente
982: Turismo
983: Investimento e Diversificação Económica
984: Ordenamento Territorial

Fonte: Ministério das Finanças & UPMA, outubro de 2021.

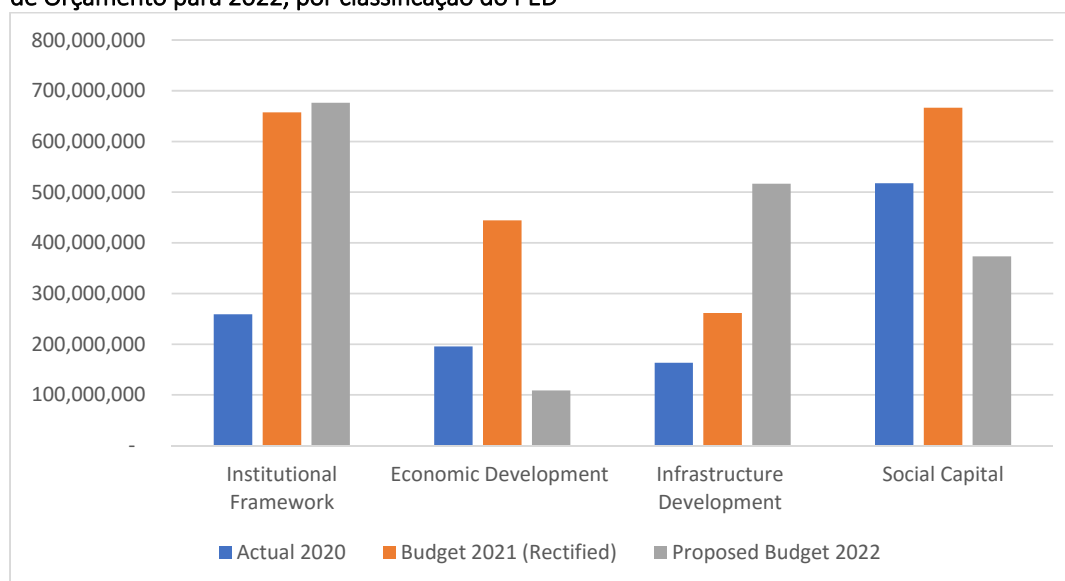
6 Proposta de Orçamento

6.1 Análise Comparativa da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2022

Devido à implementação da orçamentação de programas e à redução do número total de programas entre o orçamento para 2021 e o orçamento para 2022, a presente análise comparativa utilizou somente dados a nível institucional, de modo a permitir uma comparação justa entre os três anos orçamentais. Em anos futuros esta análise será ao invés conduzida a nível de programas. Os valores seguintes incluem desembolsos de empréstimos e transferências para a RAEOA-ZEEMS.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste assenta em torno de quatro pilares: Quadro Institucional, Capital Social, Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento de Infraestruturas. A proposta de orçamento para 2022 atribui a maior fatia ao Quadro Institucional, seguindo-se o Desenvolvimento de Infraestruturas, o Capital Social e o Desenvolvimento Económico.

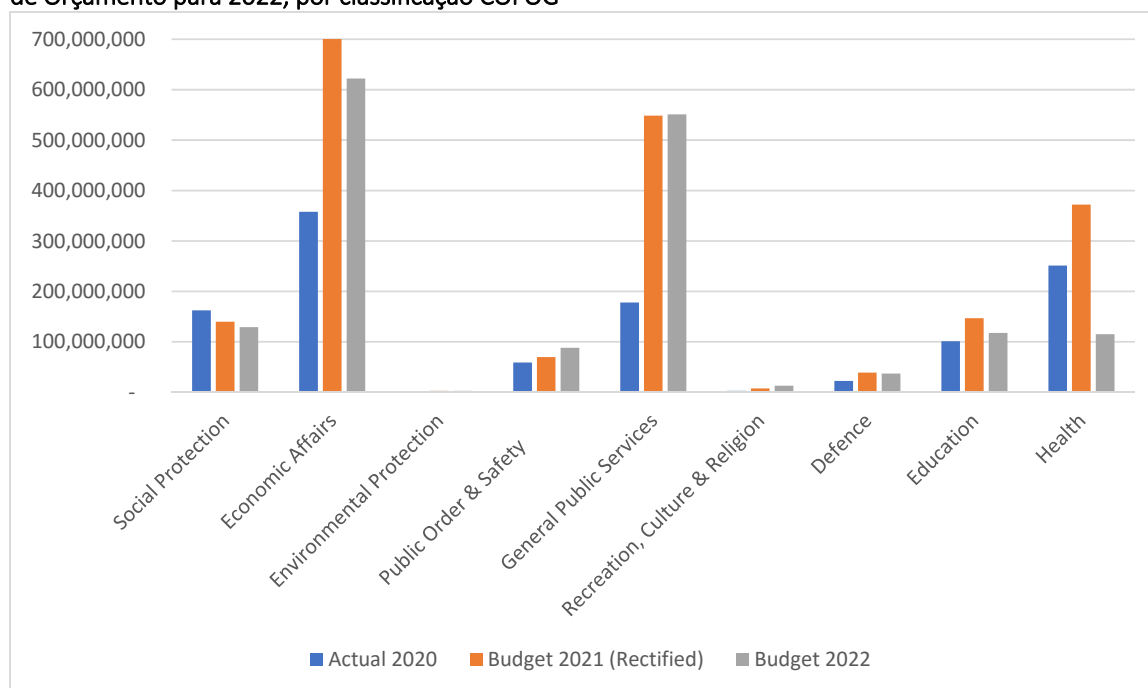
Figura 26: Comparação da Despesa em 2020, no Orçamento Retificativo para 2021 e na proposta de Orçamento para 2022, por classificação do PED



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

Seguindo antes a classificação setorial internacional e mais detalhada da COFOG (Classificação das Funções de Governo), pode-se observar que o orçamento para 2022 atribui a maior fatia aos Assuntos Económicos, seguindo-se os Serviços Públicos Gerais. Isto espelha o orçamento para o ano transato. A menor fatia vai para a Proteção Ambiental e para o Lazer, Cultura e Religião, sendo igual na despesa concreta em 2020 e no orçamento retificativo para 2021.

Figura 27: Comparação da Despesa em 2020, no Orçamento Retificativo para 2021 e na proposta de Orçamento para 2022, por classificação COFOG



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

6.2 Novas Medidas para o OGE 2022

As novas medidas introduzidas para o OGE 2022 incluem:

- Subsídio alimentar (milho, arroz, feijão, soja e legumes) para funcionários públicos – 25 milhões de dólares
- Fundo de resposta de emergência em situações de desastres naturais – 15 milhões
- Fundo de investimento para a criação do novo Município de Ataúro – 13 milhões
- Bolsa da Mãe Jersaun Foun (nova fase de apoio à nutrição de grávidas e bebés) – 13 milhões (esta é a despesa do Governo de TL no projeto, à qual se juntarão 6,4 milhões de dólares em Apoio Direto ao Orçamento por parte do governo da Austrália)
- Eleições Presidenciais de 2022 – 12 milhões
- Desenvolvimento de PME – 5 milhões
- Aquisição de veículos e equipamento para bombeiros a fim de poderem dar resposta a situações de desastres – 3,9 milhões
- Censo Populacional – 3,1 milhões
- Criação de um sistema único de identificação – 3 milhões
- Salário para 1.200 novos recrutas da FDTL – 1,2 milhões

6.3 Total da Despesa por Programas

A política de orçamentação de programas foi iniciada em 2015 pelo Gabinete do Primeiro-Ministro, com o objetivo de dar atenção às prioridades estratégicas do Governo a nível da administração pública. O roteiro de governança orçamental foi aprovado por Resolução Governamental em março de 2017. Entre 2018 e 2019 foi pedido às linhas ministeriais que reportassem sobre os seus planos de ação anuais por trimestre, utilizando estruturas de orçamentação de programas. 2022 será o primeiro ano em que se irá implementar a orçamentação de programas. Como tal foram identificados 45 programas para o orçamento para 2022. O programa com o maior orçamento em 2022 é a Boa Governança e Gestão Institucional, com mais de 295 milhões de dólares. Seguem-se a Igualdade de Género e Inclusão Social (203,78 milhões) e as Estradas e Pontes (202 milhões). Outros programas com orçamentos elevados incluem a Saúde (106,78 milhões), a Educação e Formação (105,87 milhões) e a Eletricidade (101,73 milhões).

Tabela 21: Programas para o OGE 2022 por ordem de alocações

Programa	Alocação (dólares)	Alocação (% do OGE 2022)
510: Boa Governança e Gestão Institucional	295.787.095	17,66%
980: Igualdade de Género e Inclusão Social	203.784.892	12,17%
026: Estradas e Pontes	202.191.290	12,07%
805: Saúde	106.781.969	6,38%
979: Educação e Formação	105.871.255	6,32%
802: Eletricidade	101.730.383	6,07%
983: Investimento e Diversificação Económica	78.163.312	4,67%
366: Segurança Nacional	56.737.208	3,39%
867: Desenvolvimento e Reforço de Áreas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	55.324.900	3,30%
023: Gestão das Finanças Públicas	45.997.258	2,75%
401: Gestão do Petróleo e dos Recursos Minerais	44.396.436	2,65%
797: Agricultura	44.313.264	2,65%
809: Aeroporto	40.141.002	2,40%
028: Desenvolvimento Rural e Urbano	37.329.261	2,23%
388: Defesa Nacional	36.558.037	2,18%
798: Água e Saneamento	29.697.017	1,77%
148: Contingência	29.500.000	1,76%

Programa	Alocação (dólares)	Alocação (% do OGE 2022)
025: Descentralização Administrativa e Poder Local	24.201.199	1,44%
252: Telecomunicações	20.125.664	1,20%
400: Política Externa de Timor-Leste	19.712.155	1,18%
977: Manutenção, Reabilitação e Resposta às Estruturas Danificadas por Calamidades	17.529.207	1,05%
392: Acesso à Justiça	13.796.246	0,82%
171: Aproximação dos Serviços dos Tribunais da População	9.214.825	0,55%
159: Garantia do exercício das funções constitucionais do Parlamento	7.853.290	0,47%
439: Garantia da Liberdade de Expressão e do Acesso à Informação	7.544.999	0,45%
314: Bolsas de Estudo	6.533.064	0,39%
502: Transportes	5.501.492	0,33%
024: Cultura e Património	4.701.537	0,28%
982: Turismo	4.575.954	0,27%
313: Formação Técnica	3.567.543	0,21%
874: Portos	3.013.283	0,18%
984: Ordenamento Territorial	2.943.465	0,18%
165: Desenvolvimento Sustentável	1.423.913	0,09%
981: Proteção e Conservação do Ambiente	1.304.696	0,08%
031: Fomento das Relações Internacionais e da Cooperação do Parlamento	1.235.259	0,07%
163: Relações Internacionais Diplomáticas	1.100.552	0,07%
304: Qualificação Profissional	1.027.800	0,06%
029: Reformas Estatais	901.560	0,05%
315: Outros Tipos de Formação	871.593	0,05%
161: Identidade Nacional	648.242	0,04%
030: Delimitação Final de Fronteiras Terrestres e Marítimas com a Indonésia	445.204	0,03%
160: Promoção de uma cultura de abertura e transparência no Parlamento	331.575	0,02%

Programa	Alocação (dólares)	Alocação (% do OGE 2022)
162: Estado de Direito	254.080	0,02%
157: Direitos Humanos e Boa Governança	193.024	0,01%
152: Estabelecimento do Gabinete de Fronteiras Marítimas como um Centro de Excelência sobre Fronteiras Marítimas e Jurisdição Marítima em Timor-Leste – Economia Azul	144.000	0,01%
Total Global	1.675.000.000	100,00%

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021

6.4 Despesa por Fundos

A despesa governamental em Timor-Leste está dividida por vários fundos diferentes. A tabela seguinte apresenta a distribuição proposta para a despesa em 2022.

Tabela 22: Despesa por Fundos, em milhões de dólares

Despesa Governamental	2022
Total	1.675,00
Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL)	1.150,48
Fundo de Infraestruturas (incluindo empréstimos) (IF)	332,45
Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)	12,00
Fundo COVID-19	37,63
Fundo da Segurança Social (SS)	58,00
RAEOA	84,44

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

6.4.1 Fundo Consolidado de Timor-Leste

O FCTL é a conta central do Governo e inclui todas as despesas com linhas ministeriais e agências autónomas. Dentro do FCTL as despesas estão divididas por 45 programas.

Não inclui o FDCH, FI, COVID, SS e RAEOA, os quais serão apresentados nas secções seguintes.

Tabela 23: Discriminação da despesa do FCTL, em dólares

Total proposto no Orçamento para 2022	1.150.484.879
023: Gestão das Finanças Públicas	42.967.258
024: Cultura e Património	3.748.637
025: Descentralização Administrativa e Poder Local	24.201.199
026: Estradas e Pontes	37.695.847
028: Desenvolvimento Urbano e Rural	24.949.245
029: Reformas Estatais	526.120
030: Delimitação Final de Fronteiras Marítimas e Terrestres com a Indonésia	445.204
031: Fomento das Relações Internacionais e Cooperação do Parlamento	1.235.259
148: Contingência	29.500.000

152: Estabelecimento do Gabinete de Fronteiras Marítimas como um Centro de Excelência sobre Fronteiras Marítimas e Jurisdição Marítima em Timor-Leste – Economia Azul	"
157: Direitos Humanos e Boa Governança	193.024
159: Garantia do exercício das funções constitucionais do Parlamento	7.853.290
160: Promoção de uma cultura de abertura e transparência no Parlamento	331.575
161: Identidade Nacional	648.242
162: Estado de Direito	254.080
163: Relações Internacionais Diplomáticas	1.100.552
165: Desenvolvimento Sustentável	1.423.913
171: Aproximação dos Serviços dos Tribunais da População	4.807.008
252: Telecomunicações	3.310.197
366: Segurança Nacional	50.586.776
388: Defesa Nacional	32.480.520
392: Acesso à Justiça	12.590.457
400: Política Externa de Timor-Leste	19.712.155
401: Gestão do Petróleo e dos Recursos Minerais	42.246.436
439: Garantia da Liberdade de Expressão e do Acesso à Informação	7.094.999
502: Transportes	5.101.492
510: Boa Governança e Gestão Institucional	260.959.035
797: Agricultura	38.097.059
798: Água e Saneamento	20.543.949
802: Eletricidade	89.571.533
805: Saúde	66.379.452
874: Portos	55.582
979: Educação e Formação	96.648.463
980: Igualdade de Género e Inclusão Social	140.466.520
981: Proteção e Conservação do Ambiente	1.199.023
982: Turismo	3.469.035
983: Investimento e Diversificação Económica	75.154.278
984: Ordenamento Territorial	2.793.465

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

6.4.2 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)

O Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH), criado em 2011, tem como principal objetivo desenvolver os recursos humanos nas áreas prioritárias estratégicas, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional. Os programas financiados através do FDCH estão classificados em quatro grupos principais, nomeadamente: Formação vocacional, formação técnica, bolsas de estudo e outros tipos de formação.

O programa de formação profissional visa sobretudo formar jovens numa língua estrangeira para poderem procurar oportunidades de trabalho no estrangeiro, bem como formação na indústria. O programa de formação técnica abrange atividades de formação referentes à administração pública, como parte do programa de desenvolvimento profissional para melhorar a capacidade dos funcionários públicos em todos os departamentos governamentais. O programa de bolsas de estudo pretende aumentar os conhecimentos e as qualificações necessários para o desenvolvimento socioeconómico do país. Abrange concessões e bolsas de estudo para filhos de veteranos, funcionários públicos, professores em universidades privadas

e jovens sem recursos. O programa de outros tipos de formação abrange programas relacionados com investigação, estudos, inspeção, estágios profissionais para promover os elementos que terminam bolsas de estudo do FDCH, etc.

O orçamento total do FDCH em 2022 é de 12 milhões de dólares. Este montante servirá para financiar os 4 programas principais indicados na tabela seguinte. O programa de bolsas de estudo é o que tem a maior alocação orçamental, com 6,53 milhões de dólares. Seguem-se o programa de formação técnica com 3,567 milhões, a qualificação profissional com 1,027 milhões e outros tipos de formação com 871.593 dólares.

Tabela 24: Discriminação das despesas do FDCH, em dólares

Total do Orçamento proposto para 2022	12.000.000
304: Qualificação Profissional	1.027.800
313: Formação Técnica	3.567.543
314: Bolsas de Estudo	6.533.064
315: Outros Tipos de Formação	871.593

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021

6.4.3 Fundo de Infraestruturas

Tal como indicado no Plano Estratégico de Desenvolvimento, a construção e manutenção de infraestruturas vitais produtivas são pilares centrais para o desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste, com vista à promoção de crescimento económico sustentável, inclusão social e conectividade nacional. O Fundo de Infraestruturas foi criado em 2011, com a missão de financiar os projetos estratégicos plurianuais de infraestruturas. Em 2016 o Fundo de Infraestruturas passou a operar como instituição autónoma.

O VIII Governo Constitucional estabeleceu as prioridades de desenvolvimento de infraestruturas na área das infraestruturas básicas para o setor social e para o setor económico. Estas incluem programas tais como pontes, estradas, água e saneamento e o fornecimento sustentável de eletricidade. Muitos projetos relacionados com estas áreas foram já concluídos em anos anteriores. Serão necessárias outras infraestruturas importantes para apoiar a modernização e o crescimento da economia timorense, incluindo infraestruturas digitais e infraestruturas de transporte e logística para o comércio, bem como para apoiar o desenvolvimento industrial.

O Orçamento para 2022 prevê uma alocação total de 332 milhões de dólares para o FI, destinados a 26 programas (incluindo empréstimos). O programa de estradas e pontes é o que tem a maior alocação, representando 49% do orçamento total do FI. Segue-se o programa de aeroportos, com 12% do total do FI. O restante do orçamento está dividido pelos outros 24 programas do FI.

Tabela 25: Orçamento do Fundo de Infraestruturas por programas entre 2022 e 2026, em dólares

	2022	2023	2024	2025	2026
Total Global	332.453.139,00	1.277.358,40	689.977,75	587.178,00	216.141,72

	2022	2023	2024	2025	2026
023: Gestão das Finanças Públicas	3.030.000,00	16.920,93	18.797,82	13.187,12	6.220,70
024: Cultura e Património	950.000,00	1.164,93	240,55	-	-
026: Estradas e Pontes	164.495.443,00	396.916,54	301.952,26	11.161,19	69.013,29
028: Desenvolvimento Rural e Urbano	11.989.298,00	11.339,10	13.494,30	12.500,00	-
171: Aproximação dos Serviços dos Tribunais da População	4.407.817,00	30.507,39	11.718,72	-	-
252: Telecomunicações	16.815.467,00	18.600,00	13.725,00	5.050,00	-
366: Segurança Nacional	6.099.832,00	19.771,50	25.017,36	4.201,50	-
388: Defesa Nacional	4.077.517,00	45.997,27	60.805,48	31.989,87	12.265,47
392: Acesso à Justiça	50.000,00	130,00	20,00	-	-
401: Gestão do Petróleo e Recursos Minerais	2.150.000,00	328.281,27	257.804,43	181.346,27	81.121,20
439: Garantia da Liberdade de Expressão e do Acesso à Informação	450.000,00	350,00	21,22	-	-
502: Transportes	400.000,00	8.490,00	14.350,00	5.460,00	1.000,00
510: Boa Governança e Gestão Institucional	11.053.764,00	57.241,99	57.347,50	18.513,14	7.314,16
797: Agricultura	5.774.544,00	67.091,00	86.245,45	29.017,73	8.478,79
798: Água e Saneamento	9.150.068,00	35.696,26	41.103,41	33.955,45	3.205,45
802: Eletricidade	11.419.593,00	7.497,55	5.950,00	16.000,00	-
805: Saúde	2.777.319,00	31.235,88	30.011,40	8.631,21	3.400,00
809: Aeroporto	40.141.002,00	42.625,02	42.261,01	34.501,89	-
874: Portos	2.957.701,00	31.097,28	49.708,94	33.700,00	11.000,00
977: Manutenção, Reabilitação e	17.529.207,00	42.602,53	12.606,00	2.828,71	-

	2022	2023	2024	2025	2026
Resposta às Estruturas Danificadas por Calamidades					
979: Educação e Formação	7.749.407,00	49.839,62	54.983,43	32.261,53	9.186,67
980: Igualdade de Género e Inclusão Social	5.126.310,00	20.711,59	14.953,98	4.624,40	1.636,00
981: Proteção e Conservação do Ambiente	100.000,00	1.200,00	2.300,00	400,00	-
982: Turismo	1.032.500,00	713,00	-	-	-
983: Investimento e Diversificação Económica	2.576.350,00	8.487,75	14.438,00	7.848,00	2.300,00
984: Ordenamento Territorial	150.000,00	2.850,00	-	-	-

Fonte: Secretariado dos Grandes Projetos, Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, outubro de 2021.

6.4.4 Fundo COVID-19

O OGE 2022 alocou 37,6 milhões de dólares ao Fundo COVID-19, cujo único programa é a Saúde. As principais medidas este ano incluem a provisão de instalações de quarentena (13,1 milhões de dólares), o tratamento de casos de COVID-19 (9,8 milhões), o *contact tracing* (5,1 milhões) e a vacinação para prevenção do COVID-19 (1,8 milhões).

Tabela 26: Programas para o Orçamento do Fundo COVID-19

Total do Orçamento proposto para 2022	37.625.198
980: Saúde	37.625.198

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021

6.4.5 Fundo da Segurança Social

A proteção social engloba dois componentes; segurança social não-contributiva (cidadania) e segurança social contributiva (segurança social). A segurança social não-contributiva é financiada na totalidade por transferências a partir do orçamento da administração central do Estado e visa garantir mínimos sociais para todos os cidadãos, de modo a garantir uma vida digna e a combater a pobreza. A segurança social contributiva associa direitos a receber dinheiro (benefícios sociais) com deveres (o dever de contribuir para o sistema), é autofinanciada (a partir das contribuições sociais dos trabalhadores e patrões) e visa proteger os trabalhadores e suas famílias dos riscos sociais ao longo da vida, assegurando uma proteção superior. O sistema de

segurança social em Timor-Leste vem a ser construído desde 2008, em fases, por andares/pilares, levando em conta a realidade e a capacidade técnica, humana e financeira.

O Pilar 0 é o primeiro nível de proteção, correspondendo ao regime não-contributivo de segurança social, o qual presta pensões sociais a todos os idosos, a fim de lhes garantir uma vida decente e o acesso a serviços e cuidados essenciais, independentemente dos recursos e da sua situação laboral. Em Timor-Leste este nível de proteção foi criado em 2008, com subsídio de apoio a idosos e inválidos (SAII) (Decreto-Lei N.º 19/2008, de 19 de junho).

O Pilar 1 corresponde ao regime contributivo (e obrigatório) de segurança social, o qual dá maior proteção a quem trabalha e contribui para o regime, de modo a garantir a manutenção do seu nível de vida após a reforma ou durante a vida ativa em situações de perda de rendimentos do trabalho (por exemplo em maternidades). Em Timor-Leste a construção deste nível de proteção começou em 2012, com a criação do primeiro regime de pensões de segurança social: o regime transitório de segurança social para funcionários públicos (Lei N.º 6/2012, de 29 de fevereiro). Contudo este regime foi sempre pensado como sendo transitório, pelo que não foi criada qualquer taxa contributiva. As pensões eram calculadas apenas segundo o tempo de trabalho e eram financiadas a partir do Orçamento da Administração Central do Estado.

Em 2016 foi finalmente aprovado o novo regime geral (Lei N.º 12/2016, de 14 de novembro), que integra o anterior regime transitório para funcionários públicos, é efetivamente contributivo, associa o direito a benefícios ao dever de contribuir, alarga a proteção a trabalhadores de todos os setores de atividade, e inclui proteção por parentalidade e em casos de acidentes de trabalho (este último aspeto ainda carece de regulação), conforme previsto na Lei Laboral. O novo regime geral de segurança social é caracterizado por ser um regime público, contributivo, obrigatório e único, assente nos princípios da solidariedade intrageracional e intergeracional, autofinanciado e gerido de forma conjunta. Constitui assim um regime de “benefícios definidos”, com o risco a ser assumido coletivamente e no qual os beneficiários sabem logo de início como são calculados os benefícios que irão receber (através de uma fórmula de cálculo conhecida do público e aprovada em diploma legal), com as contribuições e benefícios sociais a serem proporcionais à remuneração declarada à segurança social.

No OGE 2020 o FSS contém 2 subprogramas:

- i) Contribuição do Estado para o Regime Contributivo da Segurança Social
- ii) Provisão para o Orçamento da Segurança Social sob o programa de Igualdade de Género e Inclusão Social, com um total de 58 milhões de dólares.

Tabela 27: Programas para o Orçamento da Segurança Social

Total do Orçamento proposto para 2022	58.000.000
980: Igualdade de Género e Inclusão Social	58.000.000

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

6.4.6 RAEOA-ZEESM

A Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA- ZEESM) tem uma alocação de 84,4 milhões de dólares. Esta verba vem na totalidade da utilização dos seus saldos de caixa, os quais se têm acumulado ao longo dos anos.

Tabela 28: Programas sob a RAEOA-ZEESM

Total do Orçamento proposto para 2022	84.436.784
024: Cultura e Património	2.900
028: Desenvolvimento Rural e Urbano	390.718
029: Reformas Estatais	375.440
366: Segurança Nacional	50.600
392: Acesso à Justiça	1.155.789
510: Boa Governança e Gestão Institucional	23.774.296
797: Agricultura	441.661
798: Água e Saneamento	3.000
805: Saúde	739.257
867: Desenvolvimento e Reforço de Áreas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	55.324.900
979: Educação e Formação	1.473.385
980: Igualdade de Género e Inclusão Social	192.062
981: Proteção e Conservação do Ambiente	5.673
982: Turismo	74.419
983: Investimento e Diversificação Económica	432.684

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

6.5 Alocações aos Ministérios

De modo a permitir uma comparação entre vários anos, a tabela seguinte apresenta dados sobre as despesas concretas das Linhas Ministeriais em 2020, bem como o orçamento retificativo para 2021 e a proposta de orçamento para 2022.

Tal como se pode ver pelos valores, se nos focarmos apenas na despesa por linha ministerial a maior alocação vai para o Quadro Institucional, seguido pelo Capital Social, Desenvolvimento de Infraestruturas e Desenvolvimento Económico. Esta é a mesma ordem que se verificava no ano transato, porém constitui uma mudança em relação a 2020, quando era o Capital Social que tinha a maior percentagem de despesa concreta, seguido do Quadro Institucional, Desenvolvimento de Infraestruturas e Desenvolvimento Económico.

Tabela 29: Despesa concreta e alocações orçamentais por Setor do PED e Linha Ministerial entre 2020 e 2022

Setor do PED	Ministério	2020 Despesa Concreta	2021 Orçamento Retificativo	2022 Proposta de Orçamento
	Ministério da Agricultura e Pescas	7.046.584	29.479.242	21.400.322

Sector do PED	Ministério	2020 Despesa Concreta	2021 Orçamento Retificativo	2022 Proposta de Orçamento
Desenvolvimento Económico	Ministério dos Recursos Naturais e do Petróleo	27.485.988	79.583.158	42.257.061
	Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos	705.976	1.993.485	1.653.170
	Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	4.233.652	11.230.248	13.584.356
	Secretaria de Estado da Política de Formação Profissional e Emprego	3.739.372	5.927.796	4.815.221
	Secretaria de Estado do Setor Cooperativo	2.300.860	7.137.481	4.605.547
Desenvolvimento de Infraestruturas	Ministério do Planeamento	13.029.517	14.833.713	6.480.851
	Ministério das Obras Públicas	143.788.853	234.511.942	160.431.417
	Ministério dos Transportes e Comunicações	6.524.745	11.806.256	8.876.153
Quadro Institucional	Dotações para Todo o Governo	57.135.832	207.932.624	260.841.120
	Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros	3.959.663	5.022.647	4.717.347
	Ministério da Defesa, incluindo FDTL	20.908.780	37.903.143	36.461.964
	<i>FDTL</i>			25.527.233
	Ministério das Finanças	13.259.405	31.831.990	29.869.289
	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	20.003.558	26.365.811	23.533.166
	Ministério do Interior, incluindo PNTL	46.227.447	56.424.451	56.760.948
	<i>PNTL</i>			34.082.481
	Ministério da Justiça	11.666.825	14.842.589	12.506.594
	Ministério da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares, incluindo SECS	4.534.424	8.013.016	9.066.076
Capital Social	Ministério da Administração Estatal	14.737.606	54.010.999	33.723.731
	Primeiro-Ministro	6.329.814	11.676.232	4.915.494
	Ministério da Educação, Juventude e Desporto, incluindo SEJD	73.980.512	106.341.251	81.708.623
	Ministério da Saúde	39.978.292	56.767.506	52.113.565
	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, incluindo SEAC	5.017.234	6.133.915	5.186.739
	Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	97.571.833	100.117.580	99.684.114
	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão	53.440.106	19.942.903	22.727.705
	Secretaria de Estado da Igualdade e Inclusão	933.199	2.390.650	2.027.440

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

6.6 Alocações aos Municípios

São também apresentados dados sobre despesa a nível municipal, incluindo o novo Município de Ataúro, que tem criação prevista para 2022 e que sai assim da Autoridade Municipal de Díli. Está previsto que a Autoridade Municipal de Díli continue a receber a maior alocação, representando 15% do total das alocações para os municípios. Isto constitui uma redução em relação aos 18% verificados em 2020 e aos 16% verificados em 2021. O Município de Ataúro recebeu uma alocação de 5% do total. Esta é a menor alocação em 2022. A Administração Municipal de Liquiçá teve o menor montante a nível das despesas concretas em 2020, ao passo que a Administração Municipal de Aileu teve o menor montante a nível das despesas finais aprovadas para 2021.

Tabela 30: Despesas concretas e alocações orçamentais dos municípios entre 2020 e 2022

Município	2020 Despesa Concreta	2021 Orçamento Retificativo	2022 Proposta de Orçamento
Autoridade Municipal de Baucau	2.957.988	5.309.123	4.538.264
Autoridade Municipal de Bobonaro	2.477.479	5.002.575	4.426.163
Autoridade Municipal de Díli	5.203.552	8.667.122	7.684.680
Autoridade Municipal de Ermera	2.248.300	4.605.438	4.287.418
Autoridade Municipal de Aileu	1.641.520	3.015.344	2.811.963
Autoridade Municipal de Ainaro	1.866.285	3.407.826	3.051.446
Autoridade Municipal de Covalima	2.062.047	4.414.282	3.766.640
Autoridade Municipal de Lautém	2.320.098	4.157.022	3.821.889
Autoridade Municipal de Liquiçá	1.613.606	3.329.831	2.988.710
Autoridade Municipal de Manufahi	2.068.132	3.766.851	3.453.388
Autoridade Municipal de Manatuto	2.093.441	4.338.238	3.628.011
Autoridade Municipal de Viqueque	2.146.193	4.337.502	3.697.785
Município de Ataúro			2.508.100

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

7 Financiamento e Recursos Externos

7.1 Definição de Financiamento

O total das despesas orçamentadas para 2022 é superior às receitas domésticas que serão cobradas durante o mesmo período. Isto resulta num défice não-petrolífero (receitas domésticas menos despesas). Este défice é financiado através de várias fontes: levantamentos a partir do Fundo Petrolífero (FP), empréstimos, uso de saldos de caixa (a partir de várias fontes) e Apoio Direto ao Orçamento por parte da União Europeia e do Governo da Austrália. Os levantamentos a partir do FP podem ser num montante sustentável, utilizando as receitas do fundo, ou na forma de levantamentos excessivos que ultrapassam este nível sustentável (ver próxima secção). A tabela seguinte mostra o montante retirado a partir de cada item de financiamento.

Tabela 31: Fontes de Financiamento entre 2020 e 2026, em milhões de dólares

	2020 Concreto	2021 Orçamento Retificativo	2022 Proposta de Orçamento	2023	2024	2025	2026
Total do Financiamento	429,2	1.291,8	970,0	1.975,6	1.937,0	1.498,3	1.223,7
Levantamentos Excessivos a partir do FP	342,0	829,7	488,4	1.923,1	1.900,4	1.417,5	1.168,0
Uso de Saldo de Caixa	47,1	382,3	415,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo de Caixa do Tesouro	23,4	238,8	330,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo de Caixa da RAEOA ZEESM	23,8	97,0	84,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Uso de retornos de caixa do INSS	0,0	35,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Uso de retornos de subsídios a idosos	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Uso de retorno de moratórias de crédito do BCTL	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos (desembolsos)	30,1	70,7	50,8	45,9	33,8	77,0	55,6
Apoio Direto ao Orçamento	10,1	9,1	15,6	6,6	2,8	3,8	0,0
UE	10,1	9,1	9,0	5,0	2,8	3,8	0,0
Austrália	0,0	0,0	6,6	1,6	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

7.2 RSE e Levantamentos Excessivos

Existem razões importantes para fazer a distinção entre receitas e itens de financiamento. As receitas domésticas resultam de impostos pagos por empresas e indivíduos em Timor-Leste a partir da produção e dos rendimentos gerados. O RSE é o uso sustentável das receitas petrolíferas de modo a garantir o uso continuado do Fundo Petrolífero pela eternidade. Gastar apenas o valor correspondente ao total das receitas (receitas domésticas e RSE) é uma posição que mantém a sustentabilidade fiscal. É um nível de referência de despesa para compreender a

tendência a longo prazo das finanças governamentais. Deste modo o RSE pode ser considerado uma receita. O governo alterou a definição de receitas para incluir o RSE, de modo a tornar mais claro o que é sustentável em termos fiscais.

O RSE é igual a 3% da riqueza petrolífera líquida, pelo que em 2022 o seu valor é de 554,1 milhões de dólares. Isto representa um ligeiro aumento do RSE em relação a 2021 (547,9 milhões), traduzindo o aumento no saldo do Fundo Petrolífero. A Secção 2.5 do presente Livro Orçamental contém mais detalhes sobre o RSE e a riqueza petrolífera.

O Governo tenciona levantar 488,0 milhões de dólares acima do RSE em 2021. Isto constitui uma redução para quase metade dos levantamentos excessivos previstos em 2021, os quais totalizavam 829,7 milhões. Representa ainda assim um aumento em relação a 2020, quando os levantamentos excessivos foram de 342,0 milhões. Os levantamentos excessivos estão em linha com a política governamental de concentração de despesas nos primeiros anos, sendo utilizados para financiar capital humano e infraestruturas essenciais, necessários para o crescimento a longo prazo.

7.3 Uso de Saldos de Caixa

O total de saldo de caixa a ser usado para financiar o Orçamento de Estado para 2021 é de 415,5 milhões de dólares. Deste montante, 330,7 milhões virão de fundos mantidos na Conta do Tesouro. A tabela seguinte apresenta a discriminação específica. Os restantes 84,8 milhões virão dos saldos de caixa mantidos pela RAEOA/ZEESM. Este dinheiro será usado para financiar a sua despesa durante o ano, sem haver lugar a transferências adicionais da parte do Governo Central.

Tabela 32: Uso de Saldos e Caixa

Total	415,49
Saldo de Caixa do Tesouro	330,71
<i>FCTL</i>	274,82
<i>COVID-19</i>	40,22
<i>FI</i>	15,29
<i>FDCH</i>	0,38
<i>Institutu Nasional Seguransa Sosial (INSS)</i>	-
Saldo de Caixa da RAEOA ZEESM	84,78

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

7.4 Empréstimos

O Governo continua a depender de empréstimos externos para satisfazer as suas necessidades de empréstimos em condições favoráveis. Tal como estabelecido no Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2011 a 2030 e regulado pela Lei N.º 13/2011 – Regime da Dívida Pública, o objetivo principal da contração de empréstimos em condições favoráveis deve estar relacionado com a construção de infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento do país.

7.4.1 Prazos dos Empréstimos

Atualmente os empréstimos externos são providenciados sobretudo por bancos multilaterais como o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Mundial, havendo também um empréstimo bilateral da JICA. Por categoria de credores, o BASD é atualmente o maior mutuante de Timor-Leste, com os seus empréstimos a representarem quase 53% do total dos empréstimos contraídos por Timor-Leste. Seguem-se o BM e a JICA. De seguida indicam-se os prazos dos empréstimos:

Tabela 33: Prazos dos Empréstimos

Mutuante	Moeda	Empréstimo aprovado (milhões USD)	Período de Graça (anos)	Amortização Inicial (anos)	Ano de Conclusão	Taxa de juro no AF de 2020
BAsD	USD, DES	271,65	5,3	20	2044	1,89%
BM	USD, DES	174,20	8	20	2060	2,72%
JICA	JPY	68,72	10	20	2042	0,71%
Total		514,58				

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

Estes são empréstimos com condições favoráveis, o que faz com que sejam mais apelativos do que o custo de oportunidade de levantar dinheiro a partir do Fundo Petrolífero. O custo financeiro dos empréstimos em condições favoráveis é atualmente mais baixo (2,03%) do que o retorno do Fundo Petrolífero (4,84%), garantindo assim que o país tem capacidade para amortizar a dívida no futuro.

Tabela 34: Comparação do custo de contrair empréstimos com os retornos do FP

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Custo de contrair empréstimos (taxa efetiva)				1,02%	1,42%	1,68%	2,06%	2,34%	2,03%
Retorno histórico do FP	4,1%	4,4%	4,2%	3,8%	3,8%	4,4%	3,8%	4,5%	4,84%

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

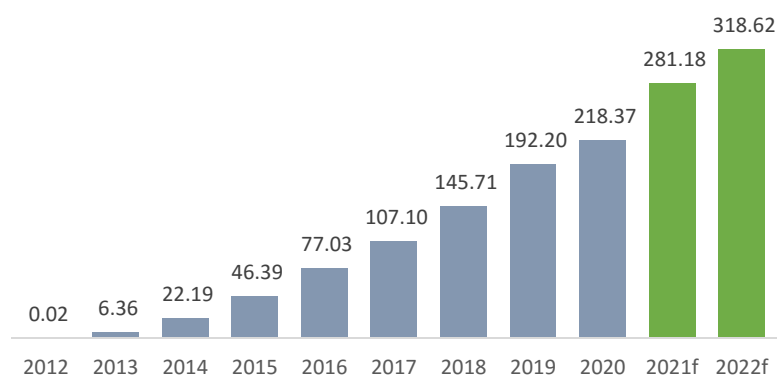
7.4.2 Gestão da Carteira

A gestão da dívida pública tem um papel crítico na determinação da sustentabilidade da política fiscal. Devido ao panorama Macrofiscal fraco, a missão do artigo IV do FMI baixou a capacidade de Timor-Leste para carregar dívida de média em 2020 para fraca em 2021. Isto faz com que os limites de peso de dívida sejam agora mais baixos. De modo semelhante, o risco de incumprimento de dívida externa aumentou de baixo para moderado.

Alterações nas Existências de Dívida Externa

As existências de dívida externa aumentaram de 192,20 milhões no final de 2019 para 218,37 milhões no final de 2020. Este aumento de 14% é atribuído ao total de novos desembolsos no valor de 30,10 milhões a partir de instituições multilaterais e bilaterais, incluindo o BASD, o BM e a JICA, destinados a projetos atuais e a novos projetos. Os juros e outros pagamentos relacionados com comissões desceram ligeiramente, passando de 3,93 milhões em 2019 para 3,90 milhões no final de 2020. Este montante é relativamente pequeno quando comparado com o valor que o Governo deve atualmente a estes mutuantes.

Figura 28: Existências de Dívida Externa, em milhões de dólares



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

Considerando o impacto do surto de Covid-19, particularmente a nível do atraso de vários projetos de capital importantes, é esperada uma quebra nos desembolsos em 2021. Comparativamente com o ano transato os desembolsos em 2021 deverão cair 27%. Espera-se porém uma recuperação em 2022, com as previsões de desembolsos provenientes de empréstimos a atingirem os 50,81 milhões de dólares. Isto faz com que o total das existências de dívida no final de 2022 esteja estimado nos 318,62 milhões.

Indicadores de Dívida

Os rácios de dívida de TL têm vindo a aumentar muito ligeiramente ao longo dos anos. Ainda assim o total da dívida pública tem permanecido sustentável, refletindo a gestão prudente da dívida por parte do Governo.

Tabela 35: Indicadores de Dívida Externa para o período entre 2017 e 2022, % do PIB e

Receitas

	2017	2018	2019	2020	2021f	2022f
Total da Dívida Externa para o PIB	6,7%	9,2%	11,9%	14,9%	18,9%	21,4%
Total do Serviço da Dívida para as Receitas	0,3%	0,4%	1,0%	1,1%	2,3%	2,9%
Em milhões de dólares, exceto se indicado de outro modo						
Itens do Memorando:						
Total da Dívida Externa	107,10	145,71	192,20	218,37	281,18	318,62
Serviço da Dívida	1,81	3,12	7,18	7,84	15,61	19,29
PIB	1590,50	1578,10	1620,00	1463,10	1491,21	1490
Receitas	671,15	741,17	716,78	726,47	680,17	673,78
Nota: os valores relativos a 2021-22 são estimativas						

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

Dívida Externa para o PIB – A dimensão da dívida externa para o PIB durante o período foi relativamente pequena, quando comparada com o limite e índices de referência de peso da dívida, conforme estabelecidos segundo os quadros de sustentabilidade da dívida para países com rendimentos baixos¹⁰. Embora a proporção tenha vindo a aumentar ligeiramente de forma constante, passando dos 6,7% em 2017 para os 18,9% em 2021, os valores continuam bem abaixo dos 30%. Este aumento ligeiro ficou a dever-se a uma subida nos desembolsos e a uma tendência negativa de crescimento externo no PIB. Embora tenha havido uma ligeira recuperação durante 2018-2019, o aumento percentual na dívida externa continua a ser superior ao crescimento do PIB, o que significa uma maior proporção de dívida externa para o PIB.

Serviço da Dívida para as Receitas – A proporção de serviço da dívida para as receitas deverá aumentar mais do dobro, passando de 1,1% em 2020 para 2,3% em 2021. Isto ficou a dever-se sobretudo a um aumento nos pagamentos de serviço da dívida e a uma diminuição das receitas. A amortização do montante principal começou em setembro de 2017 para o empréstimo 2857 do BAsD. Apesar do aumento, a percentagem de serviço da dívida para as receitas continua bem abaixo do limite de 14 por cento.

Previsão do Serviço da Dívida – O serviço da dívida anual é calculado a cada empréstimo de modo a cobrir a amortização do montante principal, dos juros e de outras comissões diversas relativos a uma dívida durante um período específico.

Tabela 36: Previsões do Serviço da Dívida, em milhões de dólares

Mutuante	Serviço da Dívida	2019 concr.	2020 concr.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.
BAsD	Principal	2.43	3.11	7.06	8.84	11.11	12.18	13.38
	Juros	2.66	2.39	5.34	3.38	4.22	4.53	4.64
	Comissões	0.12	0.11	0.33	0.10	0.08	0.08	0.00
BM	Principal	0.83	0.83	0.83	2.19	2.79	2.79	2.79
	Juros	0.66	0.85	1.09	1.19	1.19	1.14	1.09
	Comissões	0.36	0.38	0.62	0.95	1.10	1.12	1.14
JICA	Principal	0.00	0.00	0.00	2.34	2.34	2.34	2.34
	Juros	0.09	0.15	0.29	0.29	0.28	0.27	0.25
	Comissões	0.03	0.02	0.05	0.01	0.00	0.00	0.00

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

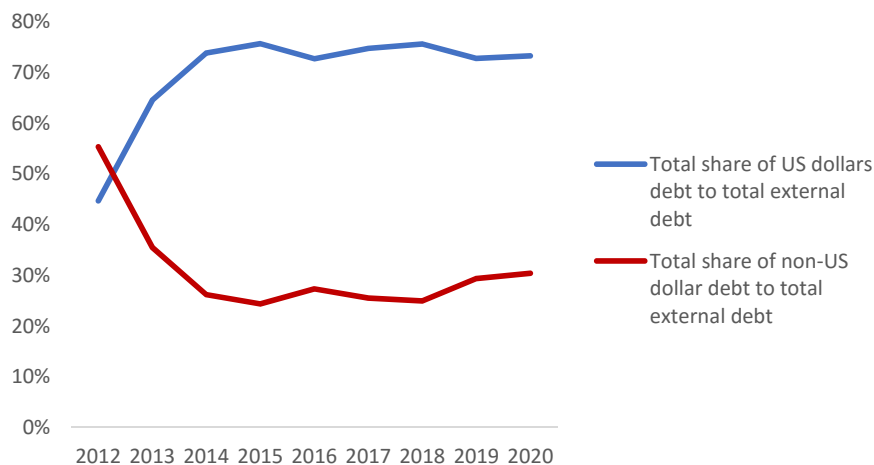
Indicadores de Risco

Riscos de Câmbio Externo – Em linha com a nota política sobre empréstimos, o dólar americano continuou a ser a moeda dominante na carteira de dívida externa do Governo. Uma vez que a economia de Timor-Leste assenta largamente no dólar americano, a grande fatia de dívida em dólares americanos na carteira de dívida (73% em 2020) protege o Governo contra oscilações

¹⁰ A respeito desta matéria ver também: “Nota Orientadora sobre o Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países com Rendimentos Baixos”, fevereiro de 2018.

cambiais extremas. A política de manter uma fatia maior de dívida em dólares americanos continua pelo menos no curto a médio prazo.

Figura 29: Comparação entre dívida em dólares e dívida noutras moedas

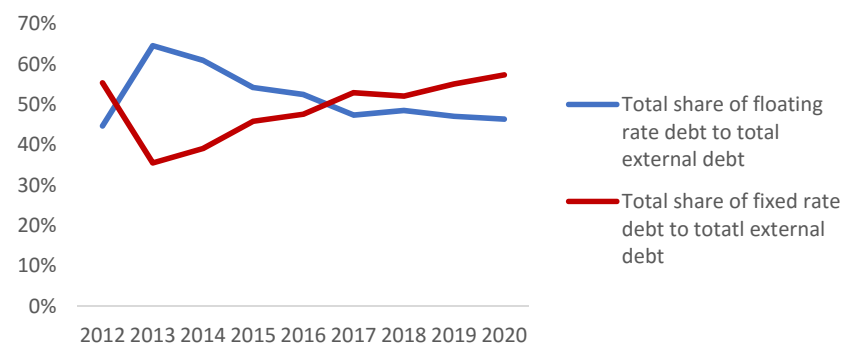


Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

Risco de taxas de juro – A partir de 2013 a percentagem total de dívida com taxa fixa foi aumentando até passar a representar a maioria da carteira de dívida em 2017 e 2018. Esta alteração deu-se em resultado da capacidade do Governo para gerir os riscos de taxas de juro de forma independente, através da conversão da prioridade de desembolso de uma taxa variável para uma taxa fixa, levando em conta a flutuação das taxas de juro do mercado.

É esperado que o custo da contração de empréstimos continue a aumentar, uma vez que Timor-Leste está atualmente classificado como sendo um país que ainda é elegível para financiamento da AID mas que já é considerado merecedor de crédito pelos mercados¹¹, pelo que irá lentamente deixar de ter acesso a empréstimos em condições favoráveis por parte dos seus credores externos. Para limitar a exposição a choques de taxas de juro é necessário alargar o uso de financiamento em condições favoráveis da parte de mutuantes bilaterais.

Figura 30: Comparação entre dívida fixa e dívida flutuante



¹¹ Estando nesta situação, Timor-Leste tem acesso limitado a empréstimos em condições favoráveis com taxa de juro fixa.

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

7.4.3 Situação Atual dos Projetos

Existem atualmente 15 projetos rodoviários em curso, sendo que 9 já foram concluídos. Estes incluem estadas entre Tibar e Liquiçá, entre Tibar e Gleno, entre Manatuto e o cruzamento de Laclubar, entre o cruzamento de Laclubar e Natarbora, entre Manatuto e Baucau, entre Solerema e o corredor de Ainaro e entre Hera e Manatuto. Outros projetos com maior probabilidade de serem concluídos até 2020/2021 são as estradas entre Tasitolu e Tibar, entre Baucau e Lautém, e entre Maubara e Karimbala + Atabae e Motaain, elevando a percentagem de projetos concluídos até final do ano para 80%.

A contribuição total de capital feita por este investimento é de 429,85 milhões de dólares, com os empréstimos em condições favoráveis a representarem aproximadamente 63% do total do investimento. Foram gastos 185,61 milhões, deixando assim um saldo de 80,79 milhões a ser gasto nos próximos 1 a 2 anos, de acordo com os períodos de construção dos projetos. Por outro lado a contribuição estatal para o orçamento lobal para contratos de construção civil foi de 163,45 milhões, estimando-se que sobrem 35,08 milhões para novos desembolsos.

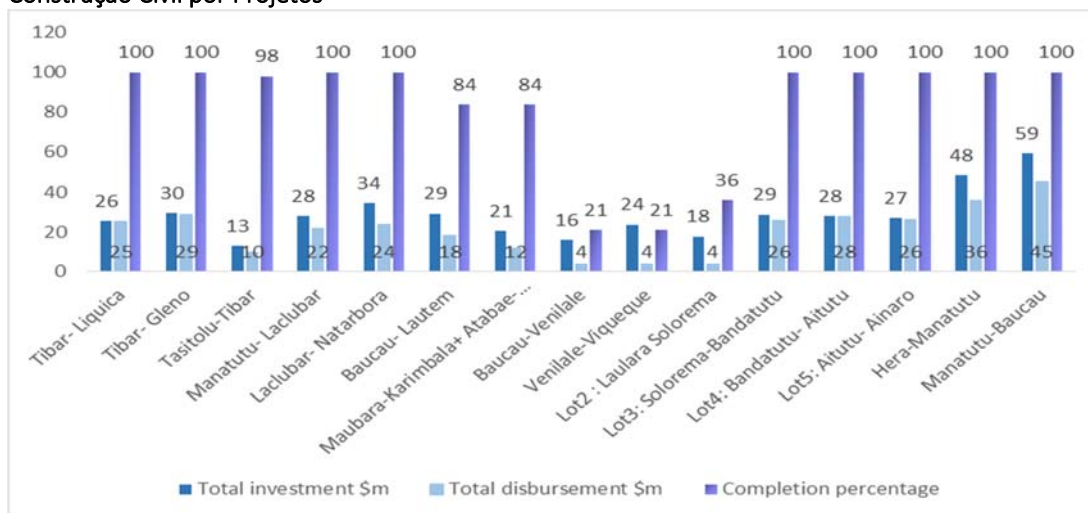
Novos projetos incluem o troço rodoviário ligando Gleno, Letefoho e Hatubuilico, o Abastecimento de Água e Saneamento para o município de Baucau e o Reforço e Transformação do Ensino Básico (BEST). Os principais desafios a nível de implementação de projetos prenderam-se sobretudo com a emissão dos documentos de salvaguardas sociais por parte das linhas ministeriais, incluindo atrasos na emissão de licenças ambientais, bem como com atrasos a nível de realojamentos e de pagamentos. No que se refere a estes últimos, esta situação explicou as tendências ilustradas no gráfico seguinte, com o progresso dos projetos a ser relativamente alto comparativamente com os desembolsos.

Tabela 37: Total do investimento em Obras de Construção Civil, em milhões de dólares

Fonte de Financiamento	Investimento Total em Obras de Construção Civil (em milhões de dólares)	Desembolsos a 30 de junho de 2021 (em milhões de dólares)	Saldo Contratual (em milhões de dólares)
Fundos de Empréstimos	266,40	185,61	80,79
Contribuição Estatal	163,45	128,36	35,08
Total	429,85	313,98	115,89

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

Figura 31: Progresso em junho de 2021, Desembolsos e Preços Contratuais das Obras de Construção Civil por Projetos



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

Existe uma poupança de cerca de 40 milhões de dólares a partir de projetos em curso financiados pelo BASD. A redução de custos aumenta todos os anos em resultado do aumento no número de concorrentes. Isto inclui um excedente a nível de obras públicas, serviços de consultoria e contingências de empréstimos não alocadas. Em termos de projetos, o Baucau-Lautém/Maub-Karim/Atab-Motain contribuiu com mais de 20,04 milhões em poupanças, com os restantes projetos, como os de Manatuto-Natabora, Baucau-Viqueque, Manatuto- Baucau, e Tacitolu-Tibar, a comporem o restante do saldo.

Na qualidade de mutuário, o Governo pode decidir se utiliza plenamente a poupança ou se simplesmente cancela o montante em cumprimento com a Lei N.º 13/2011 (Lei da Dívida Pública) e outras leis relevantes. Para tal o Governo já solicitou ao BASD que maximize o uso de parte desta poupança para financiar a construção de três (3) pontes: Ponte Seical, Ponte Borouai e Ponte Malailada, com um custo total estimado de 14 milhões de dólares. Foram também alocadas verbas para pagar o desenho detalhado do projeto do troço rodoviário entre Lospalos e Viqueque.

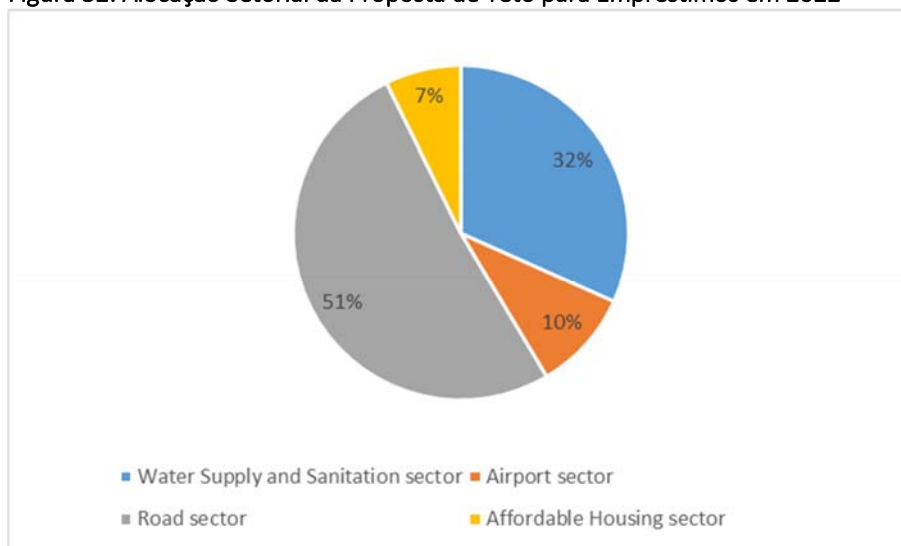
7.4.4 Empréstimos Futuros

O desenvolvimento de infraestruturas deverá continuar a ter um papel fundamental no sucesso do desenvolvimento económico do país a médio prazo. Novos setores estratégicos como a água, educação, telecomunicações e transportes aéreos devem receber financiamento em condições favoráveis. Isto ajudará a libertar o potencial de crescimento de outras atividades económicas vitais, contribuindo assim para um crescimento económico inclusivo e para a redução da pobreza.

A este respeito é necessário que antes de se implementarem todos estes programas o Parlamento aprove um teto anual de empréstimos. O montante é definido consoante as estimativas de custos de projetos e a análise de sustentabilidade da dívida. Quanto à ASD, com base na análise interna do MF a proporção de dívida externa para o PIB permaneceu relativamente baixa em 2018, situando-se nos 9,2%. Os funcionários do FMI concluíram a consulta do artigo IV ao país em 2019 destacando a necessidade de fazer um uso efetivo dos

empréstimos em condições favoráveis para continuar a investir em infraestruturas. Em face de tudo isto o Governo propõe um teto de 410 milhões para novos empréstimos externos em condições favoráveis a negociar em 2022.

Figura 32: Alocação Setorial da Proposta de Teto para Empréstimos em 2022



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2021.

7.5 Parcerias Público-Privadas

7.5.1 Panorama das Parcerias Público-Privadas em Timor-Leste

Em termos gerais, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) dizem respeito a acordos segundo os quais o setor privado constrói ativos de infraestruturas e presta serviços tradicionalmente assegurados pelo Estado. A justificação subjacente às PPPs em Timor-Leste resulta do facto de este esquema ter potencial para permitir ao Governo beneficiar dos conhecimentos especializados, experiência e financiamento do setor privado, resultando em ganhos ao nível da qualidade e da eficiência. Outra vantagem é que o Governo transfere parte dos riscos para o parceiro privado, como por exemplo o risco de atrasos ou derrapagens financeiras durante trabalhos de construção. Para lá disto, agrupar as várias etapas da prestação de um serviço de infraestruturas cria os incentivos certos para o contratante apresentar um desempenho de qualidade elevada. Caso o mesmo contratante seja responsável por construir, operar e manter um equipamento de infraestrutura durante vários anos, isso será por inerência um incentivo para construí-lo de uma forma que optimize o funcionamento. Ainda outra vantagem dos esquemas de PPPs é que os contratos de PPPs tendem a ser baseados nos resultados e na obtenção de valor pelo dinheiro gasto através da transferência de riscos para o setor privado ao longo da vida do projeto, ao invés de serem baseados em elementos de produção, tal como acontece com o aprovisionamento tradicional. Isto significa que o Governo tem a certeza de estar a pagar por serviços que realmente funcionam e que dão resposta a necessidades socioeconómicas concretas.

Timor-Leste tem vindo a explorar as PPPs como modalidade de implementação de projetos desde há 8 anos, tendo começado por estabelecer uma Política de PPPs, legislação sobre PPPs e uma Unidade dedicada a PPPs, subordinada à Direção-Geral de Mobilização e Gestão de

Recursos Externos do Ministério das Finanças. A política de PPPs estabelece os princípios fundamentais das PPPs, ao passo que a legislação (Decreto-Lei N.º 42/2012, tal como emendado pelo Decreto-Lei N.º 02/2014, e Decreto-Lei N.º 08/2014) confirma a política enquanto processo formal e define um quadro para permitir ao setor público e ao setor privado serem partes num acordo de PPP; define os poderes das instituições relevantes e regula os procedimentos associados com o ciclo de projetos de PPPs. Tudo isto visa garantir que somente projetos de boa qualidade, com retornos socioeconómicos elevados e que estão alinhados com as prioridades estratégicas do Governo, são considerados para implementação através de uma modalidade de PPP. Por exemplo, a legislação sobre PPPs inclui um requisito em como todos os projetos de PPPs precisam passar por um estudo de pré-viabilidade e por um estudo completo de viabilidade antes de se avançar para a fase de aprovisionamento.

O Decreto-Lei N.º 8/2014 estipula a criação da UPPP (atualmente a Direção Nacional de PPPs), uma Direção subordinada à Direção-Geral de Gestão e Mobilização de Recursos Externos, sob a alçada do Ministério das Finanças, que assumirá a tarefa de facilitar, gerir e implementar o Ciclo de Projetos de PPPs em coordenação com linhas ministeriais e sob a fiscalização do Conselho de Administração do Fundo de Infraestruturas (CAFI). Outro papel importante da DNPPP consiste em promover e criar um ambiente que atraia investimento direto externo (IDE) através da modalidade de PPP, ao mesmo tempo que procura formas de encorajar o envolvimento do setor privado local em projetos de PPPs através de políticas e regulações que permitam o desenvolvimento de PPPs em pequena e média escala. Um setor com potencial elevado nesta área é o Setor do Turismo.

7.5.2 Atuais Projetos de PPPs

Atualmente existe um projeto de PPP em **Fase de Implementação e Operação** (PPP do Porto da Baía de Tibar), um em **Fase de Aprovisionamento e Negociação** (Diagnósticos Médicos) e outros em **Fase de Viabilidade** (Habitações Acessíveis, Cristo Rei e Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato). Deve notar-se que o projeto PNLIA se encontra atualmente em fase de aprovisionamento com vista à fase um da extensão da pista.

Projeto do Porto da Baía de Tibar

A modalidade de PPP escolhida para o Porto da Baía de Tibar foi uma concessão a 30 anos, incluindo o desenho, financiamento parcial, construção, operação e manutenção das infraestruturas portuárias. O projeto foi adjudicado a um consórcio composto pela Bolloré Africa Logistics e pela SDV Timor-Leste, através de um concurso competitivo internacional que estabeleceu a Timor Port SA (TPSA/Concessionária) para o implementar.

O acordo de concessão foi assinado a 3 de junho de 2016 entre o GTL e a TPSA. A concessão foi adjudicada por 30 (trinta) anos, incluindo um período de construção que arrancou a 30 de agosto de 2018 e que tinha conclusão prevista até maio de 2022. No final de julho de 2021 a construção estava concluída a 62,26%.

A Licença Ambiental foi atribuída a 15 de março de 2018 e é válida até 15 de março de 2022. Até aqui não há registo de impactos ambientais significativos resultantes da construção do Porto de Tibar.

A despesa de capital na Fase I ronda os 280 milhões de dólares. O Concessionário financiará a maior parte do montante através de capital próprio e de dívida. O GTL alocou 129,45 milhões de dólares ao Concessionário como *Viability Gap Funding* (VGF). Até ao final de julho de 2021

tinha sido desembolsado um total de 64,725 milhões a partir do VGF. O montante não desembolsado continua na Conta Caução.

A Conta Caução está a render juros. A 31 de julho de 2021 os juros totalizavam **8,632 milhões de dólares**, sendo depositados na Conta de Juros de Caução. O Acordo de Caução estipula que os juros gerados só podem ser transferidos para o Governo após o encerramento da conta e/ou o término do Acordo de Caução.

Diagnósticos Médicos

A PPP de Diagnósticos Médicos está atualmente a preparar documentos de concurso e outras estruturas necessárias (por exemplos sala de dados acessível), que são os primeiros passos na Fase de Aprovisionamento e Negociação. A 11 de julho de 2019 o CAFI aprovou o Estudo de Viabilidade e o Relatório de Estruturação de Transação (RET), no seguimento de autorização concedida pelo Ministério da Saúde em junho de 2019.

O RET recomendou que o projeto melhore os serviços de imagiologia e diagnóstico laboratorial no Hospital Nacional, em todos os hospitais de referência e em 8 Centros Comunitários de Saúde (CCSs), de modo a cobrir 98,2% da população. Recomenda-se que o período de concessão seja de 11 anos, nomeadamente 1 ano de melhoria e construção do Hospital Nacional, de todos os hospitais de referência e CCS, e um período de operação de 10 anos. Estima-se que a contribuição governamental para o funcionamento e manutenção dos serviços de diagnósticos médicos será de cerca de 12 milhões de dólares durante o primeiro ano de operação, subindo aos 17,9 milhões por ano para a operação e manutenção de serviços de diagnóstico de saúde.

Está previsto que o setor privado contribua com cerca de 11 milhões de dólares para a melhoria ou construção de instalações, funcionamento e manutenção de laboratórios e centros de imagem, e provisão de serviços de diagnósticos de qualidade a pacientes timorenses. O setor privado irá ainda empregar e formar profissionais de diagnóstico, cumprindo com as regulações locais e as melhores práticas internacionais a nível da prestação de cuidados de saúde. Foram igualmente recomendados potenciais parâmetros e critérios de avaliação de propostas. Todavia o projeto está a avançar lentamente desde 2020 por várias razões, sendo a principal o surto de coronavírus (COVID-19). O Acordo de Serviços de Consultoria Financeira (ASCF) caducou em junho de 2020, pelo que o Governo de Timor-Leste e a Corporação Financeira Internacional (IFC) encetaram negociações e concordaram em prolongar o ASCF até junho de 2022.

Habitações Acessíveis

O estudo de pré-viabilidade relativo ao projeto de PPP de Habitações Acessíveis foi concluído e enviado ao CAFI, o qual aprovou que se avançasse para o estudo de viabilidade. Em dezembro de 2020 foi assinado o documento de Acordo de Serviços de Consultoria Financeira (ASCF) entre o GTL e a CFI (Corporação Financeira Internacional). Em março de 2021 realizou-se uma reunião de apresentação com a CFI e os seus consultores. O despacho do Primeiro-Ministro criando o Grupo de Trabalho para aquisição de terrenos e propriedades foi assinado em abril de 2021, com o Ministério do Planeamento e Território a presidir ao Grupo de Trabalho. Devido às inundações em abril e aos graves impactos registados no local foi decidido que o projeto irá requerer um estudo hidrológico adicional, com a CFI a garantir uma verba adicional a partir da *Global Infrastructure Facility*. A recolha de dados de *due diligence* técnicos, jurídicos, financeiros, ambientais e sociais está em curso, sendo esperado que o Relatório Inicial seja lançado no terceiro trimestre de 2021.

Desenvolvimento do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato

Em linha com a decisão do Conselho de Ministros de desenvolver o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato (“Aeroporto”) através de uma modalidade Híbrida de PPP – uma modalidade que utiliza um mecanismo de financiamento combinado através do qual alguns componentes das infraestruturas aeroportuárias são assumidos por investimento público através de empréstimos, concessões e financiamento estatal, ao passo que outros componentes são assumidos por investimento do setor privado. O setor privado pode participar no financiamento, construção e/ou operação e manutenção dos ativos. A implementação da modalidade para o desenvolvimento do Aeroporto começará com investimento público através de contratos de Engenharia, Aprovisionamento e Construção (EAC), a serem financiados através de dívida externa contraída junto do Banco Asiático de Desenvolvimento e de uma concessão da JICA. O envolvimento com o setor privado virá mais tarde, havendo a possibilidade de se escolher um parceiro privado para trabalhos de construção numa fase posterior, operação e manutenção de todo o aeroporto.

O estudo de Viabilidade referente a diversos componentes do Aeroporto, tais como a extensão da pista para 2,1 quilómetros, plataformas de estacionamento, um taxiway paralelo parcial e uma torre de controlo, foi concluído, bem como a negociação de um empréstimo (no valor de 165 milhões de dólares, incluindo uma contraparte do governo) para estes componentes em maio de 2021. Enquanto isso é esperado que os estudos preparatórios com vista o desenvolvimento do Terminal e dos seus subcomponentes arranquem no T1 de 2022 e que sejam financiados através da concessão de 44 milhões de dólares da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). As restantes infraestruturas de apoio continuam sujeitas a discussão com o Departamento de Negócios Estrangeiros e Comércio (DNEC) e outros doadores. Os trabalhos de preparação com vista ao concurso de Consultoria de Gestão de Projetos (CGP), consultor de Desenho-Construção (DB) e Empresa Consultora de Supervisão (ECS) estão igualmente em curso.

Para lá disto, a Unidade de Gestão Integrada de Projetos (UGIP) ficará responsável por assegurar os aspetos técnicos e administrativos da execução do projeto do Aeroporto, bem como os aspetos diários do projeto. Um elemento importante dos trabalhos de preparação prende-se com a aquisição de terrenos e propriedades para permitir o alargamento e extensão da pista. As comunidades afetadas terão de ser compensadas pelas suas terras, estruturas e vegetação produtiva antes de abandonarem os terrenos. O levantamento e a verificação de dados foram concluídos e aprovados pela Comissão Interministerial em junho de 2021. O primeiro esboço do Plano de Apoio à Aquisição de Terrenos e Compensações (PAATC) foi publicado no portal eletrónico do BASD em março de 2021. O PAAC continuará a ser atualizado com base nos resultados do Estudo de Custos de Realojamento (ECR), a ser conduzido por uma equipa independente recrutada pelo BASD antes de ser apresentado um plano de apoio final sobre compensações à Comissão Interministerial, para apreciação e aprovação em Conselho de Ministros.

Relativamente ao processo das PPPs, a implementação do marco II da fase 1 do ASCF junto da CFI está a avançar bem. Os relatórios de *due diligence* foram alvo de análise crítica por parte da Equipa de Avaliação de Projetos (EAP) antes de serem enviados à Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) para revisão e emissão de recomendação antes de se avançar para o pagamento e para os trabalhos com vista ao marco seguinte.

PPP do Cristo Rei

A PPP do Cristo Rei finalizou o seu estudo de pré-viabilidade através de uma concessão do programa Turismo para Todos da USAID. Após se ter garantido a aprovação do CAFI para o Estudo de Pré-Viabilidade em novembro de 2020 o projeto encontra-se agora na fase seguinte, que é a fase de preparação do Estudo de Viabilidade. O Estudo de Viabilidade continua a ser coordenado entre o programa Turismo para Todos da USAID, a Direção-Geral do Turismo sob o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI) e a DNPPP-DGMMER. Os resultados deste estudo foram enviados ao Governo em julho de 2021 e serão analisados pelos membros da EAP. O âmbito do projeto de PPP envolverá a operação e manutenção do atual local do Cristo Rei, com algumas reparações e melhorias das instalações existentes, incluindo a expansão do restaurante, pavilhão e espaço verde, de modo a aproveitar o espaço maior criado com a passagem da área de estacionamento para Areia Branca. Os impactos da pandemia de Covid-19 foram analisados no estudo de viabilidade seguindo pressupostos conservadores, sendo assumido que só em 2015 o número de visitantes atingirá os valores registados antes do Covid-19. Foi emitida uma recomendação relativa ao modelo de PPP, seguindo a modalidade de Desenho, Financiamento, Construção, Operação e Transferência (DFCOT). Assim que o Estudo de Viabilidade / Plano Empresarial tenha sido totalmente analisado e que as recomendações da EAP tenham sido totalmente atendidas pelo consultor do programa Turismo para Todos da USAID, o passo seguinte será levar o projeto à aprovação do CAFI para se avançar para a fase de provisionamento.

PPP da Renovação do Porto de Díli

O Porto de Díli está localizado na parte nobre de Díli. É um marco e um local cheio de história, visto que foi construído durante o período português. Com o Porto da Baía de Tibar prestes a entrar em funcionamento, a operação do terminal internacional de cargas transitará para Tibar. O Porto de Díli continuará como porto de passageiros, sendo ponto de partida e de chegada de ferries e de navios de cruzeiro que passem por Díli. A mudança para Tibar do terminal internacional de cargas cria oportunidades para redesenhar o Porto de Díli como um local icónico que aumentará o apelo turístico de Díli.

A APORTIL, o Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), a DGMRE-DNPPP e o MTCI, em colaboração com o programa Turismo para Todos da USAID, desenvolveram o Estudo de Opções de Renovação do Porto de Díli, com vista a redesenhar o Porto num desenvolvimento urbano multiusos à beira-mar, incorporando o processamento de passageiros com uma marina, hotéis, apartamentos e áreas comerciais. O desenvolvimento levará em conta as características históricas e de excelência urbana do espaço, procurando garantir a incorporação perfeita do plano nas áreas históricas circundantes. A PPP da Renovação do Porto de Díli será levada a Conselho de Ministros para que este determine as opções preferidas do Governo para a renovação. Será então levada ao CAFI a fim de ser incorporada no ciclo de projetos de PPPs e ação da EAP.

7.5.3 Novas Iniciativas

PPP do Turismo

Os impactos da pandemia de Covid-19 afetaram gravemente a economia global, porém fizeram-se sentir com especial força no setor do Turismo, em face das restrições às deslocações e de outras limitações impostas para limitar a disseminação do vírus. O Conselho Mundial de Viagens

e Turismo (*World Travel and Tourism Council – WTTC*)¹² estimou que no final de 2020 o setor do Turismo representava apenas 5,5% do PIB global total, uma redução significativa em relação ao nível de 2019, quando a contribuição do turismo estava estimada nos 10,4%. O WTTC estimou também que enquanto em 2019 o turismo e as viagens tinham representado 334 milhões de empregos, esse número contraiu em 18,5% em 2020. Durante a pandemia a despesa no setor está também a mudar. A despesa total apresenta uma redução de 4,295 mil milhões de dólares em 2019 para 2,360 mil milhões em 2020. Os dados do WTTC mostram também uma mudança de tendência entre estes dois anos. Enquanto em 2019 o turismo internacional representava 28,3% da despesa total com turismo e viagens, em 2020 esta percentagem desceu para os apenas 18% a nível global. Esta mudança de tendência mostra a importância de um setor de turismo doméstico robusto para ajudar a amortecer os efeitos do declínio do turismo durante eventos de força maior como a pandemia de Covid-19.

Embora esta situação vá sem dúvida ter vastas implicações socioeconómicas, o setor do turismo está numa posição única de vir a tornar-se o beneficiário de uma eventual estabilização e de ser um motor fundamental da recuperação económica. Acredita-se também que as taxas de juro mais baixas a longo prazo continuarão durante os próximos anos, providenciando termos favoráveis para projetos de desenvolvimento sólidos. Para Timor-Leste, onde o Turismo foi identificado como um dos pilares da estratégia económica a longo prazo (Política Nacional de Turismo), é importante investir neste setor para recuperar postos de emprego perdidos e criar outros novos, ao mesmo tempo que se concretiza o potencial de efeitos multiplicadores através do estímulo do investimento e do apoio a ligações na cadeia de fornecimentos.

A DNPPP-DGGMRE continuará a colaborar com o MTCI e parceiros de desenvolvimento em prol de novas iniciativas no setor, dando prioridade a projetos viáveis e empregando ferramentas como um regime separado para pequenas e médias PPPs viáveis e, quando necessário, procurando agrupar projetos a fim de aumentar a economia de escala – sempre no contexto da criação de redes e sinergias com regiões vizinhas, incluindo a Indonésia, Darwin e outros. A criação de um regime separado para pequenas e médias PPPs permitirá também um processo mais otimizado para projetos de menor dimensão.

Outras Novas Iniciativas de PPPs

Continuarão a ser explorados projetos com potencial para PPPs noutros setores. Os critérios para estes projetos incluem:

1. Alinhamento com o Programa e as prioridades do VIII Governo
2. Potencial para rentabilizar o investimento
3. Preparação de pastas empresariais para os projetos
4. Cumprimento de requisitos preliminares a nível técnico, jurídico, económico, comercial, social e ambiental

Embora continue a ser dada ênfase a novas iniciativas no setor do Turismo, serão também desenvolvidos potenciais projetos de PPPs noutros setores. Procurar-se-á manter uma colaboração continuada com a Corporação Financeira Internacional (CFI), o programa Turismo para Todos da USAID, o BAsD e o Banco Mundial com vista a projetos nos setores da educação e formação técnica e profissional, transportes, agricultura, etc. A lista preliminar de projetos de

¹² Conselho Mundial de Viagens e Turismo, Registo dos Impactos Económicos Globais

PPPs será discutida e coordenada com linhas ministeriais relevantes antes de ser apresentada à aprovação do CAFI, de acordo com o ciclo de projetos de PPPs.

7.6 Apoio Direto ao Orçamento

Timor-Leste tem vindo a receber Apoio Direto ao Orçamento (ADO) a partir da União Europeia desde 2014. O último acordo foi assinado em 2016, sob o 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento.

O ADO da UE é considerado como financiamento para o Orçamento de Estado para 2021 já que usa dinheiro do Governo (o dinheiro está numa subconta do Tesouro) e está dentro do orçamento, com o dinheiro a ser usado diretamente pelos ministérios beneficiários para o programa de gestão das finanças públicas (Ministério das Finanças). Má Nutrição (Ministério da Saúde) e Descentralização (Ministério da Administração Estatal).

Neste contexto os fundos vão diretamente para o governo do país, sem serem vinculados previamente. Existe porém uma tranche variável que está dependente de Principais Indicadores de Desempenho (KPIs) acordados entre o Ministério das Finanças e a UE. Embora os fundos não sejam separados da competência principal do Ministério, nem sejam adicionais a esta, precisam ainda assim apoiar prioridades definidas de forma clara e o quadro de planeamento do próprio Ministério.

O montante total de ADO por parte da UE para o Orçamento de Estado para 2022 está atualmente estimado em 8,96 milhões de dólares. Desta verba, 2.240.000 dólares são alocados para o Ministério da Saúde, 2.800.000 dólares para o Ministério da Administração Estatal e 3.920.000 para o Ministério das Finanças.

Em 2021 o Governo da Austrália comprometeu-se a contribuir com 8,2 milhões de dólares na forma de Apoio Direto ao Orçamento, a serem alocados ao longo dos próximos dois anos. O financiamento está ligado ao Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS) e ao alargamento do programa de assistência social Bolsa de Mãe, de modo a incluir grávidas e crianças nos seus primeiros anos de vida (Bolsa de Mãe Jersaun Foun), conforme aprovado em Conselho de Ministros em fevereiro de 2021.

O investimento no PNDS incidirá no financiamento de novos programas de investimento comunitário, em especial aqueles concentrados na melhoria do saneamento, escoamento e canais irracionais e reabilitação de estradas locais. O investimento Bolsa de Mãe Jersaun Foun concentrar-se-á no financiamento direto de transferências de dinheiro, bem como no apoio aos custos operacionais da execução de programas. As alocações indicativas implicam que o PNDS receberá 3,3 milhões de dólares em 2022, ao passo que o Bolsa de Mãe Jersaun Foun receberá 3,3 milhões em 2022 e 1,6 milhões em 2023.

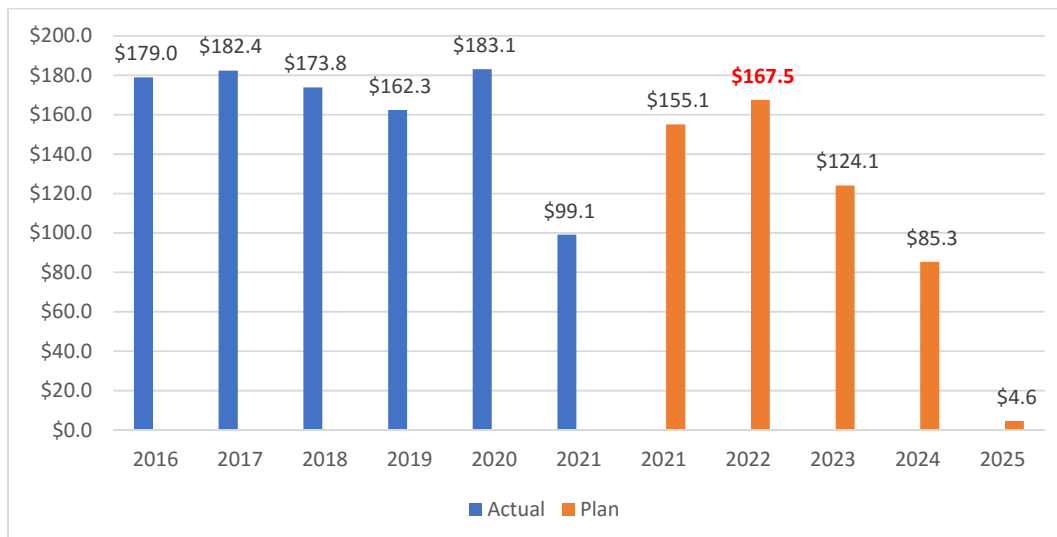
O montante total de ADO para o Orçamento de Estado para 2022 está estimado atualmente nos 15,6 milhões de dólares.

7.7 Parceiros de Desenvolvimento

Desde 2016 que o montante de AOD a Timor-Leste ultrapassa os 150 milhões de dólares. Os parceiros de desenvolvimento estão a reportar desembolsar um total projetado de 167,5

milhões em 2022. O apoio dos parceiros de desenvolvimento deverá aumentar em 12,4 milhões comparativamente com os valores planeados para 2021.

Figura 33: Assistência dos Parceiros de Desenvolvimento na Forma de Concessões entre 2016 e 2025 (em milhões de dólares)



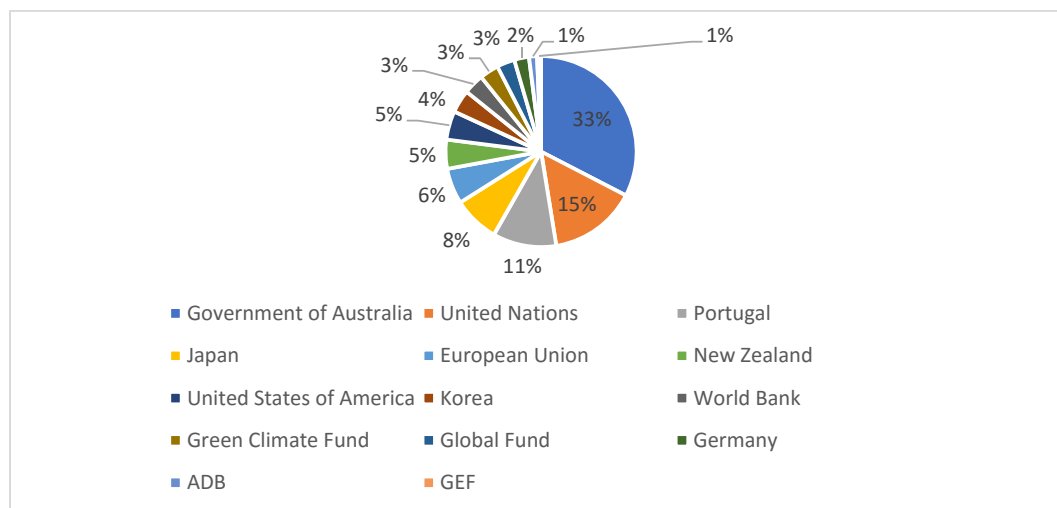
Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 28 de setembro de 2021.

É importante referir que estes valores não incluem as modalidades de Apoio Direto ao Orçamento por parte da União Europeia, que podem representar 9,0 milhões de dólares. Não incluem também o apoio da Austrália ao PNDS e ao programa Bolsa de Mãe Jersaun Foun, num total de 6,4 milhões. Estas contribuições significativas não são incluídas uma vez que já estão contabilizadas e que são incluídas diretamente noutro ponto do orçamento de estado.

Para lá disto, previsões de financiamento a mais de um ano são por norma pouco fiáveis. Isto é devido a várias razões, sendo a principal que muitos dos doadores operam em orçamentos de um só ano. A queda dramática no financiamento indicada para anos futuros assenta em dados recolhidos a nível de projetos, pelo que não inclui financiamento de doadores que já tenha sido assegurado mas que ainda não tenha sido comprometido para projetos específicos. Por exemplo, o futuro Compacto da Corporação do Desafio do Milénio não está incluído nestes valores, ainda que vá provavelmente contribuir de forma significativa para a paisagem de financiamento dos doadores.

Em 2022 os cinco grupos que se prevê que contribuam com os maiores montantes de financiamento são: o Governo da Austrália, com 54,6 milhões de dólares (32,6% do total); as Nações Unidas, com 24,8 milhões (14,9% do total); Portugal, incluindo financiamento do Instituto Camões, com 18,0 milhões (10,8% do total); o Japão, com 13,1 milhões (7,8% do total); e a União Europeia, com 10,1 milhões (6,0% do total). A Parte 5 contém um resumo detalhado dos desembolsos por doadores e agências de execução. É importante referir que estes cálculos não incluem Apoio Direto ao Orçamento por parte dos nossos parceiros de desenvolvimento, nomeadamente o Governo da Austrália, através do PNDS e do Bolsa de Mãe, num total de 6,4 milhões de dólares, e os programas da União Europeia de Apoio Direto ao Orçamento, num total de 9,0 milhões.

Figura 34: Percentagem dos Desembolsos Planeados de Concessões para 2022 por Grupos de Doadores



Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021.

A tabela seguinte apresenta um retrato dos principais projetos e programas financiados por doadores em 2022. A Austrália é responsável por cinco dos dez projetos com maiores níveis e financiamento previsto. Os dez principais projetos representam em conjunto 35,4% de todos os desembolsos esperados em 2022.

Tabela 38: Principais 10 projetos de doadores com maiores desembolsos concessionais previstos para 2022

Título do Projeto	Parceiro de Desenvolvimento	Subpilares do PED	2022 Total em milhões de USD
5530 – Escola Portuguesa Ruy Cinatti – Centro de Ensino e Língua Portuguesa	Portugal	Educação e Formação	8,4
Parceria entre Austrália e Timor-Leste para Desenvolvimento Humano – Setor da Saúde	Austrália	Saúde	8,3
Programa de Cooperação com ONGs Australianas (ANCP)	Austrália	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura • Saúde • Inclusão Social • Justiça • Água e Saneamento • Gestão do Setor Público e Boa Governança • Educação e Formação 	7,6

Título do Projeto	Parceiro de Desenvolvimento	Subpilares do PED	2022 Total em milhões de USD
Ai ba Futuru - Parceria para um Projeto de Agrossilvicultura Sustentável (PASF)	GIZ com verbas da Alemanha e da UE	Agricultura	7,1
Salvaguarda das comunidades rurais e dos seus ativos físicos contra desastres provocados pelo clima em Timor-Leste.	PNUD com verbas do Clima Verde	Desenvolvimento Rural	5,5
10383 - Escolas de Referência de Timor-Leste - Centros de Formação	Portugal	Educação e Formação	5,2
Parceria para Fortalecer o Desenvolvimento de Sucos e a Administração Municipal (PARTISIPA, anteriormente PND-PE)	Austrália	Desenvolvimento Rural	5,2
Governança para o Desenvolvimento	Austrália	Gestão do Setor Público e Boa Governança	4,9
Programa de Desenvolvimento da Polícia de Timor-Leste (PDPTL)	Austrália	Segurança	3,6
Timor-Leste: Projeto de Melhoria da Produtividade Agrícola Sustentável (SAPIP) - P155541 - TFOA2869 & TFOA0236	Banco Mundial	Agricultura	3,6

Fonte: Ministério das Finanças, outubro de 2021

A Direção-Geral de Gestão e Mobilização de Recursos está contente por contribuir para o aumento no apoio direto ao orçamento e no apoio orçamental que se tem registado nos últimos anos. Em 2022 o Governo da Austrália tornar-se-á o segundo doador cujos fundos serão colocados diretamente no orçamento do Governo de Timor-Leste. Esperamos continuar a dar o nosso contributo e poder ver um aumento nesta tendência nos próximos anos.

8 Gestão das Finanças Públicas

8.1 O que é a Gestão das Finanças Públicas (GFP)?

A GFP diz respeito ao conjunto de leis, regras, sistemas e processos usado por nações soberanas (e governos subnacionais) para mobilizar receitas, alocar fundos públicos, realizar despesa pública, responder por fundos e auditar resultados. Em termos simples, é a forma como os governos gerem os recursos públicos. Isto inclui todas as fases de orçamentação, processos e procedimentos relacionados com a gestão de despesas, mobilização de recursos e gestão da dívida. É o quadro através do qual os governos consideram as implicações no médio a longo prazo das decisões políticas tomadas hoje e avaliam os riscos potenciais. Ter uma GFP forte é essencial, uma vez que fomenta a confiança do público no governo. Uma GFP fraca permite o desperdício, encoraja a corrupção, reduz a capacidade para criar impostos e tem um impacto adverso sobre os serviços, o resto da economia e a forma como os investidores olham para o país.

8.2 Roteiro de Prioridades de GFP de Timor-Leste para 2021 a 2023

A reforma da gestão das finanças públicas tem sido um objetivo assumido dos sucessivos governos nacionais de Timor-Leste.

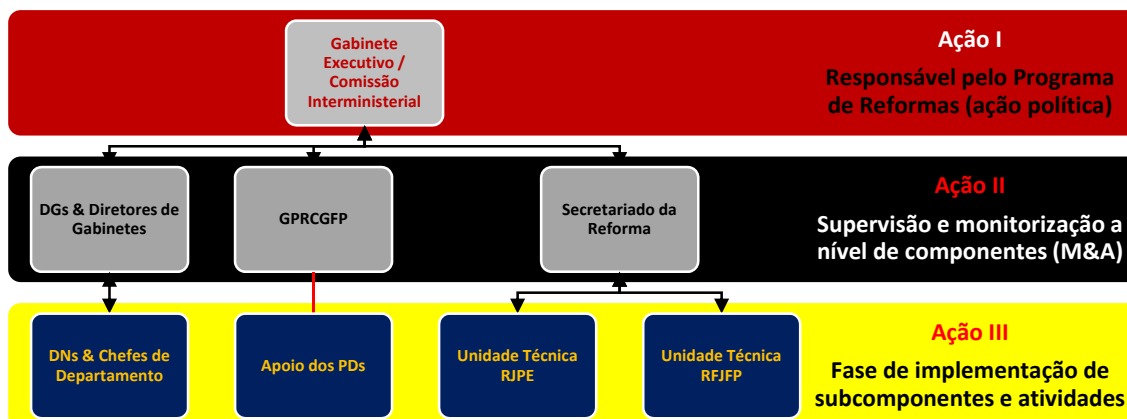
A reforma da gestão das finanças públicas será conduzida através da diversificação financeira nas áreas dos rendimentos e das despesas, melhorando o aprovisionamento e reforçando a descentralização financeira e a orçamentação com base no programa.

As principais metas das prioridades do Roteiro de GFP de Timor-Leste são as seguintes:

- i) Melhorar a mobilização de recursos, melhorar o planeamento e a orçamentação, melhorar a execução orçamental e reforçar a responsabilização por uma prestação de serviços efetivos, eficientes e de qualidade;
- ii) Melhorar e reforçar a eficiência e a gestão efetiva de ativos estatais não-financeiros, em linha com as normas internacionais.

Timor-Leste comprometeu-se a melhorar a forma como gere os recursos públicos e continua a trabalhar para o conseguir. Já assistimos ao percurso de TL para introduzir a orçamentação de programas. Timor-Leste concluiu também duas análises de despesa pública com o Banco Mundial para examinar situações de ineficácia no processo de orçamentação e melhorar a eficiência e a prestação de serviços. Timor-Leste comprometeu-se igualmente a avançar para Quadros de Despesa a Médio Prazo, orçamentando para diversos anos. Foram já realizadas sessões de trabalho para ajudar linhas ministeriais com programas de custeio a médio prazo, com o intuito de serem aplicados a todas as instituições até 2023. Os objetivos ambiciosos de Timor-Leste incluem também: melhoria do quadro fiscal; desenvolvimento de regras fiscais; melhoria da gestão de PPPs; e reforma das receitas domésticas.

Figura 35: Organograma da Responsabilidade pelas Reformas de GFP



Fonte: Ministério das Finanças, agosto de 2021.

8.3 Lei sobre o Quadro do Orçamento Geral do Estado e Gestão das Finanças Públicas

O Conselho de Ministros reuniu-se em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, tendo aprovado um esboço da nova Lei-Quadro sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) e Gestão das Finanças Públicas para apresentação ao Parlamento. A nova lei proposta irá substituir e pretende melhorar a Lei N.º 13/2009, a qual descreve os processos para desenvolver, decretar, executar e auditar o Orçamento Geral do Estado. A nova lei proposta deve ser decretada a tempo da execução do OGE para 2022.

Principais aspetos da nova lei de OGE e GFP:

A proposta atual tem dois objetivos: otimizar a gestão pública e, ao mesmo tempo, aumentar a transparência, responsabilidade, responsabilização e controlo nos serviços e entidades do Setor da Administração Pública. A proposta agora apresentada opta por fazer alterações substanciais em alguns aspetos essenciais do quadro fiscal e da gestão das finanças públicas. Noutros aspetos não foi identificada necessidade de alterações, pelo que a proposta aceita a lei vigente.

Os principais aspetos da proposta incluem:

- Consagrar a orçamentação de programas como forma de preparar e organizar o Orçamento Geral do Estado, adicionando elementos substanciais a todas as fases do processo orçamental.
- Adotar um processo orçamental com “dois passos”, tendo uma lei de “Grandes Opções de Planeamento” a aprovar o teto orçamental no início do processo orçamental em maio e a lei do Orçamento Geral do Estado a aprovar as alocações orçamentais em outubro. Isto permitirá ao Parlamento ter voz no início do teto orçamental e das principais prioridades do Governo, ao mesmo tempo que dá ao Governo uma planta geral para preparar a Lei de Orçamento Geral com maior detalhe. De igual modo, fechar o teto orçamental no início do processo orçamental garante que a definição do teto assentará numa avaliação dos recursos financeiros atuais e em considerações de

sustentabilidade fiscal, em vez de apenas nas necessidades e exigências de LMs e instituições.

- Criar um novo calendário orçamental, começando em maio, e antecipando a data de apresentação da Lei de Orçamento Geral de 15 de outubro para 1 de outubro, a fim de evitar prolongar a Lei Orçamental do ano anterior, o que aconteceu em quatro dos últimos seis anos.
- Definir novos requisitos e controlos de equilíbrio orçamental, nomeadamente a nível de despesas correntes.
- Criar novas regras sobre execução de receitas e despesas quando não o Parlamento não aprove uma Lei de Orçamento Geral, de forma a evitar um precipício fiscal.

Tabela 39: Calendário orçamental proposto e marcos principais segundo a nova lei de OGE e a nova lei de GFP

Data	Novo calendário
10/05	Governo apresenta proposta de lei de Grandes Opções de Planeamento
30/05	Governo aprova lei de Grandes Opções de Planeamento
30/06	Jornada Orçamental
15/07	Governo aprova tetos orçamentais detalhados
20/07	MF emite circular sobre preparação da Lei do Orçamento de Estado
15/09	Governo aprova proposta de Lei do Orçamento Geral
01/10	Governo apresenta Lei do Orçamento Geral ao Parlamento
15/11	Parlamento aprova Lei do Orçamento Geral

Fonte: Ministério das Finanças, agosto de 2021.



República Democrática de Timor-Leste

Preparado para o Governo da República Democrática
de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Torre Ministerio das Finanças, Aitarak-Laran , Díli, Timor-Leste

Website - www.mof.gov.tl